

REVISTA
ESPAÇO
LIVRE

V. 12, n. 23, jan. jun./2017

Nº 23

ISSN 2316-3011

**SEU PROBLEMA É
O CAPITALISMO.
É PRECISO ABOLI-LO!**



REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 12, num. 23, jan. jun./2017.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

Capa

Diney Vasco & Edmilson Marques

Conselho Editorial

Edmilson Marques/UEG

André Melo/UFG

Lisandro Braga/UFMS-UFG

Felipe Mateus/UFG

Conselho Consultivo

Adriano José/GDF

André de Melo Santos/UFG

Cleiginaldo Pereira dos Santos/SME

Cleito Pereira dos Santos/UFG

Diego Marques dos Anjos/UNB

Edmilson Borges/UFG

Edmilson Marques/UEG

Edinei Oliveira Vasco/UFG

Erisvaldo Souza/UEG-IFG

Felipe Corrêa Pedro/USP-ITHA

Felipe Mateus de Almeida/UFG

Fernando Lima Neves/USP

Flávio Pereira Diniz/UFG

Gabriel Teles Viana/UFG

Jean Isídio dos Santos/UFG

Jaciara Reis Veiga/UFG

José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG

José Santana da Silva/UEG

Juversino de Jesus Júnior/UEG

Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-UFG

Lisandro Braga/UFMS-UFG

Lucas Maia/IFG

Marcos Augusto Marques Ataiades/UEG

Maria Angélica Peixoto/IFG

Mateus Ório/UFG

Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ

Nildo Viana/UFG

Ovil Bueno Fernandes/UEG

Renato Dias de Souza/UEG

Rubens Vinícius da Silva/FURB

Thiago Lemos da Silva/UFU

Uelinton Barbosa Rodrigues /UEG

Veralúcia Pinheiro/UEG

Weder David de Freitas/IFG

Wellington Rodrigues/UFG

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	05
Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras	09
<i>Nildo Viana</i>	
Notas Introdutórias Sobre o Amor na Sociedade Capitalista	21
<i>Felipe Mateus de Almeida</i>	
Um Olhar Sobre a Questão Carcerária no Brasil	28
<i>André Melo</i>	
Ditadura e Renascimento do Sindicalismo Rural em Goiás	39
<i>José Santana da Silva</i>	
Sociologia Latino-Americana e Neocolonialismo Intelectual	58
<i>Cleito Pereira dos Santos</i>	
Marxismo e Ideologias Contemporâneas	68
<i>Felipe Andrade</i>	
Marxismo Contra Ciência: considerações sobre o positivismo lógico vienense, racionalismo crítico popperiano e o historicismo kuhiano a partir da teoria revolucionária	79
<i>Rubens Vinícius da Silva</i>	
Prática Terapêutica com Pessoas em Situação de Rua	101
<i>Poliane Brunetto</i>	
Crítica aos Fundamentos e à Prática da Filosofia Clínica	114
<i>Alvinan Magno Lopes Catão</i>	
O novo paradigma de trabalho na sociedade da informação	127
<i>Gladison Luciano Perosini</i>	

Apresentação

O Conselho Editorial da Revista Espaço Livre tem a satisfação de apresentar ao público leitor a sua vigésima terceira edição. Os textos que apresentamos neste número trazem reflexões indispensáveis para compreender fenômenos diversos da sociedade capitalista em uma perspectiva crítica. E é com a crítica desapiedada do existente que este espaço se faz livre e assume como tarefa fundamental contribuir com o processo de radicalização da luta operária com a finalidade de instituir um processo revolucionário que caminhe rumo à autogestão social.

O mundo está vivendo um processo de profunda intensificação das relações de exploração. Isso tem se manifestado nas diversas instâncias da sociedade. As classes exploradas, no entanto, têm colocado limites nesta busca desenfreada da burguesia pela produção intensificada do mais-valor, o que tem levado o estado a criar estratégias para manter a dinâmica natural do capitalismo, qual seja, a de continuar seu curso normal da acumulação ampliada do capital.

Em todos os países do mundo as classes exploradas e oprimidas têm conseguido avançar timidamente, mas já o suficiente para despertar na burocracia estatal a preocupação pelo o que pode ocorrer no futuro próximo. É este o motivo que está levando o estado a intensificar o processo de opressão e controle social. O capital de um lado necessita desta força para se reproduzir e o estado precisa manter a ordem para se perpetuar. E assim, burguesia e estado caminham de mãos dadas, lutando para atrasar a cada dia o fim de ambos que já desponta no horizonte.

A crença na possibilidade de um mundo distinto deste em que a luta de classes domina a humanidade na atualidade está a cada dia se fortalecendo. A superação dos limites da consciência burguesa é a expressão do avanço da consciência proletária. É neste contexto que torna-se propício discutir questões que em épocas de refluxo da luta operária tende a se tornar combatidas pelo predomínio da consciência burguesa. Neste contexto, em que o verdadeiro papel do estado tem se tornado escancarado (o de ser auxiliar da burguesia), os meios de produção cultural e os próprios valores burgueses estão demonstrando os seus limites e fraqueza diante da força que representa a luta cotidiana.

A Revista Espaço Livre vem mais uma vez prestar o seu auxílio para a luta operária no campo da luta cultural, e vem fazer isso através da publicação de textos que abordagem cada um à sua maneira, um fenômeno da sociedade capitalista, os quais deixam claro que esta sociedade está chegando finalmente ao limite de sua existência.

É com este objetivo da luta cultural que o texto de Nildo Viana inaugura esta edição, avançando e aprofundando a teoria dos movimentos sociais, propondo abordar o significado e a dinâmica das organizações mobilizadoras. Para tanto, o objetivo do autor neste artigo “é esclarecer o que são as organizações mobilizadoras, qual sua relação e importância para os movimentos sociais, e, ainda, qual sua dinâmica e tendência real”.

Na sequência há uma abordagem realizada por Felipe Mateus de Almeida a respeito do amor na sociedade capitalista. Citando Erich Fromm o autor concorda que há vários tipos de amor, e pretende focar sua atenção na discussão “sobre a impossibilidade do amor fraterno na sociedade capitalista, compreendendo esse tipo de amor como o sentimento de “responsabilidade, de cuidado, de respeito por qualquer outro ser humano, o seu conhecimento, o desejo de aprimorar-lhe a vida”” (FROMM, 1991, p. 61).

Motivado pelas rebeliões que ocorreram no início deste ano no presídio das cidades de Manaus, Boa Vista e em Natal, o texto posterior é uma discussão sobre a questão carcerária no Brasil e nos Estados Unidos realizada por André Melo. Para tanto, o principal objetivo do autor é “fazer uma análise comparativa da questão carcerária nos Estados Unidos e Brasil”. Além desta questão central, André Melo propõe também “analisar as políticas denominadas de tolerância zero e, como estas têm influenciado as políticas de segurança pública em outros países”.

Dando sequência a esta edição, o artigo posterior é uma análise realizada por José Santana da Silva sobre “a história da organização sindical burocratizada de trabalhadores rurais em Goiás no período de 1963 a 1970”. Trata-se na verdade de um texto de sua tese “O sindicalismo rural em Goiás e a FETAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992)” adaptado exclusivamente para esta edição da Revista Espaço Livre. O foco de sua análise recai sobre o “surgimento, da desativação e da retomada do sindicalismo rural no estado de Goiás, ainda sob o regime ditatorial militar”.

Logo depois o leitor poderá conferir o texto de Cleito Pereira dos Santos que versa sobre a “Sociologia Latino-Americana e o Neocolonialismo Intelectual”. A abordagem do autor destaca a necessidade de se discutir a relação entre a pesquisa universitária e o mercado. Citando Trangtenberg destaca que “o autor já constatara nos anos 1970 o surgimento do capitalismo acadêmico norte-americano”. Em tempos sombrios esta discussão é necessária e apresenta uma possibilidade de revelar o verdadeiro papel da universidade que esconde a intelectualidade por trás da ideologia da neutralidade.

Felipe Andrade é o autor do artigo “Marxismo e Ideologias Contemporâneas”. Logo no início de sua discussão, ele levanta a seguinte questão: “Seria possível um diálogo, aliado ao projeto autogestionário, com outras contribuições de correntes de pensamento que não possuem uma relação direta com o marxismo?”. Além disso o autor destaca a relação do marxismo posterior a Marx com os preceitos fundamentais de seu pensamento, qual seja, o da transformação social e da emancipação humana.

Em seguida encontramos uma análise apresentada por Rubens Vinícius da Silva sobre a relação entre marxismo e ciência. O foco de sua análise é a crítica a “alguns dos principais representantes intelectuais da Epistemologia das Ciências Sociais e da Sociologia do Conhecimento”. A tese do autor e seu objetivo central que pretende alcançar é que “as discussões em torno do que pode ser considerado científico ou não-científico fazem parte do arcabouço ideológico, justificando determinada postura de classe, além de ser a manifestação dos interesses específicos da intelectualidade enquanto classe social auxiliar da burguesia”.

Outro artigo que compõe esta edição da Revista Espaço Livre foi apresentado por Poliane Brunetto, que propôs abordar a “prática terapêutica com pessoas em situação de rua”. Trata-se de um texto em que apresenta “o resultado de um trabalho realizado a partir da prática terapêutica desenvolvida com pessoas em situação de rua que encontram-se abrigadas no Albergue Noturno André Luiz, da cidade de Cascavel-PR”. Com esta discussão a autora considera que “podemos observar mais detalhadamente a situação concreta em que se vive as pessoas em situação de rua na cidade supracitada”.

O penúltimo texto desta edição trata-se de uma “Crítica aos Fundamentos e à Prática da Filosofia Clínica”. É fruto de um estudo realizado por Alvinan Magno Lopes Catão que destacou como objetivo de sua análise “apresentar e discutir os fundamentos da abordagem criada por Packter, trazendo considerações críticas no que compete à sua prática”.

A Revista Espaço Livre finaliza esta edição com uma discussão apresentada por Gladison Luciano Perosini a respeito do “novo paradigma de trabalho na sociedade da informação”. Esta abordagem apresentada pelo autor caminha no sentido de verificar a “maneira pela qual o ambiente de trabalho, suas relações e exigências foram progressivamente alterados com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação”.

Destacamos, finalmente, a importância desta edição no contexto atual em que o capitalismo mostra suas fraquezas e a tendência para a instalação de um processo revolucionário. A crença em

uma nova sociedade destituída de classes sociais é o fundamento para a luta autogestionária, necessidade indispensável para se alcançar a emancipação humana.

Ao leitor da Revista Espaço Livre, boa leitura!

Referências bibliográficas

FROMM, Erich. *A arte de amar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991.

*Conselho Editorial
Revista Espaço Livre*

Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras

Nildo Viana*

As organizações mobilizadoras são aqui compreendidas como ramificações dos movimentos sociais. Os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais e que geram diversas tendências, organizações, etc. A análise dos movimentos sociais necessita incorporar uma discussão que diferencie o movimento de suas organizações e abordar mais profundamente a questão das organizações mobilizadoras. Assim, uma teoria dos movimentos sociais deve contemplar o significado e a dinâmica das organizações mobilizadoras. O nosso objetivo é esclarecer o que são as organizações mobilizadoras, qual sua relação e importância para os movimentos sociais, e, ainda, qual sua dinâmica e tendência real. Para tanto, abordaremos a relação entre movimentos sociais e organizações mobilizadoras, bem como a inserção destas numa discussão sobre as formas organizacionais e a análise de sua dinâmica e significado.

Movimentos Sociais e Organizações Mobilizadoras

Existe uma tendência, nos estudos sociológicos, em confundir movimentos sociais e organizações mobilizadoras. A análise do significado e dinâmica das organizações mobilizadoras pressupõe, portanto, uma distinção entre estes dois fenômenos e um conceito de organizações mobilizadoras. Para tanto, um esclarecimento conceitual acerca destes dois termos se torna fundamental para evitar confusões.

Os movimentos sociais já foram definidos sob inúmeras formas e não cabe aqui retomar as diversas definições existentes. Utilizaremos a concepção de movimentos sociais que julgamos a mais adequada. Consideramos que o conceito elaborado por Jensen (2014) e desenvolvido por Viana (2016) é suficiente para nossos propósitos. Segundo Jensen, os movimentos sociais são “movimentos de grupos sociais” e, segundo Viana, os movimentos sociais são movimentos de grupos sociais que geram mobilizações oriundas de determinada situação e insatisfação sociais que promovem um senso de pertencimento e objetivo (VIANA, 2016).

Não poderemos desenvolver detalhadamente cada elemento constitutivo dos movimentos sociais e presente neste conceito, mas apenas destacar que os elementos que julgamos fundamentais para nossa discussão. Esses elementos são a ideia de que os movimentos

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela UnB e Pós-Doutor pela USP.

sociais são movimento de grupos sociais (ideia retomada de Jensen). No entanto, não se deve confundir movimentos sociais com grupos sociais. Um grupo social pode existir e não gerar movimento, bem como nem todos indivíduos pertencentes ao grupo social é atuante do movimento social gerado pelo mesmo. O grupo social é mais amplo que o movimento social, pois reúne a totalidade dos indivíduos do grupo e o último só reúne os atuantes. O movimento social surge quando o grupo “entra em fusão” (VIANA, 2016) e apenas os atuantes do mesmo são integrantes do movimento social.

A constituição do objetivo dos movimentos sociais e o senso de pertencimento pressupõem um certo grau de consciência e organização¹. Nesse sentido, é fundamental entender a relação entre movimento social e organização. Antes, porém, é preciso destacar que determinados grupos sociais (negros, mulheres, estudantes, etc.) geram movimentos sociais (negro, feminino, estudantil, etc.). Já distinguimos grupo social e movimento social (este sendo apenas a parte do grupo que está “em fusão”), sendo um gerador do outro, mas não contido em sua totalidade no mesmo. Agora é preciso distinguir movimentos sociais e o conjunto de organizações, tendências, indivíduos, subgrupos, gerados pelo mesmo. O grupo social das mulheres pode gerar o movimento feminino. Este, uma vez existente, gera, devido à complexidade da sociedade moderna e suas divisões e subdivisões sociais, diversas organizações, tendências, setores, subgrupos, etc. Desta forma, surgem diversas concepções, como a liberal, socialista, radical, anarquista, etc., e diversas organizações. O mesmo processo ocorre nos demais movimentos sociais. O que é fundamental destacar aqui é que o movimento social é a totalidade do grupo social em fusão e não partes do mesmo. Assim, o movimento feminino engloba todas as organizações, tendências, setores, organizações, que são expressão do grupo das mulheres em fusão. Porém, o Clube das Mães que existiu em São Paulo nos anos 1970 e 1980 não é o movimento feminino, bem como o “Coletivo Maria Maria”, composto por estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora e o “Núcleo de Mulheres Clarissas”, de Divinópolis/MG não são, isoladamente, “o” movimento feminino e nem cada grupo “um” movimento feminino. Da mesma forma, a UNE – União Nacional dos Estudantes ou o MPL – Movimento Passe Livre, não são “o” movimento estudantil e nem cada grupo “um” movimento estudantil. Por isso é fundamental a distinção entre movimento social e suas ramificações.

¹ O objetivo pressupõe certo grau de consciência e também de organização, pois não se trata de objetivo pessoal, embora este se confunda com o objetivo atribuído ao grupo pelo movimento social. O senso de pertencimento, por sua vez, pressupõe determinada forma de consciência (grupal) e tende a gerar identificação e/ou organização.

Um movimento social pode ser considerado um caule do qual brotam diversos ramos. Essa metáfora ajuda a entender o conceito de ramificação no sentido que aqui o utilizamos, significando derivações dos movimentos sociais, sendo partes deles sem ser sua totalidade ou ele mesmo. Um movimento social pode gerar manifestações, organizações, subgrupos, representações, ideologias, etc. (VIANA, 2016a).

O que nos interessa aqui é uma determinada forma de ramificação gerada pelos movimentos sociais: as organizações mobilizadoras. As organizações mobilizadoras são assim chamadas por serem organizações dos movimentos sociais criadas para efetivar a mobilização dos mesmos. Nesse sentido, as organizações mobilizadoras não são “o” ou “um” movimento social e sim ramificações de tais movimentos. E como ramificação de um movimento social, a organização mobilizadora é parte do mesmo. Cada movimento social tende a gerar diversas organizações mobilizadoras, o que é explicado pela divisão dentro dos grupos sociais constituída pela sociedade moderna. Essas organizações mobilizadoras podem ser concorrentes, opostas ou até antagônicas.

Assim, um movimento social gera um conjunto de organizações mobilizadoras. O movimento social é plural e as organizações mobilizadoras podem ser plurais (quando aglutinam no seu interior diferentes setores, tendências, concepções) ou homogêneas. Os objetivos também variam em distintas organizações mobilizadoras, bem como a forma de mobilização. Algumas organizações mobilizadoras apresentam objetivos mais restritos, como, por exemplo, em seu local de moradia ou estudo, ou ainda em seu país ou para determinado subgrupo dentro do grupo social de base do movimento, enquanto que outras apresentam objetivos mais amplos, como, por exemplo, a nível mundial ou transformação situacional ou social. Existem organizações mobilizadoras que atuam apenas no plano cultural, enquanto que outras atuam em ações diversas (manifestações, articulações com outras organizações, etc.), bem como existem aquelas que efetivam várias formas de mobilização.

Em síntese, as organizações mobilizadoras são diversas e isso gera, também, uma diversidade de objetivos e formas de mobilização. A divisão de classes, a existência de subgrupos, as ideologias e concepções hegemônicas e divergentes, as influências de outras organizações (estado, partidos, etc.) promovem essa ampla diferenciação de organizações mobilizadoras. Os estudos sociológicos sobre movimentos sociais geralmente confundem movimentos sociais e organizações mobilizadoras². Muitos atribuem a determinadas organizações (como a UNE, o MST, o MPL) o rótulo de movimentos sociais, o que é

² Uma exceção é a abordagem institucionalista, mais conhecida como TMR – Teoria da Mobilização de Recursos. Essa escola é geralmente acusada de tratar de organizações e não de movimentos sociais, que ela confundiria. No entanto, essa interpretação é equivocada.

equivocado. Isso é derivado da falta de um conceito adequado e completo de movimento social e da indistinção entre eles e as suas ramificações.

Formas Organizacionais e Organizações Mobilizadoras

As organizações mobilizadoras são que forma de organização? Essa é uma questão importante. A importância é derivada do caráter de organização mobilizadora. Quando uma organização deixa de ser mobilizadora? A princípio, a resposta é fácil, quando ela deixa de mobilizar. Porém, a mobilização pode continuar existindo, mas os interesses podem ser outros, distintos dos estabelecidos pelos movimentos sociais ou desligados dos interesses do grupo social de base de um determinado movimento social. Logo, a determinação se uma organização é mobilizadora ou não remete ao problema do objetivo dos movimentos sociais.

Os objetivos dos movimentos sociais constituem um tema complexo e que não poderemos retomar aqui. Essa discussão pode ser vista em outros lugares de forma mais aprofundada (VIANA, 2016a; VIANA, 2016b). As concepções sociológicas geralmente apontam a “mudança social” como objetivo dos movimentos sociais. Isso está presente em alguns dos mais representativos sociólogos que abordam os movimentos sociais (BOTTOMORE, 1981; TOURAINE, 1997). No entanto, essa é uma concepção problemática. Apenas algumas ramificações dos movimentos sociais realmente almejam mudança social. A não ser que se compreenda “mudança social” num sentido muito amplo, o que gera confusão e entra em contradição com a tradição sociológica. Para aqueles que compreendem, como Touraine, mudança social no sentido de mudança na sociedade, o equívoco é visível, sendo mais uma atribuição do sociólogo ao movimento do que uma característica real do mesmo.

O objetivo fundamental dos movimentos sociais é a transformação situacional (VIANA, 2016b). Essa transformação situacional significa a mudança da situação social do grupo, que é o elemento propulsor da existência do movimento. Claro que a compreensão de como pode ser tal transformação e o que ela significa pode gerar distinções internas nas ramificações dos movimentos sociais. Existem ramificações que entendem que a transformação situacional do grupo só pode ocorrer com a concomitante transformação social (instituição de uma nova sociedade) e outras que concebem que bastam reformas ou então defendem que a alteração apenas na situação grupal é possível e suficiente (VIANA, 2016b).

Assim, os princípios apresentados por Berger contribuem para compreender esse processo. Segundo ele:

O elemento fundamental do projeto, portanto, é o objetivo final, pois é ele que oferece a finalidade e razão de existência de um movimento social. O projeto só existe verdadeiramente se houver um objetivo final e se os objetivos imediatos estão coerentes ou pelo menos não entram em contradição com ele. Assim, a correspondência, e em alguns casos, devido condições sociais e históricas, a não-contradição, entre objetivos imediatos e objetivo final é fundamental para a existência de um projeto. O *princípio da correspondência* expressa a necessidade do objetivo imediato corresponder, reforçar, apontar, para o objetivo final. O *princípio da não-contradição* expressa a necessidade do objetivo imediato não-contradizer o objetivo final, o que significa não promover ações e decisões que sejam obstáculos, presentes ou futuros, para sua concretização (BERGER, 2015).

A discussão de Berger remete ao processo de necessidade de correspondência e não-contradição entre objetivos imediatos e objetivo final dos movimentos sociais. Porém, podemos retirar esses princípios deste contexto e usá-los no contexto da análise das organizações mobilizadoras. Uma organização é uma ramificação de um movimento social quando não estabelece uma contradição com o objetivo (final) do mesmo, ou seja, quando há correspondência entre o seu objetivo e o do movimento social.

Em síntese, uma organização mobilizadora deixa de ser ramificação de um movimento social (o que significa que deixa de ser organização mobilizadora) quando não expressa mais o objetivo do movimento social que lhe deu origem. Sem dúvida, ela também pode deixar de sê-lo ao deixar de existir ou deixar de mobilizar. No primeiro caso, é uma obviada, pois não existirá mais a organização. No segundo caso, a organização continua existindo, mas não mobiliza e, portanto, mudou de objetivo.

A questão fundamental é: por qual motivo a organização mobilizadora muda de objetivo? Aqui é que se torna importante discutir as formas organizacionais e o processo de mercantilização. As organizações mobilizadoras são, geralmente (e principalmente com o seu surgimento), organizações autárquicas. As organizações autárquicas são não-burocráticas, isto é, são formas de auto-organização. As organizações burocráticas se caracterizam por possuir um quadro dirigente (a burocracia) assalariado que exerce a direção e se legitima através de normas escritas e se estrutura e organiza através de meios formais de admissão, hierarquia, concentração do poder de decisão e meios de administração nas mãos dos dirigentes³, cujo objetivo é realizar o controle institucional cujo fim último é a reprodução do capitalismo (VIANA, 2015)⁴. As organizações autárquicas não possuem quadro dirigente, sua legitimação

³ Alguns desses elementos estão nas características apresentadas por Max Weber em seu tipo ideal de burocracia (WEBER, 1971). No entanto, não se trata de um “tipo ideal” e sim um conceito e sua fonte de inspiração principal é a concepção de Marx (VIANA, 2015), embora tenha outras fontes de inspiração além desses dois autores clássicos.

⁴ Marx explicitou que a burocracia é um fenômeno da sociedade moderna (VIANA, 2015; MARX, 1987). Apesar disso, se tornou comum atribuir a sociedades pré-capitalistas a existência de uma burocracia, incluindo o que Marx

ocorre via processos decisórios coletivos e sua organização é caracterizada pelo nivelamento e se houver “funções” e “atribuições”, elas não são hierárquicas e permanentes e sim niveladas e provisórias. A diferença fundamental, embora não seja a única, é que nas organizações burocráticas há um quadro dirigente, uma burocracia, e nas organizações autárquicas há uma indistinção de posições no processo decisório e na execução.

Sem dúvida, é possível confundir as organizações autárquicas com organizações burocráticas em formação ou com obstáculos para completar seu processo de burocratização. As organizações burocráticas informais são burocracias incipientes, nas quais podem faltar algumas características das mesmas, como o assalariamento, meios de administração, etc. O aparato estatal, as universidades, as grandes igrejas, os partidos políticos legalizados, os sindicatos, são organizações burocráticas. Um grupo político que almeja se torna um partido legalizado pode ser uma burocracia informal ou formal, dependendo do caso.

As organizações mobilizadoras são, em sua maioria⁵, organizações autárquicas, mas pode assumir a forma de organizações burocráticas formais ou informais. Quando as organizações mobilizadoras surgem das mobilizações ou da atuação dos integrantes do grupo social de base do movimento social, elas são geralmente autárquicas. No entanto, se a origem é outra ou com o passar do tempo, elas podem surgir como organização burocrática ou realizar a passagem de uma forma organizacional a outra, se burocratizando. Para aquelas que nascem como organizações autárquicas, o caminho é, geralmente, se tornar burocracia informal, para, posteriormente, se tornar formal. Esse processo tem um impacto nos objetivos da organização mobilizadora e quando chega a um determinado ponto, perde o seu caráter mobilizador, ou seja, seu vínculo com o movimento social.

Esse processo foi denominado por Etzioni (1976), ao tratar de organizações em geral, como substituição de objetivos. A substituição de objetivos não significa, necessariamente, que o objetivo original seja totalmente abandonado, pois ele pode sobreviver como “objetivo declarado”, embora já não seja mais o “objetivo real” (ETZIONI, 1976). Assim, quanto maior a organização, maior é a tendência à burocratização, gerando o que foi denominado “lei férrea da oligarquia” (MICHELS, 1981).

Esse processo é reforçado e completado pelo fenômeno da mercantilização. O processo de mercantilização é aquele no qual tudo é paulatinamente transformado em mercadoria ou

denominou “modo de produção asiático”. Contudo, os leitores atentos percebem facilmente que ele não utilizou tal termo para analisar este modo de produção (VIANA, 2015).

⁵ O que significa quantidade e não força, poder de pressão, etc.

mercancia (VIANA, 2016b)⁶. Existe um processo de mercantilização das ramificações dos movimentos sociais. Esse processo gera “escalas de mercantilização”, que expressam a necessidade de dinheiro no seu interior⁷. A escala de mercantilização vai da mínima, passando pela média, até chegar a máxima (VIANA, 2016a). Quando a mercantilização ultrapassa a escala máxima e isso ocorre no âmbito de uma organização burocrática, ou acontece, simultaneamente, a passagem para a escala máxima e a burocratização formal (total), a organização mobilizadora deixa de ser uma ramificação de um movimento social. A mercantilização reforça a burocratização e vice-versa.

E por qual motivo, nesse momento, a organização deixa de ser mobilizadora, ou seja, ramificação de um movimento social? Esse processo ocorre por causa que a mercantilização gera a necessidade de recursos financeiros. Uma pequena organização autárquica pode realizar mobilização com a contribuição dos integrantes, uso de formas de arrecadação de dinheiro (festas, rifas, etc.), que não são permanentes e dispendiosas. Isso significa a escala mínima de mercantilização. No entanto, quando passa a ter despesas financeiras permanentes (uma sede que pode, por exemplo, trazer despesas de aluguel, energia, etc.), passando para a escala média de mercantilização. Nesse caso, o objetivo da organização mobilizadora passa a conviver com a necessidade de arrecadação, mesmo que sua existência seja para garantir as mobilizações. Nesse momento, há uma alteração no interior da organização, os recursos financeiros se tornam uma necessidade e o cálculo mercantil se impõe⁸. A intensificação desse processo gera a escala máxima de mercantilização, que é quando os recursos financeiros se tornam um objetivo ao lado da mobilização e do objetivo final a que se propunha a organização mobilizadora. O seu

⁶ As mercadorias são os bens materiais produzidos no âmbito do modo de produção capitalista, sendo produtos do trabalho humano e portadoras de valor de uso e valor de troca, enquanto que as mercancias são bens culturais e coletivos (em alguns casos podem ser bens materiais, como obras de arte) produzidas fora do âmbito do modo de produção capitalista e por isso possuem a forma de uma mercadoria (valor de uso e valor de troca), mas não sua substância, sua materialidade, já que são constituídas em outras relações sociais, as formas sociais burguesas, ou, simplesmente, “superestrutura”.

⁷ A questão da burocratização recebeu algum tratamento na produção sociológica sobre os movimentos sociais e a questão da mercantilização raramente foi citada, mesmo usando outra linguagem. Uma exceção é a abordagem institucionalista, mais conhecida como TMR – Teoria da Mobilização de Recursos. Essa escola é geralmente acusada de tratar de organizações e não de movimentos sociais, que ela confundiria. No entanto, essa crítica é equivocada, pois tal escola distinguia entre movimentos sociais, organizações dos movimentos sociais, e indústria de movimentos sociais, sendo que suas pesquisas se voltavam para as organizações (McCARTHY e ZALD, 2016). Apesar do mérito em colocar o foco na questão das organizações e destacar a necessidade de recursos, a abordagem institucionalista padece de falta de base teórica e por isso seu caráter mais descritivo que explicativo. De qualquer forma, a abordagem institucionalista destacou o que diversas outras abordagens dos movimentos sociais evitou ou desconheceu: o significado da burocracia e do dinheiro nos movimentos sociais.

⁸ O cálculo mercantil é semelhante ao que Weber denominou “cálculo racional” e Bettelheim denominou “cálculo econômico” (VIANA, 2016b).

caráter de organização mobilizadora já se encontra comprometido. Quando a escala máxima de mercantilização é acompanhada pela burocratização formal, então deixa de ser organização mobilizadora e passa a ser organização burocrática, rompendo com seu caráter de ramificação de um movimento social.

Esse processo é explicado pelo fato de que a burocratização gera interesses próprios para a burocracia⁹ e a mercantilização reforça isso, além de gerar o objetivo da autorreprodução financeira da organização. A autorreprodução da burocracia (quadro dirigente) e financeira gera um objetivo superior ao original. O objetivo original é substituído e abandonado ou secundarizado, virando *objetivo declarado*, mas não *objetivo real* (ETZIONI, 1976). O vínculo com o movimento social se torna apenas aparente ou fonte de legitimação de uma organização burocrática que visa sua própria reprodução e seus próprios interesses.

Significado e Dinâmica das Organizações Mobilizadoras

As organizações mobilizadoras são fundamentais para os movimentos sociais. Os movimentos sociais possuem várias ramificações, mas as organizações mobilizadoras são as mais estruturadas e que possibilitam uma maior mobilização e eficácia. Uma grande parte dos estudos sociológicos e de outras ciências humanas sobre os movimentos sociais se dedicam, na verdade, a analisar organizações mobilizadoras. Esse caso é mais comum no que se refere ao movimento estudantil¹⁰.

As organizações mobilizadoras são não somente a face mais visível dos movimentos sociais e um dos seus principais elementos propulsores, mas também uma das fontes da hegemonia no interior dos mesmos. Por isso é importante entender a dinâmica e significado das organizações mobilizadoras. Podemos afirmar que existe uma dinâmica tendencial nas organizações mobilizadoras. A dinâmica tendencial é a que descrevemos anteriormente: surgimento como organização autárquica, processo de burocratização e mercantilização, que gera sua transformação em organização burocrática e desvinculação real (que pode se manter discursivamente ou formalmente) do movimento social do qual emerge. Essa é a dinâmica tendencial de grande parte das organizações mobilizadoras, especialmente as que conseguem “sucesso”.

⁹ A este respeito há uma produção sociológica que vai desde Michels (1981), passando por Etzioni (1976), até chegar a Viana (2015).

¹⁰ “Muitas das pesquisas realizadas no Brasil sobre movimento estudantil são na verdade sobre organizações estudantis, especialmente a União Nacional dos Estudantes – UNE” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 80).

É possível pensar outras dinâmicas de desenvolvimento das organizações mobilizadoras. Algumas não se tornam organizações burocráticas, outras perecem rapidamente, etc. Não é impossível que uma organização burocrática informal possa se tornar organização autárquica, apesar das dificuldades disso ocorrer e, mais ainda se manter. Esse é o caso de um Centro Acadêmico, ou seja, uma organização mobilizadora do movimento estudantil. Ele pode ser já uma burocracia informal, mas uma nova chapa ou contexto político institucional ou nacional pode transformá-lo em organização autárquica. Um caso concreto pode demonstrar isso. O Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás se organizou como burocracia informal durante algum tempo (desde sua formação até 1987), sendo que se democratizou ao passar a ter uma direção colegiada (1988) e após isso se tornou uma organização autárquica (1989-1996) e, posteriormente, voltou a se organizar como burocracia informal. Esse processo possui várias determinações, entre as quais, os indivíduos envolvidos no processo, as teorias, ideologias, concepções organizacionais, existentes, as condições institucionais, etc.

Para entender essa dinâmica é preciso compreender não apenas as organizações mobilizadoras em si, mas também as suas determinações, as suas relações com outras instituições (Estado, partidos, universidades), a hegemonia e luta cultural no seu interior e na sociedade civil, etc. A tendência é que as organizações burocráticas externas reforcem o processo de burocratização interna das organizações mobilizadoras e contribuam com o desvirtuamento de seus objetivos originais e grupais. Esse processo é suficiente para demonstrar a complexidade da dinâmica das organizações mobilizadoras e suas tendências.

É neste contexto que podemos discutir o significado das organizações mobilizadoras. Já apontamos sua importância: maior estruturação, capacidade de mobilização e eficácia. Porém, isso, inserido em sua dinâmica e formas de desenvolvimento, alteram um pouco o quadro analítico. As organizações mobilizadoras autárquicas são mais estruturalmente ligadas ao objetivo grupal que é a transformação situacional do grupo social de base do movimento social do qual é ramificação. Para aumentar sua capacidade de mobilização, sua eficácia, precisa, e geralmente busca, o crescimento e racionalização. Isso gera a tendência à burocratização. A sua transformação em burocracia informal traz a busca de resultados e a mercantilização que pressionam para a sua transformação em organização burocrática¹¹.

¹¹ Existem algumas exceções, como, por exemplo, organizações burocráticas informais limitadas por seu vínculo com outras instituições, como as organizações estudantis no interior de uma universidade, pois isso impede o assalariamento e outros processos burocratizantes.

Esse é o dilema das organizações mobilizadoras: quanto mais fortes e eficazes, mais distantes do objetivo dos grupos sociais de base dos movimentos sociais dos quais são ramificações. Por outro lado, quanto menos organizações mobilizadoras e menos estruturadas elas forem, menor tende a ser sua capacidade de mobilização, bem como sua eficácia. Isso, no entanto, nem sempre ocorre. Determinadas situações sociais, como épocas de crise de regime de acumulação, ascensão e radicalização das lutas de classes, etc., permite um certo processo de estruturação e crescimento que possui maior dificuldade de desembocar em burocratização formal das organizações mobilizadoras. A dinâmica do movimento social do qual é ramificação, bem como suas lutas internas (culturais, organizacionais, etc.), são outra determinação importante para compreender sua dinâmica e dilemas.

Existe, no entanto, outras possibilidades que permitem uma maior organização, capacidade de mobilização e eficácia sem ocorrer o processo de burocratização. Esse processo pode ocorrer através da associação autárquica de diversas organizações mobilizadoras de um movimento social. Uma associação autárquica é não burocrática, não tendo divisão entre dirigentes e dirigidos, nem hierarquia, ou seja, ela une organizações autárquicas sob forma nivelada, formando uma associação fundada na autarquia¹². Historicamente, algumas iniciativas nesse sentido foram esboçadas, mas sob forma ainda incipiente.

Em síntese, o significado das organizações mobilizadoras é sua dubiedade, pois ao mesmo tempo em que pode promover um avanço, pode efetivar o seu recuo, sendo uma necessidade dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, um risco. Elas podem fazer avançar a luta, mas podem gerar o seu recuo e fracasso. Podem apontar para a ruptura ou para a integração, dependendo de sua dinâmica inserida na totalidade das relações sociais.

Considerações Finais

A compreensão das organizações mobilizadoras como ramificações dos movimentos sociais é importante para evitar confusões e avançar na compreensão destes fenômenos sociais. Da mesma forma, analisar as formas organizacionais, as formas desenvolvidas pelas organizações mobilizadoras, a sua dinâmica e significado, são fundamentais. O presente artigo teve o objetivo de fazer uma breve discussão a tal respeito.

¹² O termo “autarquia” tem vários significados, desde “poder absoluto” até instituição estatal com relativa autonomia. Autarquia, aqui, quer dizer “uma organização sem divisão entre dirigentes e dirigidos, sem quadro dirigente, sem burocracia, e, por conseguinte, o que é seu aspecto positivo, a sua direção é coletiva, bem como a decisão, no plano interno, da organização” (VIANA, 2016c).

O nosso ponto de partida foi a conceituação de movimentos sociais e organizações mobilizadoras. Depois, realizamos, a partir das abordagens de Marx, Weber, Michels, Etzioni e outros autores, uma discussão sobre as formas de organização e as organizações mobilizadoras, seus objetivos e mutações. A formação, desenvolvimento e declínio das organizações mobilizadoras são explicadas a partir de sua inserção na totalidade da sociedade e em sua relação com os movimentos sociais dos quais fazem parte. A tendência é a de transformação das organizações mobilizadoras em organizações burocráticas¹³, abandonando, assim, o seu caráter de ramificação de um movimento social.

A reflexão aqui apresentada sobre as organizações mobilizadoras deve ser enriquecida com novas reflexões e análises de casos concretos, que permitem trazer novos problemas, novas hipóteses e novas teorias. Por conseguinte, é uma reflexão inicial que pode se desdobrar em outras reflexões mais profundas e pesquisas concretas.

Referências bibliográficas

BERGER, Patrick. Movimentos Sociais, Futuro e Utopia. *Marxismo e Autogestão*, 02(03), p. jan./jun., 2015.

BOTTOMORE, Tom. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CONCEIÇÃO, Marcus Vinicius. Reflexões sobre o Movimento Estudantil e o Maio de 1968. In: *O Movimento Estudantil em Foco*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

ETZIONI, Amitai. *As Organizações Modernas*. 5ª edição, São Paulo: Pioneira, 1976.

JENSEN, Karl. *Que Fazer?*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

McCARTHY, J. e ZALD. M. Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial. *Movimentos Sociais*, 01(01), 2016..

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Edunb, 1981.

TOURAINÉ, Alain. Os Movimentos Sociais. In: MARTINS, José de Sousa e FORACCHI, Marialice. (orgs.). *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

VIANA, Nildo. *Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social*. *Marxismo e Autogestão*, 2(3), 2015.

¹³ O que pode ser ilustrado com o caso do Greenpeace, um entre milhões de casos.

VIANA, Nildo. *Marx e a Burocracia*. *Plural*, 5(02), 2015.

VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016.

VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais*. Rio de Janeiro: AR editora, 2016.

VIANA, Nildo. *Os Objetivos dos Movimentos Sociais*. *Movimentos Sociais*, 01(01), 2016.

VIANA, Nildo. *Organizações: Reprodução ou Transformação?*. *Espaço Livre*, 11(21), 2016c.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Notas Introdutórias Sobre o Amor na Sociedade Capitalista

Felipe Mateus de Almeida *

Segundo Erich Fromm, existem vários tipos de amor na sociedade capitalista, sendo eles o amor materno, o amor erótico, o amor de Deus e o amor fraterno (FROMM, 1991). Nesse artigo, pretendemos apresentar uma breve reflexão sobre a impossibilidade do amor fraterno na sociedade capitalista, compreendendo esse tipo de amor como o sentimento de “responsabilidade, de cuidado, de respeito por qualquer outro ser humano, o seu conhecimento, o desejo de aprimorar-lhe a vida” (FROMM, 1991, p. 61).

Richard Sennet (2012), em seu livro *A Cultura do Novo Capitalismo*, afirma que no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, nós praticamos a chamada paixão consumptiva. Essa paixão deve ser compreendida como aquela que acaba na própria intensidade, ou seja, tudo aquilo que é utilizado está sendo consumido. É uma paixão que cria desejos ardentes, porém superficiais. A nossa imaginação se torna objeto de manipulação através da criação de produtos que mesmo sendo iguais em seu uso, acabam ganhando status de diferenciação por conta de sua marca. Através dessa manipulação da imaginação e dos desejos por meio da marca e que nos induz ao consumo desenfreado, surge o desejo da potência. Mesmo não precisando de um *iPod* com capacidade para armazenar dez mil músicas, eu o adquiro pela questão da praticidade e do conforto que ele me dá por não ter que ficar salvando minhas músicas em CDs ou pendrives com capacidade de armazenamento reduzida. Diante disso, Sennet vai sustentar o argumento de que não conseguimos mais limitar aquilo que queremos ao que podemos fazer. A partir do momento que somos induzidos ao jogo de manipulação de nossa imaginação e de nossos desejos através da marca e da potência, nós perdemos a nossa capacidade de mensurar as nossas necessidades e prioridades.

Acreditamos que é possível tomar o pensamento de Sennet emprestado para afirmar que a partir da manipulação da imaginação e do desejo, bem como das nossas necessidades práticas de consumo, nossos sentimentos também se tornam consumptivos. Tudo aquilo que sentimos faz parte de uma determinada realidade social, ou seja, nossos sentimentos ou

* Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Membro do Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho da Universidade Federal de Goiás - NEST/UFG. Autor de diversos artigos em periódicos especializados em Ciências Sociais, Sociologia e Ciências Sociais Aplicadas.

valores não são desenvolvidos do nada, eles são expressões de uma realidade concreta. Um exemplo claro disso se encontra no amor.

Erich Fromm (1982) vai dizer que existem dois modos de existência: o modo *ter* e o modo *ser*. Segundo o autor, o modo *ser* tem como requisito,

(...) a independência, a liberdade e a presença de razão crítica. Sua característica fundamental é a de ser ativo, não no sentido de atividade externa, de estar atarefado, mas no sentido de atividade íntima, de emprego criativo dos poderes humanos. Ser ativo significa manifestar as faculdades e talentos no acervo de dotes humanos de que todo ser humano é dotado, embora em graus variáveis. Significa renovar-se, evoluir, dar de si, amar, ultrapassar a prisão do próprio eu isolado, estar interessado, desejar, dar. (...) o ser é indefinível em palavras e só comunicável pela comunhão da minha experiência (FROMM, 1982, p. 97).

No modo *ser* de existência os indivíduos são livres e independentes para desenvolverem suas potencialidades e sua razão crítica, ou seja, eles podem pensar e agir livremente sem a imposição de ordens e normas de conduta que venham de órgãos burocráticos e instituições superiores – estado, governo, polícia etc. - que regulem o seu desejo de mudança e a sua preocupação para com os seus semelhantes. Os homens são seres ativos, não no sentido de se manterem sempre ocupados, estressados, atarefados e com vontade de ganhar mais dinheiro para poderem consumir mais mercadorias e conquistarem prestígio e *status*; eles são ativos porque podem desenvolver e trabalhar seus poderes criativos, a sua capacidade de amar, a sua capacidade de lidar com o próximo, a capacidade de lidar consigo mesmos; é ser ativo no sentido de poder evoluir, de admitir seus medos e fraquezas e procurar uma maneira de superá-los. No modo *ser* o indivíduo aprende a atuar em prol do seu semelhante, ele se doa e se coloca a disposição da coletividade; ele consegue ultrapassar a barreira do seu próprio isolamento e passa a se mostrar interessado em aprender com o outro e com a sociedade; ele tem na mente e no coração o desejo de ser feliz, mas ser feliz de verdade ao invés de viver uma realidade artificial e ilusória como a que é proporcionada pela lógica do consumo e da mercadoria. E o mais importante de tudo é que no modo *ser* as palavras não conseguem realizar as coisas, mas são os atos que as realizam e as fazem acontecer.

Em detrimento do modo *ser*, Fromm vai dizer que existe o modo *ter* de existência:

A natureza do modo *ter* de existência decorre da natureza da propriedade privada. Nesse modo de existência, tudo o que importa é minha aquisição de propriedade e meu irrestrito direito de manter o adquirido. O modo *ter* exclui todos os demais; ele não exige qualquer esforço a mais de minha parte para manter minha propriedade ou para fazer uso produtivo dela. Buda definiu esse modo de conduta como a ânsia de posse, os judeus e os cristãos o definiram como cobiça; ele

transforma tudo e todos em algo inerte e sujeito ao poder de alguém (FROMM, 1982, p. 87).

E continua dizendo que:

O modo *ter* de existência, a atitude centrada no móvel da propriedade e do lucro, necessariamente produz o desejo, e mesmo a necessidade de força. (...) No modo *ter*, a felicidade consiste na superioridade sobre outros, no poder e, em última análise na capacidade de conquistar, roubar, matar (FROMM, 1982, p. 91).

Nesse sentido, o modo *ter* é o inverso do modo *ser*. Nesse modo de existência o que vale é a lógica da propriedade privada. Eu só tenho algo se ele estiver em minhas mãos, se eu puder tocá-lo, se eu puder comprá-lo, se eu puder mostrá-lo para os outros. Só posso usufruir de algo se ele tiver sido comprado. Tudo aquilo que tenho serve para causar inveja nos outros, para causar o desejo de aquisição. O que vale é a posse, o objeto, a coisa, a mercadoria. No modo *ter* não existe a atividade criativa, o homem vive ocupado, estressado, ansioso, entupido de atividades no trabalho para poder ganhar dinheiro e consumir tudo em mercadorias baratas. Não existe desenvolvimento das potencialidades e nem das capacidades criativas, pois os homens são apáticos, passivos e não tem vontade de aprender com o outro. No modo *ter* não existe o desejo de ver o desenvolvimento de toda a coletividade, porque o que é ensinado e legitimado é a prática do individualismo. Esse modo de existência não nos ensina a praticar o amor, a compaixão, o altruísmo e a paciência, ele nos ensina a ser invejosos, rancorosos, egocêntricos e impacientes. Quando praticamos a “filosofia” do *ter* nós não conseguimos ultrapassar a barreira da nossa solidão e do nosso isolamento e, por conta disso, não conseguimos preencher o nosso vazio existencial.

A análise de Fromm é boa, porém falta concreticidade em algumas questões. A maneira como é apresentada essa análise dá a entender que vivenciar o modo *ter* ou o modo *ser* é uma questão de escolha individual, o que não é verdade. Na sociedade capitalista, o ser humano não desenvolve suas potencialidades porque encontra-se subordinado a um processo de produção de valores e relações sociais em que não tem tempo para pensar em seu desenvolvimento por completo, mas apenas em alguns aspectos. O indivíduo é orientado por uma lógica da divisão social do trabalho, onde sua principal preocupação é tornar-se capacitado para exercer uma atividade na cadeia produtiva que seja capaz de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. A sociedade capitalista não forma indivíduos livres e autônomos como muitas vezes prega o discurso neoliberal. Ela forma indivíduos para o capital, prontos para atenderem os interesses e necessidades do mercado, o que acaba por obliterar o modo *ser* e legitimar o modo *ter* e existência.

Em seu livro *Arte de Amar*, Fromm (1991) vai dizer que o amor é uma atividade produtiva que deve ser praticada e desenvolvida com o decorrer do tempo. Para que se possa praticar o amor é preciso que se tenha cuidado, responsabilidade, respeito e conhecimento. Cuidado significa estar preocupado com quem amamos, ou seja, é estar sempre atento aos medos e anseios da pessoa amada; responsabilidade no amor significa estar pronto para compreender as necessidades psíquicas do outro; o respeito no amor tem a tarefa de perceber as características individuais da pessoa que se gosta, o que quer dizer que não podemos ver o outro como uma posse ou um bem que nos obedece a qualquer custo, mas sim como um ser humano sensível que também possui suas necessidades particulares; o conhecimento na arte da amar significa ir a fundo ao coração da pessoa amada, é fazer um esforço constante para penetrar no âmago de quem se ama, respeitando seus limites e conquistando esse espaço aos poucos. Conhecer é tentar compreender o outro a partir de suas opiniões e de seus anseios. Nesse sentido, o amor é algo que demanda tempo, paciência e capacidade de reflexão.

Em uma sociedade capitalista, dividida em classes sociais e onde vigora a lógica do modo ter, o tempo tem se tornado cada vez mais escasso e cronometrado. A consequência disso é que não conseguimos aprimorar nossa capacidade de amar e nem nos sobra tempo para conhecermos a nós mesmos. O amor é uma prática cada vez mais escassa no capitalismo, pois o cansaço físico e psíquico advindos da necessidade de trabalhar, produzir e sobreviver, nos deixam desanimados e faz com que joguemos para segundo plano o aprimoramento e a construção de relações sociais afetivas duradouras e sinceras.

Além das questões suscitadas nos parágrafos anteriores, é preciso ressaltar o papel dos valores sociais capitalistas como reprodutores do discurso dominante que acaba por atrapalhar o desenvolvimento do amor. Todas as relações sociais desenvolvidas em um determinado modo de produção são orientadas segundo determinados valores e determinadas concepções. Em uma sociedade capitalista e, onde ocorre o antagonismo entre as classes sociais, os valores também são antagônicos ou heterogêneos:

O ser humano é um ser social e por isso as relações sociais são fontes de valores. (...) em sociedades heterogêneas (de classes) existe heterogeneidade de valores. (...) cada classe social bem como outros grupos sociais, produzem valores diferentes e, em muitos casos, conflitantes. O conflito social é acompanhado pelo conflito de valores (VIANA, 2007, p. 24).

Em sociedades classistas, os valores podem ser definidos como valores autênticos e valores inautênticos, sendo os valores autênticos universais e os valores inautênticos

históricos, transitórios e particularistas (VIANA, 2007, p. 24). Isso quer dizer que os valores inautênticos são valores histórico-particularistas que servem como base de legitimação para a ideologia da classe dominante e de suas vontades para que os mecanismos de exploração da classe proletária (no caso do modo de produção capitalista) continuem funcionando de maneira correta sem que ajam conflitos ou levantes revolucionários contra a sociedade capitalista. Esses valores são históricos porque são construídos em uma determinada época; são transitórios porque mudam de acordo com as necessidades de mudanças do modo de produção capitalista e são particularistas porque representam as vontades apenas da classe dominante e não possuem um caráter universal, verdadeiro e emancipatório com o objetivo de superar as contradições do capital, libertando os indivíduos de suas amarras e de suas contradições. Esse papel de libertação está associado à questão dos valores autênticos que por conta da dominação dos valores inautênticos se encontram acobertados e esquecidos no inconsciente da classe proletária.

Partindo dessa discussão, nossa concepção de valores está associada à discussão apresentada por Viana que diferencia valores axiológicos de valores axionômicos. Os valores axiológicos podem ser definidos como: “(...) aqueles valores que correspondem aos interesses da classe dominante e, portanto, servem para regularizar as relações sociais. Eles “transformam em virtude”, aquilo que é para reprodução de uma determinada sociedade de classes, uma necessidade” (VIANA, 2007, p.34). Os valores axiológicos são os valores da classe dominante e representam as necessidades, anseios e vontades dessa classe que acabam sendo universalizados por conta de ideologias¹ que legitimam os interesses dessa classe dominante. Nesse sentido, na sociedade capitalista, temos a predominância dos valores axiológicos dos quais podemos citar a competição, o individualismo e a possessividade, que acabam por gerar sentimentos e atitudes como o ciúme, o desrespeito e a falta de cuidado com o outro. Se o amor implica cuidado, respeito, responsabilidade e conhecimento, essa prática se torna algo muito difícil – para não dizer impossível – de se reproduzir no seio da sociedade capitalista.

Antes de qualquer coisa, para se praticar o amor é preciso desenvolver a prática da solidariedade. Não uma solidariedade burguesa e individualista, onde o indivíduo acha que fazer ações de filantropia é estar sendo solidário. A solidariedade que leva ao amor deve ser compreendida como aquela onde o indivíduo se reconhece como sendo parte de uma

¹ Ideologia como falsa consciência sistematizada, para utilizar a terminologia de Marx.

sociedade em que vigora a exploração, sendo preciso então, após esse reconhecimento, passar a fazer parte do processo de luta pela supressão e superação da sociedade capitalista e de suas relações sociais de exploração.

É com o desenvolvimento da solidariedade e do processo de luta pelo fim do modo de produção capitalista, sua sociedade e suas relações sociais, que o amor começa a florescer. A luta acaba por desenvolver o sentimento de pertencimento a uma classe social, e é nesse sentimento de pertencimento que buscamos aprofundar o nosso conhecimento sobre aqueles que estão ao nosso lado batalhando por uma sociedade radicalmente diferente da que vivemos atualmente. A partir da solidariedade e do sentimento de pertencimento, o respeito, o cuidado, a responsabilidade e o conhecimento tornam-se práticas constantes em nosso cotidiano. Respeitamos quem está ao nosso lado, sabendo de suas características pessoais; cuidamos de quem está perto de nós para que a pessoa aprenda e ao mesmo tempo nos ensine algo; respeitamos e passamos a conhecer um pouco mais daqueles que nos rodeiam, para que juntos possamos pensar em táticas de luta e enfrentamento que nos ajudem a conquistar a libertação das amarras do capitalismo.

Nesse processo de luta conjunta, onde nos identificamos com indivíduos que possuem ou estão começando a amadurecer seu engajamento revolucionário, é que nós muitas vezes encontramos nosso companheiro ou companheira para um relacionamento. O processo de luta contra o capitalismo nos ensina a superar a inveja, o ciúme e o sentimento de posse de alguém, no sentido de ver esse alguém como um objeto ou uma mercadoria. A partir do momento em que começo a perceber que o outro não é minha posse, mas é algo que me completa e me auxilia no meu processo de amadurecimento e de luta contra o capitalismo, posso dizer que estou começando a aprender o que é o amor.

Sendo assim, a conclusão a que podemos chegar é que o amor fraterno só é possível em uma sociedade onde não existam classes sociais, nem dirigentes e dirigidos. É preciso que o modo de produção capitalista seja superado para que nossos valores autênticos possam ser colocados em prática. Para aqueles que lutam por essa prática do amor e das demais relações que advém dela (amizade, solidariedade, felicidade, sinceridade, paz e harmonia) resta uma mistura de tristeza e esperança. Tristeza porque se sabe o quão difícil é sustentar valores autênticos e sinceros em uma sociedade permeada pela lógica do capitalismo e da luta de classes, pois as críticas são muitas e o caminho é tortuoso. Esperança porque não se pode deixar de acreditar na transformação social, porque se sabe que existem pessoas que

também pensam assim e enxergam em um futuro talvez não muito distante, uma sociedade onde o amor e as demais relações sociais afetivas, bem como as relações sociais materiais, poderão se desenvolver de forma plena e com tempo para serem aprimoradas e repensadas.

Referências bibliográficas

FROMM, Erich. *A arte de amar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991.

FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SENNET, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

VIANA, Nildo. *Os valores na sociedade moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.

Um Olhar Sobre a Questão Carcerária no Brasil

André Melo*

Recentemente em 2017, rebeliões nas cadeias das cidades de Manaus, Boa Vista e em Natal mais de cem presos foram mortos e, segundo consta na imprensa, foram resultado do conflito de facções do crime organizado dentro das prisões pela disputa de poder dentro das cadeias. Isso nos mostra de forma clara o problema que existe no sistema carcerário brasileiro. Prisões superlotadas, com condições mínimas de higiene e saúde, a omissão do Estado, no sentido ressocializar o preso, faz com que o sistema carcerário no Brasil, a exemplo de outros países, tenha a fama de que quem entra na cadeia, sai pior do que entrou.

Este problema deve ser analisado em toda sua extensão, o que ultrapassa os limites da questão da segurança pública. Existem opiniões muito contraditórias sobre a questão. Estas vão desde os setores ligados à área jurídica que defendem a necessidade do endurecimento das leis, a construção de mais cadeias e até criar mecanismos para que o preso trabalhe durante o cumprimento da pena como forma de diminuir o gasto público com o sistema carcerário. Por outro lado, grupos ligados aos direitos humanos, defendem um tratamento mais justo para o preso, contudo sem aprofundar sobre as causas da violência.

Contudo precisamos entender como que na sociedade capitalista, atualmente tem crescido a violência e, conseqüentemente o número de indivíduos presos. Isso é claramente o reflexo de políticas de orientação neoliberal que sinteticamente, reduzem os gastos Estatais com políticas sociais, desregulamenta as relações de trabalho e aumenta o exército de desempregados. Esses desempregados em muitas cidades acabam por cair nas mãos do crime organizado e se caírem nas mãos do Estado, vão para a prisão.

O objetivo do artigo é fazer uma análise comparativa da questão carcerária nos Estados Unidos e Brasil. Como que nos Estados Unidos, a partir dos anos 1970 com a implementação de políticas de orientação neoliberais, aumentaram drasticamente o número de presos, paralelamente o Estado aumenta os gastos com segurança pública e diminui com gastos sociais (WACQUANT, 2012). Também analisaremos as políticas denominadas de tolerância zero e, como estas têm influenciado as políticas de segurança pública em outros países. No Brasil, vamos analisar a implementação de políticas de orientação neoliberais e especificamente no setor carcerário.

* Graduado em história pela Universidade Federal de Goiás, especialista em ciência política pela UEG, mestre em sociologia pela UFG e doutorando em sociologia pela Universidade Estadual de Goiás.

Partindo das concepções sobre as consequências das políticas neoliberais, a partir das análises de Harvey (2011) e Viana (2009), passando por autores que discutem a questão carcerária especificamente como Wacquant (2011, 2012), demonstraremos como as políticas neoliberais em relação à segurança pública tem servido para encarcerar uma grande parcela da classe trabalhadora e do lupemproletariado que vêm suas condições de vida se tornarem mais difíceis.

Neoliberalismo

O termo neoliberal, significa literalmente o novo liberalismo, contudo se analisarmos as práticas neoliberais, como a ajuda financeira que o governo americano deu para os bancos e grandes empresas depois da crise de 2008 (HARVEY, 2011) veremos que a ideia de que o mercado se autorregulará não passa de uma falácia. O neoliberalismo, que emergiu a partir da crise que o capitalismo passou nos anos 1960 (VIANA, 2009), teve como fundamento a ideia de que os mercados precisam ser livres da interferência estatal, de que o Estado deve cuidar de suas funções de Estado, como saúde, segurança e que garantindo as liberdades individuais, se torna possível o desenvolvimento da sociedade. O seu objetivo real era o desmonte do aparato do Estado bem-estar social¹ e a estabilidade de emprego e renda que a classe trabalhadora tinha neste período, isso nos países centrais.

É comum vermos nos jornais as manchetes de economia falando de crises na economia. Atualmente no Brasil estamos passando por uma, mas como que estas surgem e acabam nenhum jornal explica. Se analisarmos o capitalismo historicamente, veremos que ele passou por momentos em que o Estado e as relações de trabalho eram diferentes das atuais. Para entendermos estas mudanças, Viana (2009) denomina as fases do capitalismo, como regimes de acumulação. Assim podemos dividir os períodos do capitalismo em regimes de acumulação que se caracterizam por uma forma estatal, uma forma de organização do trabalho e uma forma de exploração internacional. Segundo Viana:

O regime de acumulação, portanto é a forma que o capitalismo assume durante o seu desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista, no entanto, possui uma tendência, determinada em sua própria essência: a produção de mais valor. O desdobramento da produção de mais valor é a acumulação de capital e este, por sua vez, gera a reprodução ampliada e a centralização e concentração do capital,

¹ Estado de bem-estar social e nome dado a forma estatal existente nos países centrais após 1945 e se caracterizava pela socialização do bem-estar social e proporcionava melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

gerando a expansão mundial do capitalismo e a exploração internacional, ao lado da ação estatal no sentido de garantir todo esse processo (2009, p. 31).

Outros desdobramentos são a resistência dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho bem como outras classes desprivilegiadas por maior assistência estatal. Outro desdobramento é que a produção capitalista se amplia de forma anárquica² e a competição entre capitalistas faz com que busquem mecanismos para obter mais lucro, geralmente em detrimento da classe trabalhadora, por outro lado os trabalhadores buscam melhores condições de trabalho, melhores salários, estas relações são reguladas pelo Estado. Em determinado momento estas contradições atingem um ponto agudo, abrindo possibilidades de transformação social e exigindo, do ponto de vista do capital uma reorganização do sistema. Neste ponto temos a crise que, segundo Viana, ocorrem:

Justamente quando um desses dois desdobramentos assume certa radicalidade e, na verdade, em um reforça o outro, pois as conquistas do proletariado interferem na extração de mais-valor, reforçando a tendência de queda da taxa de lucro e esta tendência, realizando-se e provocando a ação reativa da classe burguesa no sentido de aumentar a exploração para compensar tal queda, reforça o descontentamento e a luta do proletariado. Assim, um tende a reforçar o outro e proporcionar uma crise (2009, p31-32).

Logo, com a crise na qual um regime de acumulação não consegue manter a coesão social, abre-se o espaço para uma transformação social, do ponto de vista do proletariado ou, uma reorganização da sociedade do ponto de vista da burguesia, ou seja, um outro regime de acumulação. No contexto atual³, estamos no denominado regime de acumulação integral, que busca ampliar a extração de mais valor relativo e absoluto tanto no bloco imperialista como no bloco subordinado (VIANA, 2009). Esta ampliação se faz pela reestruturação produtiva na esfera da organização do trabalho, pelo neoimperialismo nas relações internacionais e pela emergência do Estado neoliberal, que analisaremos agora.

O neoliberalismo, surgiu como doutrina elaborada pelo economista Hayek nos anos 1940 (VIANA, 2009). Contudo, após a segunda guerra mundial, a forma de Estado que foi implantado nos países centrais foi o denominado Estado-de-bem-estar. Esse se caracterizava por investimentos públicos em necessidades coletivas e seguridade social. Com a organização do trabalho baseada no fordismo, e a intensificação da exploração internacional via capital transnacional. Consequentemente nos países subordinados como o Brasil, houve

² O termo produção anárquico do capitalismo, segundo Eaton (1965) diz respeito ao fato de que a produção capitalista não para de crescer, daí que decorre os problemas de superprodução.

³ Viana (2009) coloca a sucessão de regimes de acumulação, extensivo, intensivo, conjugado e integral, cada um correspondendo a um estágio do desenvolvimento capitalista.

uma intensificação da exploração da classe trabalhadora e a forma Estatal autoritária se seguiu em vários países do bloco subordinado.

A partir da crise de regime conjugado⁴ no fim dos anos 1960, em que os protestos mundiais em 1968 foram o ápice desse movimento, começa a ser retomada a ideologia neoliberal, que será posta em prática a partir da década de 1980 nos EUA com Reagan e na Inglaterra com Thatcher, sendo implementada no Brasil nos anos 1990 com Fernando Collor e Fernando Henrique e governos seguintes do PT. O princípio fundamental da ideologia neoliberal é o ilusório discurso da liberdade individual, em decorrência dela se faz necessário a desregulamentação estatal da economia deixando a mão do mercado regular as relações sociais, junto com o desmonte do aparato de seguridade social e direitos dos trabalhadores. Por fim temos a implementação da reestruturação produtiva, baseada no modelo japonês ou toyotismo de produção no qual se flexibiliza a produção intensificando a exploração do trabalhador, além de permitir terceirizações e subcontratações o que aumenta o desemprego. Segundo Viana:

O Estado neoliberal é a forma estatal necessária ao novo regime de acumulação, o regime de acumulação integral, que é um complemento necessário ao processo de reestruturação produtiva e alteração nas relações internacionais e que se caracteriza por conter gastos estatais, desregular o mercado e flexibilizar as relações de trabalho, subsidiar o capital oligopolista e aumentar a política de repressão e vigilância social (2009, p.87).

A fórmula geral das políticas neoliberais segue essa cartilha, contudo a sua implementação dependem do jogo das forças políticas, de um modo geral a implementação vem acompanhada de grandes protestos e a repressão estatal se intensifica. Como resultado, vemos um empobrecimento da maior parte da população, junto com o aumento do número de milionários⁵. Outro aspecto relacionado a redução dos gastos públicos é o surgimento das parcerias público-privadas nas quais o Estado transfere para ONGS a responsabilidade da assistência social que se retira. Além de não cumprir suas obrigações com eficiência essas parcerias deixam o custo com o Estado e os lucros com a iniciativa privada.

Questão Carcerária nos EUA

Como discutimos anteriormente o resultado da implementação de políticas neoliberais são o aumento da pobreza de populações que são atingidas pela reestruturação

⁴ Esse termo designa o regime que se caracterizava pelo Estado de bem-estar e a organização do trabalho baseada no fordismo.

⁵ Harvey (2008) afirma que após as privatizações no México, surgiram 113 milionários naquele país muitos se beneficiaram das privatizações de empresas públicas.

produtiva e perdem seus empregos e, por outro lado, a redução de gastos estatais limita a possibilidade de ter uma condição de vida razoável. Nos EUA, a população carcerária subiu 500% da década de 1970, quando começaram a ser implementadas políticas neoliberais, para os anos 2000 (WACQUANT, 2012). Segundo o mesmo autor, em 2012 existiam 2 milhões de pessoas encarceradas nos EUA e mais 6,5 milhões cumprindo penas alternativas ou liberdade condicional. Estes números são quatro vezes maiores que a vinte cinco anos atrás, e é a maior população carcerária do mundo.

Os EUA passam por um processo de transferência de indústrias, estas vão em busca de mão-de-obra mais barata em países como o México, que têm legislações trabalhistas frágeis e governos lenientes com a exploração da classe trabalhadora pagando baixos salários. Nos países que perdem esses empregos, no caso os países centrais da Europa e América do Norte, a mão-de-obra acaba por se colocar em postos precarizados, na economia informal ou no crime organizado, principalmente (WACQUANT, 2011) a economia da droga. Muitas cidades dos EUA, segundo Wacquant (2011, 2012), como Los Angeles, Miami e Nova York se tornaram a partir dos anos 1970 locais com altos índices de criminalidade.

Paralelo a isso, o governo reduziu os gastos públicos com educação, seguro social e saúde e começou a investir mais em segurança pública. Esse investimento se deu através da adoção de políticas do tipo “tolerância zero”, junto com o endurecimento das leis penais e o aumento da participação da iniciativa privada no setor de encarceramento (WACQUANT, 2012). Segundo o criminalista Adam Crawford:

O conceito de tolerância zero é uma impropriedade de nomenclatura. Ele não implica, como parece, uma estrita sanção por todas as leis- o que seria impossível, até mesmo intolerável-, mas a sanção, necessariamente discriminatória, de certos grupos, em certos lugares simbólicos e usando certas leis. Quando foi que a tolerância zero atingiu os crimes de colarinho branco, as fraudes e os desvios de dinheiro, a poluição ilegal ou a violação da legislação de emprego e saúde? Na realidade, seria mais apropriado descrever as medidas de lei e ordem, implementadas em nome do tolerância zero, como estratégias de tolerância seletiva (APUD WACQUANT, 2012, p.102).

Na década de 1990 ficaram famosas as aparições do então promotor público Rudolph Giuliani na mídia como o grande defensor da ordem pública. Em Nova York foi implementada, e saudada pela mídia, com muito sucesso a tolerância zero. O Estado buscou um mecanismo para conter o aumento da violência que decorria das condições difíceis das classes mais desprovidas através do endurecimento das leis, aumento do aparato repressivo e, uma boa dose de sensacionalismo da mídia. Ao mesmo tempo, os novos milionários,

muitos tendo enriquecido de forma suspeita através das privatizações, como Carlos Slim no México (HARVEY, 2011), nunca enfrentavam um tribunal para responder por seus crimes.

Com o aumento da população carcerária e a redução dos gastos públicos, abriu espaço para o capital investir no sistema carcerário. Para isso esse necessário criar as condições para que este investimento desse retorno. A combinação de aumento de pessoas desempregadas ou sem renda, o endurecimento das leis e repressão policial, forneceu o contingente para superlotar as cadeias, segundo Eve Goldberg e Linda Evans:

Um operário norte americano que ganha 8 dólares perde o emprego quando a companhia se muda para a Tailândia, onde os operários recebem apenas 2 dólares por dia. Desempregado, alienado numa sociedade indiferente às suas necessidades, começa a envolver-se na economia da droga ou outro meio ilícito de sobrevivência. É preso, metido na cadeia e posto a trabalhar. O seu novo salário é agora de 22 centavos à hora (2001, p.91).

O trabalho prisional é altamente lucrativo, além de não haver custos de assistência como saúde, que são subsidiados pelo trabalho do preso, nem é preciso negociar com sindicatos, o preso trabalha para custear sua despesa e redução de sua pena. Wacquant (2012) cita empresas que administram prisões nos EUA, onde os lucros subiram entre 1996 e 1997 em 58%, passando de 293 milhões para 462 milhões de dólares.

Podemos perceber que a implementação de políticas neoliberais no EUA em específico, ocasionaram um aumento da pobreza, aumento da concentração de renda. Em decorrência dessas políticas aumento dos conflitos sociais e, em especial a violência urbana. Para controlar estes índices o Estado intensifica o aparato repressivo, ao mesmo tempo que abre uma nova oportunidade para o capital obter lucros através da exploração do sistema carcerário.

Questão carcerária no Brasil

O Brasil, ao contrário dos países centrais, como os EUA, não teve um estado-de-bem-estar, muito ao contrário, durante a existência desse Estado nos países centrais, houve uma intensificação da exploração dos países subordinados. A ditadura no Brasil serve bem para comprovar essa afirmação. Durante a ditadura, com forte repressão estatal, sindicatos foram fechados, greves proibidas, aumentos de salários impostos pelo governo⁶. O capital transnacional obteve grandes lucros no período, auxiliado pela repressão estatal contra os movimentos de trabalhadores. A ditadura militar, um governo autoritário que tinha como

⁶ Edmilson Costa (1997) demonstra em um trabalho que o valor do salário mínimo era de 367 reais em 1964 e no fim da ditadura militar era de 206 reais, em valores de 1997.

justificativa livrar o país do comunismo. Segundo Viana (2003) no capitalismo não existe democracia, existe uma ditadura oculta que tem a aparência de democracia, mas que revela a hegemonia da burguesia. Também existe a ditadura aberta, na qual o Estado impõe políticas sociais, mesmo que tenha oposição a essas políticas. Durante a ditadura militar, o Estado se utilizava de torturas e assassinatos sem o devido processo legal. Interessante que após o fim do regime essa forma de atuação do Estado continuou a existir no Brasil.

O fim do regime ditatorial, nos anos 1970, coincidiram com a crise do regime de acumulação conjugado e a passagem para o regime de acumulação integral. No Brasil esta passagem se tornou visível a partir dos anos de 1990 com os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique que claramente seguiam uma agenda neoliberal.

Do ponto de vista da organização do trabalho, o Brasil passou a partir dos anos 1930 por um processo de industrialização que se intensificou a partir dos anos 1950 (BIELSCHOWSKY, 2000). A organização do trabalho não seguia o fordismo implementado nos países centrais a partir de 1945, mas um fordismo periférico ou incompleto. A industrialização apoiada no capital transnacional, e posteriormente apoiada pela ditadura militar, foi definido por alguns autores como acumulação predatória⁷. Isso significou regimes de trabalho que se assemelhavam aos existentes na Europa no período da revolução industrial. (COSTA, 1997)

Na década de 1990 o modelo japonês ou toyotista já tinha se disseminado por grande parte dos países capitalistas e não foi diferente com o Brasil. Em linhas gerais se caracteriza por uma produção em pequenos lotes e voltada para a demanda. Ao mesmo tempo exige-se do trabalhador execute múltiplas tarefas, numa linha de produção que comporta trabalhadores terceirizados no processo produtivo e que os ganhos são menores e sem garantias e segurança no trabalho. Em alguns setores da economia, onde o trabalho não produz valor, é perceptível a substituição de trabalhadores por máquinas ou jovens estagiários, como no setor bancário.

Conforme dissemos antes essa implementação depende das características da sociedade, no caso do Brasil, um país de capitalismo atrasado e subordinado aos países centrais. Essas características foram exploradas pelos defensores do livre mercado, propalando que o Estado era muito grande, intervinha muito na economia e tinha uma

⁷ O regime de acumulação conjugado o capitalismo imperialista aumenta a extração do mais valor relativo e absoluto no bloco subordinado, daí a explicação do termo usado por Costa.

máquina grande e ineficiente. Nos anos 1980 e início dos 1990 o Brasil passava por um surto inflacionário, com baixo crescimento econômico e alto desemprego. Junto a isso o fato do país ter uma grande dívida externa⁸ que drenava recursos para o pagamento dos juros da dívida.

Neste contexto, foram implementadas as reformas para a modernização do Estado. Esse pacote incluía as privatizações de empresas estatais, reforma e flexibilização das leis de seguridade social e trabalhistas. Tudo isso com o aval das agências financeiras internacionais como o FMI, e o Banco Mundial, que segundo Harvey:

Se tornaram a partir de então centos de propagação e implantação de fundamentalismo do livre mercado e da ortodoxia neoliberal. Em troca de reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes de gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o ajuste estrutural (2008, p.38).

Em um país com graves problemas sociais, com uma grande população sem acesso a condições mínimas para sobreviver, os resultados, como esperado, foram o aumento da violência, pobreza e concentração da riqueza por parte da minoria da população.

Neste contexto de Estado diminuindo, os já poucos, gastos sociais e o crescente desemprego culminou com o aumento dos índices de violência, segundo dados do Jornal o Globo (2016), em 2003 o Brasil teve 48.909 homicídios e em 2014 atingiu a marca de 59.627 ocupando, segundo a reportagem o 11º na lista dos países com as maiores taxas de homicídios no mundo. A situação é pior nos grandes centros urbanos, locais onde os que menos têm acesso à renda, saúde, habitação e infraestrutura urbana.

Neste quadro de aumento da violência o Estado não está preparado para dar uma resposta e esse aumento da criminalidade (SOARES e GUINDANI, 2007). Para os estudiosos do campo jurídico, existe uma deficiência nas leis penais, com códigos atrasados e com punição brandas, claro que estão se referindo à punição dos pobres, que roubam muitas vezes por necessidade, pois não demonstram a mesma indignação contra crimes cometidos pela burguesia como exploração de trabalho, fraudes fiscais, etc. Um outro fator mencionado pelos juristas é ineficiência das forças policiais e a sua atuação. Segundo Soares (2007) em 2003 na cidade do Rio de Janeiro 1195 pessoas foram mortas pela polícia, a grande maioria

⁸ Damien Millet e Éric Toussaint (2005) demonstram através dos valores pagos pelos países subdesenvolvidos de que para cada dólar emprestado em 1980, esses países em 2001 tinham pago U\$ 7,50 e ainda deviam U\$ 4,00.

de pobres, moradores de favelas e periferias, o que pode caracterizar uma política de extermínio.

Os que não são mortos pela polícia e, que muitas vezes nem são julgados, são jogados no sistema carcerário. Esse se caracteriza pela superlotação, corrupção, um ambiente em que não ocorre a ressocialização. Ou outro aspecto do sistema daqui é que o Estado diz que não tem recursos suficientes para gerir o sistema prisional. Contudo, diferente dos EUA, onde a iniciativa privada constrói e administra prisões, como vimos anteriormente, o modelo adotado no Brasil se caracteriza por uma forma de drenar os recursos públicos. As parcerias público-privadas são feitas com empresas suspeitas de corrupção, que prestam um serviço de baixa qualidade, sem profissionais qualificados e com efetivo reduzido o que faz com que a “crise” não seja novidade. Além disso as parcerias público-privadas visam exclusivamente os recursos do Estado. Segundo Soares e Guindani:

Apenas 26% dos presos estão em atividades laborativas, conforme pesquisa coordenada por Julita Lemgruber. Além disso, as condições da vida carcerária restringem esse direito a apenas uma minoria, sendo ainda objeto de controvérsia a sua exploração, pois os sujeitos presos não contam com qualquer benefício previdenciário (2007, p.136).

Nos EUA o trabalho prisional existe por explorar o trabalhador e propiciar altas taxas de lucro para o capital. No Brasil, a diferença é que o Estado faz as concessões e disponibiliza os recursos, o que garante alta rentabilidade para que detêm a concessão. A forma de terceirização adotado no Brasil é diferente do implantando nos EUA, mas igualmente cruel, pois transforma as prisões em territórios dominados pelo crime, no qual os presos são submetidos a condições desumanas, daí vemos não só agora várias rebeliões e assassinatos dentro das prisões.

Considerações Finais

A crise do sistema carcerário não pode ser analisada apenas pela ótica de problemas de ordem jurídica. Esses problemas remetem a questões fundamentais como a origem da violência nas sociedades modernas, passando pelo papel do Estado que em tese deveria criar políticas tanto de segurança pública como de assistências social para as classes desprivilegiadas. Diante das relações sociais existentes na sociedade capitalista, podemos pensar que esta sociedade pode viver sem violência.

Do que foi discutido no texto, sobre a exploração da classe trabalhadora, da luta entre a burguesia para se apropriar do mais valor e do proletariado para conseguir melhores

salários, pensamos que não. Tanto que os ideólogos do campo jurídico, partem de Hobbes (FROMM, 1970), para defender a tese que o homem é o lobo do homem. Partindo dessa premissa, concebem a violência como inata do ser humano e, portanto, se faz necessário a existência do Estado para controlar essa característica. Se o homem é mau por natureza, como querem acreditar os seguidores dessa ideologia, como explicar sociedades que vivem em harmonia, como muitas sociedades indígenas? Acreditamos que o homem nem é bom nem mau, ele nasce com o potencial para se desenvolver, contudo em sociedades classistas onde existe a exploração do homem, esse desenvolvimento não lhe é permitido, daí a revolta de muitos contra a dominação e exploração.

Neste ponto entramos no papel do Estado, em sociedades divididas em classes sociais, em que uma classe explora as demais, se faz necessário, do ponto de vista da classe dominante a existência do Estado, para manter a “ordem” e permitir a reprodução dessa sociedade. No caso da sociedade capitalista, em que as relações de produção são caracterizadas pela exploração de uma classe sobre outra, na qual a apropriação privada da produção social, com a finalidade de obter lucro, por parte dos capitalistas, e reduzindo cada vez mais a parcela destinada ao trabalhador (EATON, 1965).

Conseqüentemente a violência, uma relação social na qual um grupo ou indivíduo impõe algo a outro grupo ou indivíduo (VIANA, 2002), é necessária para a manutenção de sociedades que tem como característica a luta de classes, como na capitalista. O aparato Estatal que é comandado pela burguesia tem por finalidade, garantir a ordem para a classe dominante e, não promover a justiça social. Logo, questões como a violência e a criminalidade não encontrarão solução dentro desta sociedade, uma vez que seu próprio desenvolvimento vai gerando mais contradições. E como assistimos atualmente, crises que o Estado parece incapaz de agir e, infelizmente emergem os conservadores que defendem um Estado autocrático que acaba a agradar boa parte da população amedrontada da violência.

Também é o momento oportuno para se contestar a sociedade capitalista e o Estado, diante da evidente incapacidade destes de conter a violência e criar boas condições de vida para a maioria da população que vive na miséria e sem perspectivas para sair dessa condição.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

- COSTA, E. *A Política Salarial no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- EATON, J. *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- GOLDBERG, E & EVANS, L. *O Gulag Americano*. Lisboa: Edições Dinossauro, 2001.
- FROMM, E. *O Coração do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- HARVEY, D. *O Neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. *O Enigma do Capital e suas Crises*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILLET, D & TOUSSAINT, E. *50 Perguntas, 50 Respostas: Sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- OLIVERIA, G. *Mapa da Violência no Brasil*. In: <http://oglobo.globo.com/brasil/mapa-da-violencia-2016-mostra-recorde-de-homicidios-no-brasil-18931627#ixzz4W9i6g6xL>
- SOARES, L.E. & GUINDANI, M. A Segurança tem jeito? In ITUASSU, A.org. *O Brasil tem jeito?* Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- VIANA, N. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- VIANA, N. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.
- VIANA, N. *A Violência Urbana*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.
- WACQUANT, L. *As Duas Faces do Gueto*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- WACQUANT, L. *Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Ditadura e Renascimento do Sindicalismo Rural em Goiás¹

José Santana da Silva*

Introdução

Antes de tratar do ressurgimento da organização sindical dos trabalhadores rurais e camponeses no estado de Goiás, é necessário explicitar como se deu a burocratização dessa forma de organização. Esse processo se iniciou nos países capitalistas mais avançados, expandindo-se para os demais, à medida que se expandiam as relações capitalistas de produção, dentre eles, o Brasil. Em Goiás, embora ainda predominassem relações não capitalistas de produção na agricultura na década de 1960, a organização sindical burocratizada também foi imposta aos trabalhadores agrícolas. A sua desativação pelo regime ditatorial militar não mudou essa característica, antes, a acentuou, como será demonstrado.

Os sindicatos nasceram da permanente luta dos trabalhadores contra a exploração da sua força de trabalho pelos capitalistas, travada desde o início da história do capitalismo. No decorrer desse conflito, os operários perceberam que a solidariedade entre eles era fundamental para enfrentar os patrões, que tiram proveito da sua competição no mercado de trabalho, “explorando a miséria excepcional do operário isolado, independentemente da relação geral entre oferta e procura” (MARX, 1980, p. 9). A solidariedade entre os trabalhadores é, portanto, a “base lógica” dos sindicatos, criados espontaneamente para a defesa coletiva dos seus interesses de classe.

Com a expansão das relações capitalistas de produção, a organização sindical também se expandiu. Inicialmente, o proletariado era proibido de se associar em vários países (ENGELS, 2008; ANTUNES; CARVALHO, 2008). O reconhecimento da liberdade de associação por parte do Estado foi acompanhado da imposição de restrições à atuação dos sindicatos, levando à progressiva institucionalização das lutas operárias. Associada à crescente profissionalização dos dirigentes sindicais, com a conseqüente separação entre dirigentes e trabalhadores, a formalização da organização sindical levou à sua progressiva burocratização.

¹ Texto adaptado da tese de doutorado **O sindicalismo rural em Goiás e a FETAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992)**. Goiânia, 2014.

* Professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG) e doutor em História.

Segundo Engels, na Inglaterra, logo após o reconhecimento oficial do direito de organização em sindicatos em 1824, ocorreu uma rápida expansão das *trade unions* (ENGELS, 2008, p. 250). Para garantir o seu funcionamento e o cumprimento do seu propósito, os trabalhadores passaram a eleger uma diretoria. Diante da retaliação dos patrões, que negavam emprego aos dirigentes dessas associações, foi estipulada uma remuneração paga com as contribuições dos associados, para que o presidente e o secretário pudessem exercer seus mandatos (ENGELS, 2008, p. 250). Desta forma, criou-se uma das condições para a profissionalização dos dirigentes e separação entre eles e os demais trabalhadores. Estabeleceu-se com isso a possibilidade da formação da burocracia sindical.

A burocratização das relações sociais é uma tendência intrínseca às sociedades modernas. Resulta da divisão capitalista do trabalho, que se fundamenta na expropriação dos meios de produção dos produtores diretos – os trabalhadores –, na sua apropriação privada por parte de uma minoria exploradora – a burguesia – e no aprofundamento da divisão entre trabalho material e trabalho intelectual. Se não chega a ser algo inexorável é plausível afirmar que nenhuma organização institucionalizada escapa desse processo, incluindo a organização sindical.

Vários autores já caracterizaram ou conceituaram a burocracia, dentre eles, destacam-se Marx (2005), Weber (2000), Lefort (1970), Tragtenberg (1977), Viana (2012). Neste artigo, esse termo é entendido como organização formal, fundamentada na relação hierarquizada entre dirigentes e dirigidos, e como classe social, a classe dos dirigentes² do Estado, das empresas, dos partidos políticos, das organizações e instituições sociais da sociedade civil (sindicatos, igrejas, associações empresariais etc.).

Embora as condições para a burocratização da organização sindical tenham sido criadas com a sua regularização pelo Estado, com a progressiva profissionalização de seus dirigentes e a crescente institucionalização das lutas dos trabalhadores, somente nas últimas

² Segundo Viana (2012), a burocracia constitui uma classe porque os indivíduos que a compõem possuem um modo de vida e de atividade comum, que gera costumes e representações também comuns – “situação” de classe; está inserida na luta de classes, mantendo “relação” de oposição com algumas (classes dominadas, de modo geral) e de aliança com outras (classe dominante ou classes auxiliares, que podem se opor em determinadas circunstâncias); e possuem “interesses” próprios, antagônicos aos de outras classes, sendo convergentes com os das classes aliadas, embora possam se opor em certas circunstâncias (p. 201). Enquanto classe, a burocracia pode ser definida, portanto, como “a classe social composta pelo conjunto dos indivíduos cuja função é gerir as instituições do Estado, administrar o capital e o trabalho em função dos interesses do primeiro e em detrimento do segundo e dirigir as organizações e instituições da sociedade civil. Trata-se de uma classe originada da divisão moderna do trabalho, que separa os produtores diretos da gestão da produção e institui o Estado como dirigente da sociedade. A burocracia se situa, portanto, na esfera da administração estatal e civil” (SILVA, 2014, p. 43).

décadas do século 19 esse fenômeno foi explicitado, passando a ser analisado por vários pensadores. Marx não chegou a analisar a burocratização dos sindicatos, embora tenha apontado as limitações políticas dessa forma de organização operária. Na “Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre sindicatos” de 1866 por ele redigida, assim se expressou: “Os sindicatos se ocupam em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema e a escravidão assalariada. Têm-se mantido bastante separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas” (MARX, 1980, p. 14). No mesmo documento afirma que, “Além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua radical emancipação. Devem ajudar todo movimento social e político de igual tendência” (*ibidem*). Obviamente, Marx e boa parte dos participantes da AIT não viveram para ver que o imediatismo e o corporativismo economicista são apenas algumas das graves degenerações da organização sindical.

Segundo Bencini (2004), Rosa Luxemburgo foi a primeira a criticar o “processo de burocratização triunfante” dos sindicatos e da socialdemocracia na Alemanha em 1906 (BENCINI, 2004, p. 131). Ela atribuiu essa degeneração ao avanço do reformismo entre os dirigentes sindicais e do Partido Socialdemocrata alemão. Em síntese, os reformistas socialdemocratas defendiam a tese de que a construção do socialismo seria realizada por meio de reformas concretizadas através de leis. Restringiam “a atividade dos sindicatos essencialmente à luta pelo aumento de salários e redução do tempo de trabalho, isto é, unicamente à regularização da exploração capitalista de acordo com a situação momentânea do mercado: de conformidade com a natureza das coisas, é-lhes completamente vedada a ação sobre o processo de produção” (LUXEMBURGO, 1999, p. 44).

Luxemburgo viu no grande crescimento dos sindicatos no final do século 19 e início do século 20 o momento crucial de burocratização da organização sindical na Alemanha, com a especialização dos “seus métodos de luta e de sua direção”, além do “surgimento de um verdadeiro estado-maior de funcionários sindicais” (LUXEMBURGO, 2011, p. 341). Conforme argumenta, na sobrevalorização da organização sindical, na necessidade de moderação da luta para preservá-la e na superestimação das limitadas conquistas econômicas identificam-se componentes típicos da burocracia: a autojustificação da própria existência, diante da constante ameaça de questionamento da sua necessidade por parte dos dirigidos.

Ao mesmo tempo, para ressaltar o significado das conquistas econômicas, os dirigentes burocratas ocultam a sua efemeridade, diante do poder intocado do capital de anulá-las por meio da elevação dos preços dos produtos necessários à subsistência dos trabalhadores (LUXEMBURGO, 2011, p. 343).

À medida que os dirigentes sindicais se burocratizam, Luxemburgo nota as mudanças na gestão da entidade sindical: substitui-se a direção colegiada voluntária e não remunerada por uma “direção técnica regular, burocrática de funcionários sindicais, na maioria das vezes, enviados de fora” (LUXEMBURGO, 2011, p. 343-344); concentram o poder e as informações como forma de garantir reconhecimento da sua competência por parte dos trabalhadores. Em contrapartida, “A massa dos companheiros é degradada à incompetência, seu dever é, sobretudo, aceitar a disciplina, ou seja, a obediência passiva” (LUXEMBURGO, 2011, p. 344). A relação entre os dirigentes sindicais e a massa dos trabalhadores passa a ser uma relação entre autoridades e subordinados, tipicamente burocrática. Para os defensores da organização burocrática, “só uma fé cega e infantil na salvação da luta sindical pode conquistar a massa trabalhadora para a organização e nela mantê-la” (*ibidem*). Essa crítica de Luxemburgo ilustra com propriedade o processo de burocratização da organização sindical que se tornou irrefreável ao longo de todo o século 20.

Os ideólogos bolcheviques Lênin e Trotsky também acusaram o caráter burocrático da organização sindical na sociedade capitalista, mas suas análises não possuem a coerência das formulações de Luxemburgo. Ao contrário disso, são concepções marcadas pelo oportunismo, uma vez que criticaram o atrelamento dos sindicatos ao Estado capitalista e a partidos reformistas, mas os submeteram ao controle do partido e do estado soviético, anulando completamente a sua autonomia. Foi o pensador revolucionário marxista Anton Pannekoek que levou até as últimas consequências a crítica à burocratização da organização sindical.

A análise dos sindicatos elaborada por Pannekoek não foi sempre crítica. Inicialmente, ele os compreende como “a forma natural de organização do proletariado” (PANNEKOEK, 2007a, p. 250). Sua visão mudou a partir do seu rompimento definitivo com a socialdemocracia e com o bolchevismo. Os fatos da história do movimento operário que serviram de referência para a abordagem crítica dos sindicatos por Pannekoek foram a atuação dos sovietes na Revolução Russa de 1917 e os conselhos operários surgidos na

Revolução Alemã, de 1918/1919. Mas a sua nova concepção só foi explicitada num texto de 1936:

O poder dos chefes sobre as massas se encarna no plano espiritual no parlamentarismo e no plano material no movimento sindical. [...] Com o desenvolvimento do capitalismo e, mais ainda, na época do imperialismo, os sindicatos se transformaram cada vez mais em associações gigantescas que apresentam uma tendência a proliferar comparável ao organismo estatal burguês em outros tempos. No seu interior foi criada *uma classe de funcionários, uma burocracia que dispõe de todos os elementos de força*: o dinheiro, a imprensa, a promoção do pessoal inferior. Em muitos aspectos goza de prerrogativas a ponto de que *seus membros*, que no início estavam a serviço da coletividade, se transformaram em seus donos e se identificando a si mesmos com a organização. *Os sindicatos também se parecem com o Estado e sua burocracia*, pois, apesar da existência de um regime democrático, *os sindicalizados não têm nenhum meio de impor aos dirigentes sua vontade*; efetivamente, há um engenhoso sistema de regulamentação e estatutos que impedem a menor rebelião antes que possa ameaçar suas altas esferas (*apud VIANA, 2011, p. 59; grifos meus*).

Nesse texto, Pannekoek já identifica os dirigentes sindicais como ‘chefes’. Os funcionários permanentes se transformaram numa burocracia parasita e usurpadora do poder de decisão dos trabalhadores, tornaram-se os verdadeiros “donos” da entidade. Os sindicatos se tornaram idênticos ao Estado: sua burocracia se apropria das contribuições dos trabalhadores (um verdadeiro tributo) e atua de forma autônoma em relação aos representados. A burocracia sindical se torna serva do capital e do Estado contra os interesses dos trabalhadores. Não representa nem defende os interesses dos associados, representa os próprios interesses e está a serviço da conformação dos trabalhadores à sua condição de subordinados ao capital.

No texto “O sindicalismo”, incluso na obra *A revolução dos trabalhadores* (2007b), Pannekoek apresenta uma posição crítica mais precisa do significado da organização sindical para os trabalhadores. Avalia que, ao obterem êxito na luta por salários que assegurem as condições necessárias à reprodução dos trabalhadores e por jornada de trabalho por eles suportável, a organização sindical contribui para estabelecer a normalidade do sistema. Tornou-se, cada vez mais, meio de negociação com os patrões. Um capital fortalecido e concentrado. Ao mesmo tempo, a burocratização do sindicato, materializada num corpo de funcionários permanentes, remunerados com os fundos advindos das contribuições dos trabalhadores, o enfraqueceu. Aí está sua grande contradição: de instrumento de defesa dos interesses do proletariado, os sindicatos foram convertidos em meio de reprodução de outra classe, a burocracia sindical. Esta contradição os levou a outra, geradora de consequências

mais danosas para os trabalhadores: foram transformados em “órgãos do capital”, um corpo estranho, senão hostil aos trabalhadores.

As análises da burocratização dos sindicatos no capitalismo formuladas por Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek permitem identificar, sucintamente, os elementos fundamentais da organização sindical burocratizada: 1) *economicismo*, que circunscreve a luta dos trabalhadores contra o capital às reivindicações de reajuste ou aumentos salariais e de alguns direitos trabalhistas, renunciando à meta histórica da supressão das relações capitalistas de trabalho (assalariamento); 2) *abdicação da ação direta* dos trabalhadores como estratégia de luta e aceitação inquestionável das instituições do Estado como mediadoras dos conflitos com o capital (institucionalização da luta de classes); 3) *subsunção ao poder concentrado do capital e colaboracionismo* na relação com o Estado; 4) afastamento dos trabalhadores da gestão coletiva do sindicato e a *profissionalização dos dirigentes*; 5) *supervalorização da organização* (fetichismo em função dos interesses da burocracia) e da *disciplina* dos trabalhadores em obediência às determinações da diretoria, com desqualificação das críticas ao caráter burocrático do sindicato; 6) rejeição da auto-organização; 7) *desprezo pela espontaneidade* política dos trabalhadores; 8) constituição de um corpo de funcionários que submete a entidade aos seus interesses; 9) *tendência à ampliação da estrutura administrativa* por meio da criação de novos departamentos, levando à expansão dos cargos burocráticos; 10) *concentração das informações* em poder dos dirigentes e dos funcionários da entidade; 11) enfim, forma-se uma *burocracia sindical*, cujas especificidades não impedem a sua inclusão na burocracia em geral. Essas características não excluem outras, determinadas pelo contexto histórico particular.

Por fim, convém ressaltar que a institucionalização da entidade sindical gerou a deformação do seu papel: tornou-se mais importante do que a ação direta dos trabalhadores. Isso levou à identificação do movimento da classe com o “movimento” da organização, fazendo surgir a denominação “movimento sindical”³, que, geralmente, é tomada como sinônimo de movimento de trabalhadores ou movimento operário.

³ Segundo Viana (2016), “Os movimentos sociais são mobilizações (ações coletivas ou compartilhadas) de determinados grupos sociais derivadas de certas situações sociais que geram insatisfação social, senso de pertencimento e determinados objetivos” (p. 43). Além da impropriedade de classificar a organização social como movimento, verifica-se o absurdo de pretender que os sindicatos substituam o movimento das classes trabalhadoras que pretendem representar. É o próprio Viana quem distingue movimento de classe de movimento social (cf. VIANA, 2016, p. 51ss).

No Brasil, já entre os primeiros sindicatos fundados no início do século 20 havia entidades burocratizadas, marcadas pela separação das suas diretorias em relação aos trabalhadores. Trata-se dos chamados “sindicatos amarelos”. Por outro lado, desenvolveu-se uma tendência antiburocrática, orientada pelas concepções anarquistas. A burocratização se consolidou com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, por meio da insurreição de 1930. Os principais direitos trabalhistas e a regularização da organização sindical foram sistematizados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943. Essa legislação só foi estendida ao proletariado rural e ao campesinato com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (lei nº 4.214, de 2 de março de 1963). Nessa época, foram fundados os primeiros sindicatos rurais no estado de Goiás. Isto significa dizer que, em Goiás, a organização sindical dos trabalhadores rurais já nasceu burocratizada.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos⁴ do Município de Alvorada do Norte foi o primeiro fundado no estado, no dia 10 de fevereiro de 1963, portanto, antes do ETR entrar em vigor. Com base em informações dos registros do Ministério do Trabalho e de jornais, foi possível identificar 49 sindicatos de trabalhadores na agricultura fundados em Goiás no período que precedeu ao golpe de estado de 1964. Destes, apenas catorze tiveram o processo de reconhecimento oficial concluído. Além das entidades sindicais de base, em outubro de 1963 foi criada a Federação dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Goiás, desativada pelo regime ditatorial militar.

Ditadura, repressão e ressurgimento do sindicalismo rural em Goiás

A história inicial da organização sindical dos trabalhadores rurais em Goiás foi interrompida pelo golpe de estado que pôs fim ao regime político liberal institucionalizado pela constituição de 1946. A mesma constituição que parte dos trabalhadores rurais sem terra e seus aliados tentaram alterar (art. 141, § 16), para viabilizar a reforma agrária, que os

⁴ A portaria 355-A dividia as categorias de profissionais da agropecuária para a formação de sindicatos específicos em quatro: 1ª) “Trabalhadores na Lavoura” (assalariados agrícolas); 2ª) “Trabalhadores na Pecuária e Similares”; 3ª) “Trabalhadores na Produção Extrativa Rural” (também assalariados, assim como as anteriores); e 4ª) “Trabalhadores Autônomos (pequenos proprietários e arrendatários, e trabalhadores autônomos que explorem atividade rural sem empregados em regime de economia familiar ou coletiva)”. Essa divisão expressa o esforço da tecnocracia do MTPS de fixar parâmetros objetivos na definição das diferentes categorias de trabalhadores do campo. Trata-se de uma simplificação burocrática de uma realidade social diversificada e complexa. A Portaria do MTPS nº 395, de 17 de julho de 1965, unificou todas as categorias sob a designação de “trabalhadores rurais”, passando os sindicatos a ter a denominação de Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a partir de então. Na data em que o sindicato foi constituído, Alvorada era um distrito do município de Peixe, tendo sido emancipado somente em novembro de 1963. Ambos pertencem atualmente ao estado do Tocantins.

grandes proprietários tudo fizeram para impedir, inclusive dando sustentação ao golpe. Uma aparente contradição: ao mesmo tempo em que resistiam à mudança da constituição, os latifundiários contribuíram para anular alguns dos seus preceitos basilares, por meio de um golpe de estado. O que vale a lei, quando os privilégios da classe dominante são ameaçados pelas erupções sociais das classes expropriadas e dominadas?

O terror gerado pela ação repressora do regime ditatorial levou os trabalhadores na agricultura a se afastarem dos sindicatos, até então existentes em Goiás. Embora a maioria das entidades oficialmente reconhecidas tenha mantido o seu registro (carta sindical), todos os sindicatos que haviam desenvolvido alguma atividade antes do golpe foram desativados, a grande maioria, definitivamente. Por outro lado, a aprovação do Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) com sua previsão de reforma agrária gerou uma certa expectativa nos que almejavam obter uma gleba para cultivar e morar. Assim, repressão e previsão formal de distribuição de terras, assentadas numa forte propaganda anticomunista, desmobilizaram os trabalhadores e restringiram ainda mais a sua liberdade de organização.

O aprofundamento da burocratização imposto pelo regime ditatorial teve início com a intervenção na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 8 de abril de 1964 (Portaria nº 212), e nomeação do assistente sindical do MTPS, Nilton Horácio dos Santos, como interventor. Posteriormente, foi constituída uma “Junta Administrativa Interventora”, da qual fazia parte o então presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), José Rotta, ligado aos Círculos Operários orientados pelo clero católico (MEDEIROS, 1989, p. 90; RAMOS, 2011, p. 73). Os círculos operários católicos, embora não estivessem submetidos à legislação sindical, eram tão burocráticos quanto os sindicatos. Neles, o controle imposto pela igreja inviabilizava qualquer expressão política independente dos trabalhadores. Na realidade, os seus dirigentes tinham de ser indivíduos da estrita confiança do clero. Afinal, além de combaterem a luta de classes, tinham de reforçar entre os trabalhadores o credo católico.

Em Goiás, dos 49 sindicatos de trabalhadores na agricultura existentes na época, pelo menos seis foram alvos da ação interventora do Ministério do Trabalho ou dos órgãos especializados de repressão: os sindicatos de Produtores Autônomos dos municípios de Uruaçu, de Itauçu, de Inhumas e de Olhos D’Água (Alexânia) e Corumbá tiveram suas cartas cassadas no dia 10 de fevereiro de 1967. As entidades dos municípios de Mambá e Niquelândia receberam a mesma penalidade em 25 de março de 1970.

Diante da impossibilidade de resistir à repressão, os dirigentes sindicais abandonaram as entidades e procuraram eliminar todos os documentos que pudessem ser usados contra eles pelas forças repressoras. Apenas os sindicatos de Caturaí, Goianópolis e Nova Veneza foram reorganizados, a partir de 1969, quando da mobilização para a fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG). Antes disso, novos sindicatos foram fundados nos municípios de Anápolis, Catalão e Pirenópolis sob orientação da delegacia da CONTAG e com a anuência da Delegacia Regional do Trabalho.

O ressurgimento do sindicalismo rural burocrático em Goiás e a fundação da FETAEG

A retomada da organização sindical dos trabalhadores rurais somente ocorreria após a instalação de uma delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em Goiás, dois anos após o golpe. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAEG – nasceu dessa retomada. Uma entidade tão burocrática quanto as demais de igual natureza.

O ressurgimento da organização sindical dos trabalhadores rurais em Goiás ocorreu no contexto de consolidação do regime ditatorial e de implementação do seu plano de expansão capitalista, denominado “desenvolvimento com segurança”, que resultou no chamado “milagre brasileiro” (1968-1973), obtido por meio do endividamento externo, do estímulo à indústria de bens de consumo duráveis, da ampliação da abertura do mercado interno ao capital estrangeiro, de volumosos investimentos em infraestrutura e, mais importante, compressão dos salários da classe operária.

Nesse período, o estado militarista não se limitou a intervir na economia urbana. No plano econômico do primeiro governo ditatorial – Plano de Ação Econômica do Governo do marechal Humberto Castelo Branco (PAEG) – a agricultura iria desempenhar um importante papel. Esse setor deveria contribuir para a consecução dos seus principais objetivos: acelerar o crescimento da economia, combater a inflação e reduzir o déficit da balança de pagamentos. Mas foi no Estatuto da Terra que as diretrizes da política agrária (fundiária e agrícola) do regime foram estabelecidas, tornando-se permanentes. De todas as políticas contidas nesse documento, somente a política agrícola centrada na modernização técnica da produção foi executada com prioridade pelos dirigentes do regime. A sua execução, associada à implantação do plano de expansão de empreendimentos capitalistas na Amazônia, se tornaram os principais fatores responsáveis pela aceleração e ampliação do

que se convencionou denominar êxodo rural. À medida que a expulsão dos camponeses proprietários, posseiros e sem terra (parceiros, meeiros, agregados) foi acelerada, a sua proletarização e lumpemproletarização se ampliaram. Em 1960, dos mais de 70 milhões de habitantes do país, 45% residiam nas cidades e o restante no campo; dez anos depois, essa relação havia sido invertida, com 56% vivendo na zona urbana e 44% no campo. A redução da força de trabalho ocupada nas atividades rurais ocorreu na mesma proporção, de 1960 para 1970: de 54,5% passou a 44,3%.

O estado de Goiás foi inserido na estratégia de “desenvolvimento com segurança” do regime ditatorial, principalmente como espaço de expansão da produção primária com base em técnicas modernas. Devido às diferenças regionais verificadas no estado, quanto ao nível de desenvolvimento da agricultura, quanto à densidade demográfica e à infraestrutura, seu território foi dividido entre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, gerido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e os Planos Diretores do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, a serem elaborados e coordenados pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)⁵.

Os planos regionais de “desenvolvimento” do regime ditatorial contavam com um importante aliado político-institucional em Goiás, o governador Otávio Lage de Siqueira (1966-1971), último eleito pelo voto direto, antes da instituição da eleição indireta por meio do Ato Institucional nº 3 (AI-3). A expansão das relações capitalistas na agricultura em Goiás nesse período contribuiu para ampliar a expulsão dos trabalhadores rurais sem terra e a expropriação dos camponeses posseiros e proprietários, reforçando a concentração da propriedade fundiária, aumentando o êxodo rural e potencializando a degradação das condições de vida desse crescente contingente de expropriados. Esses e outros frutos amargos se tornaram mais abundantes no estado, a partir de meados da década de 1970, quando novos programas de incentivo à expansão da produção capitalista começaram a ser implantados na região.

Foi sob essas condições que se deu a retomada do sindicalismo burocrático dos trabalhadores rurais no estado de Goiás. O movimento se iniciou com a instalação de uma delegacia da CONTAG em Goiânia, provavelmente, em dezembro de 1966. A decisão de criar delegacias nos estados foi tomada pela diretoria da Confederação eleita em abril de

⁵ A SUDECO foi criada pouco mais de um ano após a instituição da SUDAM, pela lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, abrangendo os estados de Goiás e do então Mato Grosso, passando, em seguida, a incluir o território federal e hoje estado de Rondônia.

1965. O seu objetivo declarado era o de “intensificar o sindicalismo rural”, conforme Relatório da CONTAG (abril/1965-março/1966). Em Goiás, a missão do delegado sindical da Confederação, Ondino Pinheiro, era criar uma federação até o final do mês de fevereiro de 1967. Feito isso, a nova entidade superior iria promover “a sindicalização rural no estado”, o que seria realizado juntamente com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)⁶ e a própria CONTAG. Nesse contexto, assim como durante a “campanha de sindicalização em massa” de 1963, os organizadores sindicais agiam em íntima parceria com a burocracia do Estado. Tudo conforme as práticas do sindicalismo burocrático, como já descrito acima.

Além do trabalho organizativo, as delegacias da CONTAG estavam incumbidas de encaminhar junto às delegacias regionais do Trabalho o recolhimento do imposto sindical. Em Goiás, esse tributo foi cobrado aos trabalhadores rurais assalariados e camponeses pela primeira vez em dezembro de 1966. A ação da CONTAG, por meio de sua delegacia no estado, foi decisiva para a sua implementação. A arrecadação do imposto sindical era tão prioritária para a diretoria da CONTAG quanto a reconstrução e expansão do sindicalismo rural, uma vez que a entidade não dispunha de recursos para garantir condições mínimas de funcionamento.

Apesar das dificuldades, a delegacia da CONTAG em Goiás parece ter sido mais eficiente no recolhimento da referida contribuição do que na reconstrução da organização sindical. Haja visto que em quatro anos de atuação foram fundados apenas três sindicatos, reestruturados outros três e somente no final de 1970 viria a ser criada a Federação estadual. Os sindicatos formados nesse período foram os de Anápolis, Catalão e Pirenópolis. As entidades dos municípios de Caturai, Goianópolis e Nova Veneza foram reorganizadas. Tanto os sindicatos fundados quanto os reconstituídos, a partir dessa época, passaram a ter a designação única de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), reunindo as quatro categorias ou classes que até então se organizavam em entidades específicas, conforme determinavam as regras do enquadramento sindical. Essa unificação das categorias e classes

⁶ O INDA foi criado pela lei que instituiu o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), vinculado ao Ministério da Agricultura, não ao do Trabalho. Sua finalidade era “promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo”. Para tanto deveria “atuar em colaboração com os órgãos do Ministério do Trabalho incumbidos da sindicalização rural visando a harmonizar as atribuições legais com os propósitos sociais, econômicos e técnicos da agricultura” (art. 74, itens e alíneas).

foi estabelecida por meio da portaria do MTPS nº 395/1965⁷. Com essa medida, aprofundou-se a unicidade sindical dos trabalhadores na agricultura, ampliando-se a base social das entidades. Uma simplificação burocrática, que restringiu ainda mais a autonomia organizativa dos trabalhadores.

Os STRs de Anápolis, Catalão, Pirenópolis, Goianópolis, Caturai e Nova Veneza compuseram a base para a formação da FETAEG. A criação do atual Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anápolis foi decidida por uma assembleia formada por 51 camponeses, hoje, chamados “agricultores familiares”, realizada no dia 4 de junho de 1967. O sindicato de Catalão foi fundado em 17 de dezembro de 1967, decidida por uma assembleia de 56 trabalhadores, que contou com a participação do delegado da CONTAG em Goiás, que coordenou o processo, inclusive, dirigindo a reunião. Os estatutos desse sindicato, como os de todos os demais da época, foram aprovados pelos participantes da assembleia fundadora sem qualquer discussão. Segundo esclarecimento do diretor do encontro, todos os estatutos sociais de entidades sindicais eram “padronizados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, motivo pelo qual desnecessário era discutir a matéria” (Ata de fundação). Na realidade, até as atas das seções de fundação eram padronizadas, alterando-se somente os dados específicos de cada evento.

Diferentemente de Catalão e semelhantemente ao município de Anápolis, em Pirenópolis existiu um Sindicato de Trabalhadores e Produtores Autônomos em 1963. Todavia, da mesma forma que ocorreu com a maioria das entidades sindicais criadas na época, não chegou a ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho. Sob o regime ditatorial, esse sindicato teve o mesmo destino da grande maioria dos que foram criados na época. O atual STR de Pirenópolis foi fundado no dia 3 de novembro de 1968 por uma assembleia composta por 88 participantes. Além do representante da CONTAG, que dirigiu a reunião, o então delegado regional do Trabalho em Goiás, Raimundo Moreira do Nascimento (1967-1970), também esteve presente, “louvando a iniciativa dos trabalhadores e congratulando-se com a diretoria eleita”, conforme registrado em ata. A presença dessa autoridade, certamente, contribuiu para reforçar o discurso dos fundadores de que a entidade ora criada nada tinha a ver com o comunismo.

⁷ Ao contrário do que afirma Medeiros (1989, p. 95), o enquadramento dos sindicatos de trabalhadores rurais passou a ser realizado sob essa denominação, a partir da portaria nº 395/1965, que modificou o art. 1º da portaria nº 71, de 2 de fevereiro do mesmo ano (DOU, 05/02/1965, p. 1490), e não com base nesta última.

Ainda no início de setembro de 1970, foi criado um quarto sindicato, o do município de Trindade, mas sua carta de reconhecimento só foi concedida pelo Ministério do Trabalho em 22 de janeiro do ano seguinte, após a fundação da FETAEG, o que o impediu de se tornar um dos seus fundadores. De qualquer modo, a quantidade mínima de sindicatos oficializados para a formação da entidade estadual foi alcançada antes daquela primeira data, com a reestruturação dos sindicatos dos municípios de Caturai, Goianópolis e Nova Veneza.

Os sindicatos de Caturai e Goianópolis foram reorganizados em 1969 e o de Nova Veneza em 1970, quando a delegacia da CONTAG já estava sob a direção de Antônio Ferreira Bueno, nomeado pelo presidente da entidade nacional no dia 1º de julho daquele primeiro ano em substituição a Ondino Pinheiro. Inicialmente, Antônio Bueno foi contratado para atuar como arrecadador da contribuição sindical (imposto sindical) no estado, indicado pelo então delegado regional do Trabalho em Goiás, Raimundo Moreira do Nascimento, por solicitação do próprio presidente da CONTAG. Antônio Bueno não era nem trabalhador rural (camponês ou assalariado) nem sindicalista, possuía uma loja na cidade de Edeia (sudoeste do estado) e, por isso, era apelidado de “Antônio da loja”. Com a sua contratação a preparação para a criação da FETAEG foi reafirmada.

A quantidade de sindicatos legalizados no estado era mais do que suficiente para atender à exigência do Ministério do Trabalho para a criação de uma federação. Contudo, por segurança ou dúvida em relação ao posicionamento de algum dirigente das entidades existentes, o novo delegado da CONTAG procurou reestruturar mais três para se somarem aos de Anápolis, Catalão e Pirenópolis.

O Sindicato dos Produtores Autônomos de Caturai foi constituído no dia 13 de abril de 1963 por uma assembleia composta de 300 participantes, segundo cálculo dos seus organizadores. O prefeito do município, Osvaldo Gomes Geraldini, foi o principal articulador da formação da entidade junto às autoridades estaduais. Os seus documentos foram todos destruídos ou escondidos, porque seus dirigentes temeram a repressão. Quando da reorganização, o MTPS emitiu a segunda via da sua carta sindical com denominação e data originais do reconhecimento (03/12/1963).

Para reativar o STR de Caturai, o delegado da CONTAG entrou em contato com trabalhadores do município (pequenos proprietários e arrendatários) por meio de autoridades municipais. Apesar do temor da repressão, o sindicato atraía o interesse da classe pela expectativa de oferecer assistência médico-odontológica. Isso se tornou possível após a

criação do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural (Funrural), por meio do Decreto-lei nº 276/1967. A instituição do Funrural foi a primeira medida tardia de regularização do título IX do Estatuto do Trabalhador Rural em cujo artigo 158 ficou criado o “Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural”. Essa era uma reivindicação que remontava à aprovação do ETR e foi incluída nas resoluções do Encontro Camponês-Operário-Estudantil realizado em Goiânia em outubro de 1963, já mencionado.

A criação do Funrural foi acompanhada do programa de ‘renovação sindical’, inserido na ‘política de alívio’ do governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969). Por meio desse programa, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, na concretização da sua “política de ação social”, priorizaria a “ampliação da prestação de assistência médico-cirúrgico-hospitalar e odontológica”, tanto para os trabalhadores rurais quanto para os urbanos, firmando “convênios, com instituições públicas e privadas, *especialmente com os Sindicatos*”; “doação aos sindicatos e hospitais de material médico-hospitalar de grande e médio porte”, assim como “gabinetes odontológicos e de unidades leves hospitalares equipados a instituições idôneas das comunidades rurais, *sobretudo Sindicatos Rurais e de trabalhadores*” e doação de remédios, a preço de custo, “*aos sindicatos de trabalhadores*” (grifos meus).

Além daquelas concessões, visando a aprofundar ainda mais o atrelamento da organização sindical ao Estado e controlar os trabalhadores por meio da cooptação e disseminação da sua ideologia, o MTPS se comprometia a oferecer empréstimos às entidades sindicais “para construção, reforma, ampliação ou aquisição de sedes, escolas, colônias de férias, campos de esporte, clubes recreativos, hospitais, creches, ambulatórios e cooperativas de consumo”; incentivar a “realização de atividades culturais, recreativas e cívicas, e organização de cursos de interesse dos trabalhadores e de divulgação da legislação social”; prestar “assistência judiciária gratuita para os casos de acidentes do trabalho”; emprestar dinheiro “aos previdenciários-sindicalizados”; oferecer bolsas de estudos; doar bens e equipamentos para instalação e funcionamento de “serviços de finalidades assistenciais” aos Sindicatos, dentre outros. Assim, foi oficializado o *assistencialismo*⁸ na organização sindical rural brasileira.

⁸ “Assistencialismo” era o termo atribuído à prática das entidades sindicais de prestarem assistência médico-odontológica, diretamente nas suas sedes ou por meio de convênios com hospitais, clínicas e laboratórios, aos associados, tendo nessa atividade a razão da sua existência e o principal ou único meio de atração dos trabalhadores.

Se o sindicato de Caturai contou com pequena participação dos trabalhadores rurais do município na sua reestruturação, os procedimentos adotados na reorganização do STR de Goianópolis indicam envolvimento ainda mais limitado da classe naquele município. De acordo com depoimento de um dos seus organizadores, que se tornou o seu primeiro presidente nessa nova fase, apenas quatro pessoas participaram da reunião que oficializou a refundação do sindicato, uma delas foi o delegado da CONTAG. Ainda segundo ele, não se realizou exatamente uma assembleia, dada a exiguidade do número de participantes (João Soares, entrevista em 03/10/2012). Para se prevenir em relação a uma possível rejeição da ata do encontro pela burocracia ministerial, devido à quantidade restrita dos participantes, inventou-se nomes de pessoas para inscrever no documento. Mas, por conveniência ou negligência, os exigentes burocratas do Ministério do Trabalho e Previdência Social parecem não ter desconfiado de nada, visto que o pedido de emissão de uma segunda via da carta sindical da entidade foi prontamente atendido, com a assinatura do ministro, datada de 13 de outubro de 1970.

O terceiro e último sindicato reestruturado com a finalidade de fundar a FETAEG foi o de Nova Veneza, em agosto de 1970. Embora a segunda via da carta sindical só tenha sido expedida pelo Ministério do Trabalho em 11 de fevereiro de 1971, a entidade pôde participar do ato de criação da Federação estadual sem nenhuma contestação. Isso foi possível porque sua carta de reconhecimento não foi cassada, como ocorreu com os sindicatos dos municípios de Itauçu e Inhumas, por exemplo, que ficam a poucos quilômetros de Nova Veneza.

Fundado em 16 de junho de 1963, o Sindicato dos Produtores Rurais Autônomos de Nova Veneza também foi abandonado pelos seus dirigentes e associados, por medo da repressão. Na sua reorganização, assim como nos casos anteriores, o delegado da CONTAG teve papel fundamental, tendo tomado a iniciativa de realizá-la. A forma como encaminhou o processo foi a mesma, mas, desta vez, contou com a colaboração de um dos seus fundadores e primeiro presidente, Francisco Alves da Silva⁹, que reassumiu o cargo na reativação da entidade. A partir de então, o delegado da CONTAG passou a mandar no sindicato, até que o presidente foi forçado a se afastar da diretoria, dois anos após o início

⁹ Na época da fundação do Sindicato dos Produtores Autônomos Rurais de Nova Veneza, em 1963, Francisco Alves da Silva era pequeno proprietário e exerceu cargo de delegado de polícia naquela cidade.

do seu mandato¹⁰. Com uma base social em que predominavam “lavradores autônomos” (arrendatários, meeiros, parceiros, agregados), o principal atrativo do sindicato foi a assistência médico-odontológica.

O assistencialismo foi a principal tendência a marcar o recomeço do sindicalismo dos trabalhadores na agricultura no estado de Goiás. A FETAEG, surgida a partir da reorganização do STR de Nova Veneza e demais entidades de base aqui abordadas, também foi formada sob essa orientação. Por meio da repressão e das medidas de cooptação dos trabalhadores descritas, especialmente o assistencialismo, a burocratização da organização sindical dos trabalhadores rurais foi levada ao extremo pelo regime ditatorial militar.

Com a restauração do STR de Nova Veneza, ficou constituída a base que deu origem à FETAEG. A sua fundação ocorreu no dia 28 de outubro de 1970. A convocação para esse ato foi feita por meio de edital publicado em jornal, cumprindo fielmente a legislação sindical. Concretamente, a mobilização foi realizada junto às diretorias dos seis sindicatos fundadores – STRs de Anápolis, Catalão, Caturaí, Goianápolis, Nova Veneza e Pirenópolis. Embora os participantes do evento fossem em número de dezessete, somente seis eram delegados com direito a voto, um por entidade, conforme estabelecido na CLT e no ETR. O “diretor dos trabalhos” foi o então presidente da CONTAG, José Francisco da Silva. A fixação da taxa de contribuição dos sindicatos para a manutenção da Federação foi a primeira preocupação do delegado da CONTAG, Antônio Bueno. A taxa aprovada pelos presentes foi de 5% sobre as receitas das entidades de base geradas pelas mensalidades pagas pelos seus associados. Essa contribuição nada tinha a ver com o imposto sindical, que era descontado anualmente da remuneração de todos os trabalhadores, fossem ou não sindicalizados.

Aprovado o estatuto da Federação, o presidente da CONTAG deu início ao processo eleitoral para a eleição da diretoria provisória, cuja chapa única era encabeçada por Antônio Bueno. Em resposta aos questionamentos motivados por essa pretensão de Bueno, o diretor da reunião “fez uma breve explanação sobre as qualidades” que deveriam ter os candidatos, explicitando “os prós e contras” sobre a anunciada candidatura. Os “contras” se resumiram ao fato de Antônio Bueno ser um “funcionário” contratado para atuar na delegacia da CONTAG e não ser trabalhador rural assalariado ou camponês. O questionamento havia sido

¹⁰ Esse episódio ocorreu menos de dois anos após a fundação da FETAEG, iniciado por José Coelho, que era conselheiro fiscal do sindicato e se insurgiu contra a cobrança de uma taxa dos sindicalizados pela prestação de serviços médicos, considerada indevida pelo Funrural e pelo Ministério do Trabalho.

apresentado pelo delegado e presidente do STR de Anápolis, José Pereira do Carmo, que insistiu no fato de que Antônio Bueno não preenchia o requisito fundamental de pertencer a uma das categorias que compunham a base social dos sindicatos, como estabelecia o recém-aprovado estatuto da FETAEG.

Para se qualificar como trabalhador rural e se tornar apto a concorrer a um cargo de dirigente da FETAEG, Antônio Bueno havia tentado se sindicalizar no STR de Anápolis, ainda em 1969, mas seu pedido foi recusado pela diretoria da entidade, exatamente por não pertencer à categoria nem residir ou trabalhar no respectivo município. Nem por isso o delegado da Confederação desistiu de sua pretensão. Após a recusa dos dirigentes de Anápolis, procurou o STR de Catalão e conseguiu se associar em 1º de setembro de 1969, indicando como local de residência a fazenda “São Sebastião”. Tudo indica que a sua sindicalização naquela entidade foi tornada possível por um acordo com os seus dirigentes. Com vistas a tornar seu projeto de poder mais seguro na direção da FETAEG, o delegado da CONTAG conseguiu sindicalizar seu cunhado, José Jacinto de Almeida Sobrinho, no STR de Goianápolis.

Após as discussões, a autorização para Antônio Bueno se candidatar foi aprovada por cinco votos a favor e um contra. Em seguida, ele foi eleito para a diretoria provisória da Federação e se reelegeu subsequentemente, exercendo o cargo de presidente por mais de uma década. Além de Antônio Bueno, foram eleitos Altamiro Claudino da Costa, um dos seus mais fiéis aliados, para secretário geral, e José Jacinto Sobrinho, que passou a ocupar a tesouraria da FETAEG. O posto de tesoureiro era o segundo mais importante da diretoria, não só por ser o primeiro na sucessão do presidente, mas, principalmente, por ser responsável pelo caixa da entidade.

Mesmo sendo contra a candidatura de Antônio Bueno, o representante do STR de Anápolis votou a favor da chapa eleita por unanimidade. Após o resultado da votação, o presidente da CONTAG reafirmou que nada tinha contra a pessoa do presidente eleito, que, até então, havia “merecido todo louvor e confiança da diretoria”, apenas achava que, por ser funcionário da entidade, ele não se enquadrava nas exigências legais para ocupar um cargo de diretor da FETAEG, apesar de se autodeclarar pequeno proprietário rural. Ciente do peso da sua opinião naquelas circunstâncias, a posição ambígua do presidente da Confederação representou uma recompensa para o delegado da CONTAG pelos serviços prestados durante um ano e meio de trabalho. Na realidade, aquele posicionamento expressava a orientação

predominante na direção da entidade nacional de evitar o acirramento de conflitos internos e promover a acomodação dos diferentes grupos, em nome da unidade e, principalmente, da unicidade do sindicalismo rural imposta pelo Estado.

A criação da FETAEG era considerada por seus fundadores uma aspiração antiga dos trabalhadores rurais. O seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho ocorreu em tempo recorde, se comparado ao de outras entidades do setor no estado de Goiás. A concessão da carta sindical foi assinada pelo ministro Júlio Barata, no dia 30 de novembro de 1970, menos de um mês após ter sido protocolado o requerimento.

A agilidade do reconhecimento da FETAEG reflete, por um lado, o programa de ‘renovação sindical’ do Ministério do Trabalho, que objetivava ampliar o controle sobre a organização dos trabalhadores, e, por outro, expressa a intimidade que o seu principal dirigente mantinha com as autoridades estatais, condição fundamental para se garantir no cargo durante mais de uma década, apesar da crescente oposição à sua participação na diretoria da entidade. Para estreitar ainda mais a boa relação que mantinha com os órgãos do Estado, Antônio Bueno contratou o ex-delegado regional do Trabalho como assessor da FETAEG, o mesmo que o indicara para o cargo de delegado da CONTAG em 1969. A sua filiação à CONTAG foi aprovada um ano e meio após ter sido fundada. Com isto reconstituiu-se a organização sindical burocratizada dos trabalhadores agrícolas no estado de Goiás.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Paulo; CARVALHO, Pedro Carlos de. *A trajetória do sindicalismo: uma análise da história, conceitos e as perspectivas sindicais*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

BENCINI, Fabrizio. “Burocratização”. In: BOBBIO, Norberto *et al.* (orgs.). *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. Vol. 1.

BRASIL. *Censos demográficos*. IBGE, 1950; 1960; 1970.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schuman. São Paulo: Boitempo, 2008.

LEFORT, Claude. *Qué es la burocracia? y otros ensayos*. S/l, 1970.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* Tradução de Livia Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

_____. *Textos escolhidos*. Vol. I. Tradução de Stefan Klein. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. – São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. Tradução de José Roberto Marinho. São Paulo: CHED, 1980.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

PANNEKOEK, Anton. *A revolução dos trabalhadores*. S/L: Barba Ruiva, 2007b.

_____. Las divergências tácticas em el movimiento obrero. In: GORTER, Hermann; PANNEKOEK, Anton. *El materialismo histórico explicado por Hermann Gorter* [Stuttgart, 1913]; *Las divergências tácticas em el movimiento obrero* [Hamburgo, 1909]. S/L: Ediciones Espartaco Internacional, 2007a.

RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

SILVA, José Santana da. *O sindicalismo rural em Goiás e a FETAEG: das origens ao fim da oposição sindical (1963-1992)*. 2014. 309 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977.

TROTSKY, Leon. *Escritos sobre sindicato*. Tradução de Vera Corrêa de Sampaio e Maria Emília Sedeh Boito. São Paulo: Kairós, 1978.

VIANA, Nildo. *A teoria das classes sociais em Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. “Anton Pannekoek e a questão sindical”. In: BRAGA, Lisandro; VIANA, Nildo (orgs.). *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011; pp. 49-74.

_____. *Os movimentos sociais*. Curitiba: Prismas, 2016.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 (v. 1, 3ª ed.)

Sociologia Latino-Americana e Neocolonialismo Intelectual

Cleito Pereira dos Santos*

Introdução

Em obra publicada nos anos 1970, Ianni (1976) chamava a atenção para o caráter externo presente na escolha da problemática sociológica, as implicações teóricas e a interpretação insatisfatória da sociologia latino-americana. A dependência econômica, social, política e cultural se estendia, então, para o campo da ciência. Se antes a dependência científica ocorria com relação à França, após a segunda guerra mundial há uma virada e os Estados Unidos da América se convertem no poderio intelectual – além de militar e econômico – presente na região.

Os principais intelectuais e pesquisadores norte-americanos passam a professar um modo específico de saber e de fazer acadêmico marcado pela submissão aos ditames do mercado e das empresas. Os professores universitários norte-americanos foram os primeiros a se integrarem ao *modus operandi* do mercado e da produção. Daí a assertiva de Tragtenberg (2004) ao tratar da delinquência acadêmica. Interessante notar que este autor raramente foi citado pelos acadêmicos que, supostamente, faziam a crítica da submissão da universidade e dos pesquisadores ao mercado da produção científica. O autor já constataria nos anos 1970 o surgimento do capitalismo acadêmico norte-americano.

A produção da sociologia latino-americana, no pós-segunda guerra, irá se espelhar – não em sua totalidade, mas de modo hegemônico – nas últimas novidades da produção acadêmica norte-americana. Daí os costumeiros usos de conceitos e categorias, de análises e comparações importadas de outras realidades na tentativa de compreender e explicar a realidade latino-americana. Nesse sentido, a relação centro- periferia, desenvolvido-subdesenvolvido se reflete no fazer sociológico latino-americano como relações de subordinação da produção local com relação ao centro capitalista, ora francês, agora norte-americano. (IANNI, 1976; FALS BORDA, 1987).

A crítica ao colonialismo intelectual, iniciada desde Fals Borda (1987) e Ianni (1976), coloca em discussão o papel da sociologia em um contexto de dependência econômica e desigualdades sociais, exploração do trabalho, violência, racismo, dentre outras questões sociais. Nesse sentido, emerge um pensamento social que faz a crítica à submissão intelectual local aos modelos interpretativos importados dos grandes centros capitalistas.

* Doutor em Sociologia Política/UFSC. Professor da Faculdade de Ciências Sociais/UFG.

A renovação da crítica a dependência científica, posterior aos anos 1990, pode ser constatada pela produção de Lander (2008) que diagnostica a emergência de uma ciência neoliberal em que as instituições acadêmicas, notadamente a universidade, se relacionam com a ciência mercantil formando aquilo que o autor denomina de capitalismo acadêmico. Svampa (2012) relacionará a sociologia crítica e o compromisso social, destacando que em uma época de transnacionalização do capitalismo e predomínio do neoliberalismo, é possível pensarmos na possibilidade de um saber comprometido com a realidade social dos povos da América Latina e portanto, na existência de um investigador-intelectual comprometido com as questões sociais do nosso tempo.

Em síntese, o pensamento social latino-americano pós anos 1990 se insere em um contexto de profundas mudanças no capitalismo e na instalação de novos modos de submissão intelectual-acadêmica que definimos como neocolonialismo intelectual predominantemente norte-americano.

Capitalismo Contemporâneo e a nova Dinâmica da Dependência Acadêmica-intelectual

A análise empreendida por Ianni (1976) acerca da relação entre sociologia e dependência científica aponta alguns elementos para pensarmos o contexto e as consequências da subordinação latino-americana tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista intelectual. As limitações da sociologia latino-americana se expressariam em alguns dos temas listados por Ianni (1976). Desse modo, o autor apresenta:

a) O caráter externo de grande parte da problemática sociológica com a qual trabalham muitos sociólogos interessados nas sociedades da América Latina; b) As implicações teóricas inerentes à adoção, por parte desses sociólogos, de problemática muitas vezes mal conceptualizada, secundária ou simplesmente externa; c) A interpretação insatisfatória, superficial ou errônea das sociedades latino-americanas, resultante da adoção de problemática externa, ou de assuntos tematizados sem espírito crítico; d) As relações entre ciência e política, conforme elas se exprimem ao nível da própria produção sociológica. (IANNI, 1976, p.40).

O viés interpretativo de Ianni (1976) aponta para a crítica da sociologia até então praticada no contexto da América Latina tendo em vista a dependência científica com relação aos centros de poder do capitalismo europeu e norte-americano. As análises empreendidas, os conceitos, teorias e metodologias desenvolvidos em outros espaços e culturas eram simplesmente copiados e aplicados aqui como se a realidade dos países do capitalismo

central tivesse a mesma validade para as sociedades latino-americanas que passaram por processos sociais, culturais, políticos e econômicos diferentes das metrópoles.

A transposição do conhecimento produzido no contexto europeu e norte-americano e sua aplicação às realidades histórico-sociais completamente díspares implicava na análise superficial e insuficiente das sociedades da América Latina. Os modelos interpretativos vindos da Europa e dos Estados Unidos influenciavam, e continuam a influenciar, o pensamento social latino-americano dando-lhe características e formas de pensar estranhas ao contexto das sociedades locais. Portanto, o pensamento social latino-americano se via condicionado pelas determinantes de um fazer científico estranho às sociedades subordinadas ao capitalismo central.

A especificidade do capitalismo na América Latina está na condição de dependência historicamente criada com a expansão do capitalismo europeu. As economias de exportação expressam a inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, tornando-os especializados em produtos primários e importadores de tecnologias e produtos de maior valor agregado (MARINI, 2000). Os processos de industrialização ocorrem, também, de modo dependente. A consequência de tais processos é a intensa desigualdade social verificada no conjunto dos países da região. A dependência se estende para a produção científica e intelectual latino-americana. A sociologia se insere nesta realidade.

Nesse contexto, é pertinente a crítica que Guerreiro Ramos (1995) faz ao contrapor a sociologia enlatada e a sociologia dinâmica. Este autor reivindicava a necessidade de construir, no contexto brasileiro, uma interpretação que correspondesse às particularidades da sociedade nacional evitando assim a simples cópia de modelos importados e alheios à realidade local. Assim, elegia a sociologia dinâmica como a construção de um saber científico integrado às necessidades das sociedades na América Latina. O autor identificava a existência de uma sociologia consular, representativa da expansão cultural da Europa e Estados Unidos da América, e de uma sociologia preocupada em ser um “instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais”. (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 107).

(...) a formação do sociólogo brasileiro ou latino-americano consiste, via de regra, num adestramento para o conformismo, para a disponibilidade da inteligência em face das teorias. Ele aprende a receber prontas as soluções, e quando se defronta com um problema de seu ambiente, tenta resolvê-lo confrontando textos, apelando para as receitas em que se abeberou nos compêndios. Adestrado para pensar por

pensamentos feitos, torna-se frequentemente, quanto aos sentimentos e à volição, um *répétiteur*, isto é, sente por sentimentos feitos, quer por vontades feitas... (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 107-8).

Dessa maneira, a sociologia se converte em uma reprodução apologética das temáticas e problematizações definidas alhures e que não refletem as demandas das sociedades dependentes, subordinadas da América Latina. Portanto, “além de ‘consular’, esta é uma sociologia que pode ser dita enlatada, visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural”. (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 108).

A adoção e consumo das teorias, metodologias e problemáticas de pesquisa - já denunciadas por Fals Borda (1987), Guerreiro Ramos (1995) e Ianni (1976) -, se apresenta de modo significativo no contexto latino-americano à medida que o prestígio, o *status*, o reconhecimento dos intelectuais, acadêmicos e sociólogos se manifesta na capacidade dos mesmos em traduzir e aplicar às sociedades locais as novidades científicas geradas nos Estados Unidos e na Europa. Ainda de acordo com Ianni (1976, p. 42-3),

Na sociologia, assim como nas artes, nas outras ciências sociais e na filosofia, ainda é frequente que o prestígio de alguns sociólogos latino-americanos esteja relacionado com a informação sobre a última novidade sociológica norte-americana ou francesa.

Se no passado a influência hegemônica era francesa, com o desenvolvimento do capitalismo pós-segunda guerra mundial o eixo exportador das influências científicas, culturais, econômicas e militares passam a ser os Estados Unidos. A lógica do império norte-americano inclui a subordinação integral dos países periféricos, e mesmo economicamente desenvolvidos, às dinâmicas do centro de poder mundial. As ciências sociais, em especial a sociologia, se inserem nesse contexto e passam a reproduzir, quase que exclusivamente, as novidades científicas, as teorias, metodologias e problemáticas de pesquisas próprias do contexto norte-americano.

No caso da sociologia, no passado a influência mais forte era exercida pela França. No presente, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, a influência predominante é exercida pela sociologia dos Estados Unidos. Portanto, a hegemonia norte-americana sobre a América Latina não se limita às relações econômicas, políticas e militares. Ela está estendendo também à esfera da cultura artística e científica. (IANNI, 1976, 43).

As agências de pesquisa norte-americanas pós-segunda guerra mundial e notadamente no pós-1990 intensificam sua esfera de atuação determinando a agenda de pesquisa em diversas partes do mundo. O caso mais sintomático talvez seja a influência da *Ford Foundation* nos estudos sobre a questão racial. Os conceitos, as leituras sobre a questão racial passam a ser, direta e indiretamente, utilizados por um amplo leque de pesquisadores

que nem sequer se perguntam acerca da pertinência do debate racial importado dos Estados Unidos e aplicado no contexto brasileiro. Vale ressaltar que nos anos 1950 as pesquisas sobre os negros no Brasil foram financiadas pela Unesco no sentido de validar o suposto paraíso racial defendido pelo Estado e pelas autoridades brasileiras. Quando se verifica que a democracia racial brasileira era um discurso que não se aplicava na prática e na realidade da população negra, a Unesco deixa de financiar as pesquisas.

Esse é justamente o caso dos estudos sobre as relações raciais entre negros e brancos no Brasil, os quais foram bastante estimulados pela UNESCO. Segundo algumas evidências indiscutíveis, os técnicos e cientistas da UNESCO estavam interessados em demonstrar ao mundo que o Brasil era um exemplo notável de “democracia racial”, conforme propalavam os ideólogos oficiais do governo desse país. Depois, à medida que os resultados das pesquisas desmentiam a hipótese (nitidamente ideológica e diplomática) a própria UNESCO desinteressou-se do ‘exemplo’ brasileiro. (IANNI, 1976, p. 48).

Somente algumas décadas depois é que a *Ford Foundation* retoma o financiamento das pesquisas, porém numa outra perspectiva. Agora as pesquisas se voltam para a criação de oportunidades educacionais no sentido de integrar parcelas da população negra ao mercado de trabalho e ao consumo. Trata-se de criar um “capitalismo negro” que absorva setores descontentes da população negra brasileira. Nesse sentido, as políticas raciais, as pesquisas voltadas para a perspectiva da *Ford Foundation* se alastram no interior das instituições superiores, notadamente as públicas, e o controle sobre os pesquisadores, a reprodução de uma determinada leitura e visão de mundo sobre a questão racial se espalha chegando a quase todas as instâncias do Estado e dos governos.

Portanto, como afirma Ianni (1976) retratando a realidade latino-americana dos anos 1960-70:

(...), ao assimilar a cultura científica dos países mais adiantados, os centros acadêmicos da América Latina produzem combinações paradoxais, ou verdadeiras caricaturas do que se produz nos centros metropolitanos, isto é, mais avançados. Em certos casos, as contribuições teóricas e metodológicas, assimiladas às pressas e sem qualquer reelaboração crítica, são rebaixadas em sua consistência lógica. Às vezes, parecem mesmo simples traduções da produção sociológica dos centros dominantes. (IANNI, 1976, p. 44-5).

Os problemas pesquisados são referentes à agenda de pesquisa determinada do exterior através de financiamentos interessados em reproduzir o colonialismo intelectual à medida que conseguem impor desde os temas e metodologias, o que pesquisar e como pesquisar, que são hegemônicos nos países dominantes. As pesquisas nos países subordinados expressam esta dinâmica da subordinação intelectual.

Recursos financeiros e institucionais, projetos de investigação que reproduzem a gramática científica hegemônica em cada período histórico, em cada conjuntura social, política, econômica, cultural e acadêmica. Formas de pensar, formas de fazer, formas de pesquisar que são simples reproduções dos modismos acadêmicos em voga nos centros da produção acadêmica e intelectual do capitalismo avançado. A produção acadêmica dos países subordinados e dependentes segue, ainda hoje, as determinações dos modelos científicos predominantes nas instituições acadêmicas e intelectuais do centro capitalista.

Estamos diante de uma nova realidade da expansão capitalista hegemonicamente dominada pelos Estados Unidos e que se esboça já no pós-segunda guerra mundial, mas que se consolida de modo integral desde os anos 1990. Em sentido mais amplo, trata-se de uma nova forma de colonialismo intelectual em que as agências de fomento de pesquisa e as fundações privadas passam a exercer um papel preponderante na determinação e imposição de agendas de pesquisa voltadas para a importação da ciência praticada alhures e a subordinação intelectual de pesquisadores latino-americanos à medida que operam como reprodutores da lógica científica-acadêmica predominantemente produzida nos Estados Unidos da América.

O capitalismo monopolista pós 1970 se consolida com a hegemonia norte-americana. O neoliberalismo de Hayek, criado nos anos 1940, se institui como ideologia oficial do capitalismo triunfante dos anos 1990 e passa a influenciar em todo mundo tanto a economia quanto a política, tanto a cultura quanto as universidades, tanto o social quanto as instituições e organizações sociais supostamente envolvidas com a crítica ao *modus operandi* do sistema. Toda crítica passa a ser vista em termos de oposição derrotada que não apreendeu a nova dinâmica institucional do capitalismo monopolista e transnacional.

Nota-se que tal subordinação acadêmica-intelectual não se restringe à sociologia ou às ciências sociais. Está em todos os campos do conhecimento, nas artes, na literatura, na filosofia. O quadro construído por Lander (2008) demonstra como a ciência neoliberal avança em escala mundial, constituindo um capitalismo acadêmico em que importa a concorrência para captar verbas e gerar produtos científicos, remunerando os intelectuais de sucesso com a participação crescente nos lucros dos empreendimentos acadêmicos. Tal como no mercado, a concorrência acadêmica procura otimizar os recursos visando ofertar uma crescente opção de produtos sejam de novos medicamentos, sejam de novas tecnologias para a agricultura; sejam artigos científicos, sejam de produtos informacionais. Seguindo a

interpretação de Lander (2008), a ciência e a pesquisa acadêmica não fugiram das determinações da cultura mercantil reinantes no mercado e nas instituições estatais e privadas. De acordo com o autor:

As transformações por que passou o planeta como consequência da reconstrução do poder e da crescente mercantilização de todas as esferas da vida durante as últimas três décadas, a partir do começo desse contra-ataque neoliberal iniciado com os governos de Reagan e Thatcher (...), afetaram profundamente os modos e processos de produção de conhecimento nas sociedades contemporâneas. A ciência e a atividade de pesquisa universitária não escaparam aos avanços da lógica mercantil que invade progressivamente mais e mais âmbitos da vida coletiva. (LANDER, 2008, P. 43).

Neste contexto, a ciência neoliberal avança a pleno vapor desde os anos 1990 impondo aos países da América Latina a visão de mundo conservadora dos *Think Tank* norte-americanos. Portanto, observamos a continuidade da subordinação acadêmica e intelectual latino-americana uma vez que as demandas locais são submetidas pelas agências de fomento e pesquisa provenientes do centro do poder mundial, hoje caracterizado pelo império norte-americano.

Nesse sentido, o neocolonialismo intelectual predominantemente norte-americano se constitui enquanto modo dominante e determinante no campo científico e intelectual se organizando de forma diferente do caso francês dos anos 1970. No passado tivemos um colonialismo intelectual e acadêmico em que vigorava um capitalismo baseado na lógica produtiva fordista da sociedade de consumo de massas, padronizada. Agora, pós-ano 1990, temos o neocolonialismo acadêmico e intelectual partidário da lógica neoliberal e da forma toyotista de produção segmentada, fragmentada, da sociedade de consumo integral.

Ainda segundo Lander (2008), o modelo de ciência mercantilizada vai se alastrando a partir da predominância dos Estados Unidos como centro dominante e irradiador da produção científica em escala cada vez maior e, por imitação ou imposição, que tende a se generalizar para o conjunto do planeta.

Assim como em tantos outros campos, o que acontece nos Estados Unidos representa ou anuncia os processos que posteriormente tendem a ser generalizados, seja por imitação, seja por imposição, ao resto do planeta. Para conhecer as novas condições em que está sendo produzido e vai ser produzido no futuro o conhecimento científico, e para gerar capacidade de crítica e resistência em outros continentes, é necessário analisar antes de tudo, as tendências atuais nesse país. (...). As ciências biológicas e biomédicas, as chamadas *ciências da vida*, hoje são o âmbito privilegiado para o estudo das novas formas que está assumindo o processo de produção do conhecimento científico. São essas as práticas em que estão sendo prefiguradas com maior nitidez as características do novo paradigma da produção científica crescentemente mercantilizada (LANDER, 2008, p. 43).

De fato, o capitalismo acadêmico (Lander, 2008) se expande impondo um modelo de produção científica regulado por instituições públicas, notadamente as agências reguladoras, no caso brasileiro CAPES e CNPq e privadas, no caso as fundações que patrocinam pesquisas como *Ford Foundation*, *Monsanto*, *Fulbright*, dentre outras. É exemplar a emergência da língua inglesa como língua franca no campo da pesquisa. Assim, as teorias e metodologias de origem norte-americanas são aplicadas pelos pesquisadores na América Latina sem que haja a pergunta essencial se as mesmas respondem a problemáticas específicas das sociedades na América Latina ou de outras partes do mundo.

A incorporação de termos, palavras e significados que expressam a nova língua do imperialismo intelectual dos Estados Unidos. Em todos os campos do conhecimento podemos observar essa nova lógica operando de modo intenso. Às vezes mais, às vezes menos. No caso das humanidades, projetos são financiados e regulados por interesses externos, vide caso da *Ford Foundation*, que impõem uma linguagem elaborada também externamente e que procura enquadrar a realidade latino-americana segundo o novo evangelho ciência neoliberal, como bem definiu Lander (2008).

Assim, os pesquisadores se encontram envoltos em temáticas e modelos que são recomendados e impostos e sem o qual não há financiamento para as pesquisas tanto na sociologia quanto em qualquer outro campo do conhecimento. A dependência em relação ao financiamento das pesquisas conduz ao fato de que “as universidades têm-se feito a cada dia mais dependentes das corporações para o patrocínio de sua pesquisa, e as empresas se apoiam cada vez mais na pesquisa universitária para a criação de novos produtos comerciais” (LANDER, 2008, p. 54).

A reivindicação de Fals Borda (1987) apontando para a necessidade de uma ciência própria latino-americana contraria essa lógica de subordinação, uma vez que coloca no centro das atenções a importância da autonomia científica da América Latina implicada na autonomia econômica, cultural, política e social. Significa adotar uma postura que leve em consideração a dinâmica própria das sociedades locais e os sociólogos se posicionarem a partir de uma agenda de pesquisa que compreenda as particularidades, a relevância, a necessidade de construir e praticar a independência intelectual e acadêmica. Portanto, analisar, interpretar e compreender as sociedades latino-americanas implica construir conceitos, metodologias e teorias capazes de explicar as singularidades marcantes do contexto da América Latina.

A sociologia latino-americana se inscreve, também, nesse novo contexto da produção científica mercantilizada inaugurada com o advento do neoliberalismo e da transnacionalização do capital a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI. Os modelos dominantes na sociologia na América Latina são perceptíveis dessa nova lógica cultural e intelectual do capitalismo global. Refletem novas formas de subordinação intelectual que respondem muito mais às questões e problemas oriundos do capitalismo avançado do que das sociedades locais.

A crítica torna-se fundamental para a compreensão dos processos sociais que fundamentam a dependência científica dos países da região com relação aos países de capitalismo europeu e, especificamente, norte-americano. O neocolonialismo intelectual opera hoje tendo como centro irradiador a produção científica dos Estados Unidos. Deste ponto de vista, o modelo norte-americano se universaliza rapidamente após os anos 1970 levando-nos à conclusão que vigora, nesta conjuntura, o neocolonialismo intelectual predominantemente norte-americano pautado na inserção da produção científica – em todos os campos do conhecimento, algumas de modo mais intenso e outras de modo menos intenso – na lógica do capitalismo acadêmico e da ciência neoliberal (LANDER, 2008).

A sociologia crítica latino-americano tem a tarefa de realizar o balanço da produção científica local, apontando as incongruências comuns a aplicação de teorias e metodologias externas às especificidades das sociedades da região. O capitalismo transnacional da nossa época apresenta características distintas do período anterior aos anos 1970 e cabe a sociologia crítica investigar e produzir um conhecimento válido que contribua para a real emancipação das sociedades da América Latina.

Referências Bibliográficas

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Volumes 1 e 2.

CASANOVA, Pablo González. *O Colonialismo Global e a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

_____. *Sociología de la explotación*. Buenos Aires, CLACSO, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2008.

FALS BORDA, Orlando. *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. Los nuevos rumbos. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Global, 2009.

GUNDER-FRANK, André. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latinoamericano. In: PEREIRA, Luís (Ed.). *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, pp. 25-38.

IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LANDER, Edgar. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In LANDER, Edgar. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales - CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>

LOSURDO, Domenico. *A Linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SVAMPA, Maristella. Reflexiones sobre la sociologia crítica en América Latina y el compromiso intelectual. In.: SVAMPA, M. *Cambio de Época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012. p.19-41.

TAVARES-DOS-SANTOS, José Vicente e BAUMGARTEN, Maíra. Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 178-243.

_____. (Org.). *Mundialização e Sociologia Crítica da América Latina*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009.

TRAGTENBERG, M. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na era da Acumulação Integral*. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2009.

Marxismo e Ideologias Contemporâneas

Felipe Andrade *

Introdução

Seria possível um diálogo, aliado ao projeto autogestionário, com outras contribuições de correntes de pensamento que não possuem uma relação direta com o marxismo? Como também a assimilação de concepções denominadas de “marxismo” que foram posteriores a Marx, deformando-o ou mantendo a coerência, entre a emancipação humana e a radical transformação do modo de produção capitalista?

Essa é uma reflexão interessante que deveríamos responder a partir do pensamento marxista. Seria possível uma crítica e assimilação das ideologias contemporâneas, tais como aquelas apresentadas nos movimentos sociais mais recentes, como o movimento ecológico, movimento feminino, movimento indigenista, movimento pacifista, movimento negro, entre outras correntes de pensamento que possuem críticas a aspectos da vida social, e que não foram desenvolvidos pelo marxismo? Ou seja, a maioria desses movimentos sociais não colocam a perspectiva do proletariado e o marxismo enquanto instrumentos de luta revolucionária. Assim, como alguns aspectos críticos desenvolvidos por esses movimentos sociais mais recentes poderiam ser assimilados pelo marxismo e utilizado pelos grupos revolucionários?

Parece-me que a resposta só pode ser afirmativa. Como negar as contribuições de um modo de alimentação diferente como é apresentado no veganismo/vegetarianismo no que se relaciona com a preservação do meio ambiente que nos circunda, bem como as espécies animais de nosso planeta? Como não pensar em relações amorosas humanizadas, sem preconceitos, opressão, discriminação, às quais preservem a liberdade e autonomia das escolhas amorosas e sociais em sua plenitude? Em conjunto com uma crítica à família burguesa, o casamento e a prostituição? E negar a religiosidade, a fé do ser humano, em qualquer entidade, ritual místico, que lhe possa dar uma determinada forma de orientação em sua vida? Como se esquecer de alguns elementos do movimento feminino de crítica às relações sexistas que começam desde cedo, no processo de socialização, e são reproduzidas em todas os momentos de nossa vida, seja intencionalmente ou inintencionalmente? Ignorar o genocídio acometido pela humanidade em decorrência da expansão do capitalismo,

* Estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás.

promovendo a quase completa extinção da maioria das sociedades indígenas, destruindo seus valores, crenças, ideias, modos de vida etc.? E, por fim, o avanço inegável de algumas lutas das sociedades de capitalismo subordinado pela independência nacional (e, em alguns casos, assumindo um caráter revolucionário e internacional), principalmente, no continente africano e latino-americano? Tentaremos responder brevemente essas questões segundo o que entendemos por ética marxista, assimilação revolucionária e por fim fazendo um balanço breve do significado histórico do marxismo.

Ética Libertária Marxista

A ética se refere ao *ethos* (modo de ser) do indivíduo diante do mundo, dando um objetivo fundamental que dirige sua ação em situações concretas. Podemos discutir primeiramente a diferença entre ética e moral. A ética se refere aos princípios gerais, valores fundamentais dos indivíduos, e a moral possui como referência a ação dos indivíduos em uma situação concreta.

A distinção entre ética e moral encontra um sólido apoio no fato de que a ética nos remete aos princípios gerais que devem mover as ações humanas e a moral nos remete a uma preocupação com a questão do certo e do errado, da obrigação, etc., em uma situação concreta, ou seja, levanta este tipo de questão: é certo ou errado mentir para um amigo para evitar seu sofrimento? (VIANA, 2000, p. 128).

O fundamento da ética é a natureza humana e um projeto de vida, princípios que orientam seus valores e determinam a ação humana. A partir disso, levantamos uma nova questão: o que podemos compreender por natureza humana, o conteúdo universal da ética?

A natureza humana é o ser humano em seu processo vital. O processo vital do ser humano é comandado pela sua composição orgânica ou corporeidade. Assim, o ser humano sempre precisa satisfazer necessidades básicas (vitais) para sobreviver em qualquer ambiente natural. Na relação com a natureza o ser humano deve satisfazer suas necessidades de comer, beber, dormir, reproduzir etc. Como esse processo é social, criam-se a partir das novas necessidades, novas potencialidades, nas quais permitem a satisfação dessas necessidades vitais, através da sociabilidade, o trabalho e a consciência, nas quais são potencialidades especificamente humanas, diferente dos animais. Qual seria essa diferença?

O ser humano é um animal teleológico: ele coloca uma finalidade na produção antes de concretizá-la. Portanto, para satisfazer suas necessidades vitais, o ser humano desenvolve sua capacidade produtiva (o trabalho) e através desta

desenvolve todas as outras potencialidades (físicas e mentais) humanas e assim se ‘humaniza’ (VIANA, 2007a, p. 30).

No ser humano observamos que as potencialidades são conscientes ou inconscientes, o que o distingue dos animais que possuem potencialidades não-conscientes. Os animais as desenvolvem como resposta ao chamado “mundo exterior”, e os seres humanos as desenvolvem através de impulsos internos e/ou pressões externas (VIANA, 2007a). No entanto a vida social pode ser prejudicial aos seres humanos devido às necessidades e potencialidades não serem satisfeitas, produzindo uma repressão a esses impulsos em determinadas condições históricas e sociais. A repressão provoca insatisfação e problemas psíquicos (inconscientes) e físicos (fome, miséria sexual, sede, falta de sono etc.).

Em suma, a natureza do ser humano corresponde a determinadas necessidades vitais que são comandadas por sua corporeidade (comer, beber, dormir, reprodução etc.). Temos também potencialidades que são as formas encontradas pelo ser humano, no intuito de satisfazer essas necessidades vitais, tais como a sociabilidade, o trabalho e a consciência. Por fim, existem necessidades “terciárias” que variam de cada época e sociedade, sendo divididas em autênticas e inautênticas. As necessidades autênticas ou inautênticas correspondem ao conjunto de necessidades vitais e potencialidades, designadas como necessidades radicais da natureza humana que são permanentes e universais, ou seja, podem mudar a forma e a direção de sua realização, mas precisam se realizar (VIANA, 2007a). Por exemplo, uma necessidade autêntica seria o amor¹, enquanto uma necessidade inautêntica seria o amor burguês. O amor corresponde a uma necessidade radical da sociabilidade humana, afeto e da felicidade pessoal, enquanto o amor burguês nega a felicidade, afeto e o ser humano enquanto ser social. É dessa maneira que podemos compreender a natureza humana.

¹ O que compreendemos por amor é próximo da concepção do autor Erich Fromm. O amor assim é uma atitude, uma orientação de caráter, que determina a relação de alguém para com o mundo como um todo. Existem diferentes formas de amar. O primeiro é o amor materno (incondicional) que está relacionado com o altruísmo, e o paterno (condicional) que é determinado por condições de merecimento. O segundo é o fraterno, o amor de amigos (as), que deve ser igualitário e pode ser entendido na famosa citação cristã: “ama o teu próximo como a ti mesmo”. Por fim, temos o amor erótico que é um anseio de uma fusão completa, de união com uma outra pessoa. Assim, em nossa essência, o amor é uma faculdade e não uma relação reificada com uma pessoa como um “objeto” isolado, que você ama, sendo indiferente às demais pessoas. Portanto, o *amor inautêntico* é o chamado “amor burguês”, idealizado; enquanto o *amor autêntico* deve ser compreendido como o dispêndio maior da capacidade de amar, do que ser amado. À medida que possamos compreender mais a nós mesmos, poderemos também, compreender o outro. Cf. Erich Fromm (2015), *A Arte de Amar*.

Portanto, a ética corresponde a uma relação com as atitudes na vida em unidade com o discurso e a ação, e é universal correspondendo a uma natureza humana. Toda ética deve ser uma ética concreta. Se acreditarmos em relações igualitárias, devemos agir de forma honesta com as outras pessoas, e não trapacear, roubar e por aí vai. Portanto, não adianta o discurso abstraído da realidade e uma atitude prática deslocada, contraditória, que deslegitima tal discurso.

Uma moral é exterior, imposta socialmente pela sociedade ao indivíduo. A moral sexual cristã, por exemplo, pode ser contraditória quando prega a religião cristã católica, em conflito com atitudes de desequilíbrio psíquico que podem ser manifestadas em perversões sexuais, como, por exemplo, a pedofilia, fenômeno presente entre padres que defendem o celibato (abstinência sexual), velada sob a hipocrisia de determinadas instituições religiosas. Nesse exemplo, o celibato pode ser defendido pelos indivíduos no nível do discurso, mas não ao nível da prática.

A moral dessa maneira é particularista, devido ao seu caráter externo, coercitivo que, na maioria das vezes, entra em contradição com uma situação concreta da vida. Enquanto isso a ética é universal, coloca uma unidade entre discurso e prática, vida e consciência, sendo que é a vida que determina a consciência, estando intimamente ligada aos valores fundamentais do indivíduo e à natureza humana.

Assim, em um segundo momento, a ética pode ser compreendida de forma humanista. Ela defende o valor da vida humana como fundamental, corresponde à natureza humana e, por isso, é universal. A ética é práxis, ação teleológica consciente (VIANA, 2000). No entanto existem inúmeros obstáculos que dificultam a efetivação concreta da ética marxista na sociedade capitalista, o que permite margem para situações concretas contraditórias em relação a ela. Portanto, a ética humanista libertária (perspectiva do proletariado), defende a emancipação humana, da liberdade, solidariedade, construção de relações humanas, a autogestão social² e o ser humano enquanto valor universal, o que constitui como o conteúdo do projeto da ética marxista. Logo, a ética humanista libertária (marxista) é contra a opressão e dominação de classe, as guerras, a violência, e tudo aquilo

² Cf. *Autogestão: Uma Mudança Radical*, Alain Guillerme e Yvon Bourdet. “A autogestão – ou seja, a organização direta da vida coletiva em todos os níveis, daí a supressão de um aparelho de direção separado da sociedade (e denominado Estado) – passou, sem dúvida, de uma utopia (o sonho de alguns pensadores) para uma realidade inscrita no coração da sociedade moderna, com – segundo vimos mais atrás – o aparecimento de uma nova classe social portadora (em potencial) desse projeto: o proletariado” (GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon, 1976, p. 97).

que possa constranger um indivíduo a fazer algo contrário à sua natureza humana e ao projeto autogestionário. O problema é que não será na nossa sociedade capitalista que a ética defendida será efetivamente concretizada. É possível dizer que existem inúmeros problemas, falhas, limites que são difíceis de serem superados. Podemos agir de maneira preconceituosa, egoísta, magoar outras pessoas e tudo que deriva de nossa condição como seres que vivem nessa sociedade e, por consequência disso, não podemos abstrair os problemas dela, pois erramos e erraremos várias vezes em nossa vida.

O importante dentro da ética marxista é manter uma convicção fundamental que coloque a coerência entre meios e fins, um núcleo ético permanente, que oriente as nossas ações segundo o valor fundamental da “emancipação humana, a libertação humana em geral, via condições concretas, via revolução proletária” (VIANA, 2000, 139). Ou seja, “não se trata aqui de qualquer transformação, mas sim da abolição efetiva da sociedade de classes e instauração de uma sociedade verdadeiramente humana” (VIANA, 2000, p. 142).

Portanto, a ética marxista possui a convicção fundamental da luta pela transformação da situação (modo de produção capitalista), o que justamente cria esses problemas, dentro da perspectiva proletária e um projeto de vida (autogestão social). Não é a preocupação com os “pobres”, “oprimidos”, o grau de crueldade que possa afetar em maior ou menor grau certos indivíduos na sociedade capitalista, pois a sociedade capitalista “generaliza a alienação e a infelicidade e, por conseguinte, não se trata de um problema somente dos outros, do ‘pobre’ mas nosso, de todos os indivíduos que vivem na sociedade capitalista” (VIANA, 2000, p. 141).

Acontece que a ética em duas correntes de pensamento citadas (citaremos apenas duas como exemplo), veganismo e na questão da mulher, pressupõe particularidades. O veganismo, por exemplo, defende os animais como uma espécie equivalente ao ser humano. Os veganos não comem carne animal de nenhuma espécie possível, um modo de alimentação distinto do hegemônico (consumo de carne). Portanto, a conduta ética é distinta, não apenas envolve a emancipação humana, como também a libertação animal, uma transformação radical na relação do ser humano com o ambiente natural em que vive. Por isso, ela possui diferenças com o marxismo, mas ao mesmo tempo, poderia ampliar o seu horizonte, também colocando a autogestão social como premissa para a mudança de um modo de vida que mude radicalmente a relação entre ser humano e os animais, o que pressupõe a transformação no modo de produção capitalista, abolição nas classes sociais, e não apenas uma mudança

individual no modo de alimentação. O veganismo e o vegetarianismo poderiam se aliar ao marxismo, sendo assimilado por este de forma crítica-revolucionária.

A questão da mulher também possui a sua particularidade. As mulheres são a outra face, homem e mulher fazem parte de uma mesma espécie que é o ser humano. O que o movimento feminino propõe é a crítica a determinados problemas históricos na sociedade de classes, tais como a crítica à linguagem sexista, ideologias sexistas, relações discriminatórias, socialização repressiva, relações sociais de prostituição, casamento, “patriarcado” etc. Assim, reivindica-se uma ética particular e não universal, defende a emancipação da mulher sem vínculo com a emancipação humana. Nas sociedades com localização no Oriente Médio, por exemplo, com predominância da religião islâmica esse problema fica evidente, ao observarmos casos da situação de mulheres que, em vários aspectos da vida social, são oprimidas pelos homens. Diante disso, as chamadas feministas apontam o problema da opressão nessa sociedade, mas ficam nos limites da crítica à cultura, casamento monogâmico, moral sexual repressiva, sem ir à raiz do problema: o modo de produção capitalista, as classes sociais, derivando daí os outros aspectos (religião islâmica que reforça o sexismo, socialização repressiva para a mulher, o estado que regulariza as relações sexistas através das leis etc.).

É dessa maneira que a questão da mulher se coloca como uma questão importante para a ética marxista, podendo também ser assimilada por este, sem deixar de lado o fundamental: a abolição das relações de classes, já que é esta que pode criar novas formas de sociabilidade (inclusive entre homens e mulheres).

Nesse sentido, podemos pensar a construção de uma ética marxista que poderia assimilar mais aspectos da vida social humana e não-humana na construção de uma sociedade humanizada. O que essas outras ideologias apresentam são éticas particularistas (a emancipação da mulher no caso do movimento feminino e a libertação dos animais no movimento de libertação animal) e também moralistas (a mudança como uma ação exclusivamente do indivíduo), que estão desvinculadas de um referencial universal que possa abranger a emancipação humana em sua totalidade. Portanto, dentro dos limites dessas éticas particulares, a ética colocada pelo marxismo é universal, pois que o seu referente (proletariado) é também universal, capaz de emancipar a humanidade em sua totalidade e também de abranger outras questões particulares (emancipação da mulher, dos animais).

Assimilação Revolucionária

Além disso, podemos pensar no significado de assimilação do marxismo de outros pensamentos elaborados na história da humanidade e no próprio significado do marxismo. O marxismo é expressão do movimento revolucionário autônomo do proletariado (KORSCH, 2008). Ele foi expresso dentro de um universo conceitual mais acabado por Karl Marx, dentro de condições históricas que possibilitaram o seu desenvolvimento, determinado, principalmente, pelas lutas do movimento operário. A Comuna de Paris em 1871 manifesta a primeira experiência concreta do proletariado enquanto classe social revolucionária, abolindo o estado e instaurando por poucos meses o auto-governo dos produtores. Além do movimento histórico que possibilitou o surgimento do proletariado, Marx teve como influência o socialismo utópico, a economia política inglesa, a filosofia alemã e as pesquisas históricas de lutas sociais concretas, que possibilitaram a articulação de um pensamento complexo, expresso em sua teoria revolucionária, análise do modo de produção capitalista, concepção dialética materialista, entre outros aspectos. Portanto, o marxismo foi a expressão do movimento real e histórico de classe do proletariado revolucionário, tendo em Karl Marx³ o seu principal representante teórico no século XIX.

Como colocamos anteriormente, o pensamento de Marx possuiu diversas influências (Hegel, Feuerbach, Adam Smith, Proudhon etc.) em sua elaboração. A diferença é que a leitura realizada por Marx destes autores se constituiu enquanto processo crítico-revolucionário.

(...) Crítica teórica e revolução prática, concebidas como duas ações indissociáveis, não num sentido qualquer da palavra ação, mas como a transformação concreta e real do mundo concreto e real da sociedade burguesa: estas duas expressões exprimem do modo mais preciso possível o princípio do novo método materialista dialético do socialismo científico de Marx e de Engels (KORSCH, 2008, p. 61).

Marx não apenas compreendeu os autores que leu como os deixou a uma "crítica roedora dos ratos", assimilando apenas os aspectos que colaborassem com o núcleo central de seu pensamento, a perspectiva do proletariado e a teoria da revolução. Podemos chamar esse processo de assimilação, manifestação do aspecto ativo da consciência, enquanto

³ Houveram outros representantes do movimento operário no século XIX, não se restringindo exclusivamente à figura de Marx. Contudo, a maioria dos chamados "socialistas" dessa época possuíam limites já amplamente criticados por Marx no *Manifesto Comunista* (1999). Os chamados "socialistas reacionários", "socialistas burgueses" ou "socialistas utópicos" não expressaram a perspectiva do movimento revolucionário do proletariado e, portanto, possuem diferenças fundamentais com o projeto político do comunismo proposto por Marx, bem como o seu pensamento.

trabalho como práxis, objetivação. Portanto, a assimilação realizada por Marx deve ser pensada em todo o processo de consciência desenvolvida pelo autor em sua vida. Foi através de sua formação teórica e na sua vida prática que ele desenvolveu as suas leituras, experiências de lutas concretas e realização de críticas à sociedade existente, o que é manifestação de ideias, concepções, experiências, valores, sentimentos, perspectiva de classe, ethos etc. Assim, a leitura assimiladora (crítica-revolucionária) também pressupõe "rejeitar o que é oposto ou integrar elementos parciais transformando-os no sentido de lhes adaptar e fornecer-lhes coerência na sua consciência" (VIANA, 2000, p. 169). Ou seja, Marx rejeitou a concepção de natureza humana abstrata isolada em Feuerbach, transformando em um ser social, ou integrou elementos da teoria valor-trabalho na economia política clássica, revelando a exploração da classe capitalista devido à sua perspectiva proletária, ética humanista universal, bem como determinados valores, interesses etc. dentro de um discurso coerente e articulado, superando teoricamente todo o conhecimento burguês produzido, como bem assinala Karl Korsch sobre os três momentos de superação teórica:

(...) Três ordens diferentes de razões nos autorizam a falar de uma superação do ponto de vista filosófico. Primeiro, o ponto de vista teórico em que Marx se coloca agora está em oposição não apenas parcial às consequências, mas em oposição geral aos princípios orientadores de toda a filosofia alemã precedente – da qual Hegel, para Marx e Engels, era o representante maior. Em segundo lugar, esta oposição não era somente uma oposição à filosofia, no fundo a cabeça ou o complemento ideal do mundo existente: era uma oposição à totalidade deste mundo. Finalmente, e sobretudo, esta oposição não era puramente teórica: era, simultaneamente, prática e ativa (KORSCH, 2008, p. 49).

Assim, o marxismo é uma “teoria da revolução social que abrange, na sua totalidade, todos os domínios da vida social” (KORSCH, 2008, p. 46). Dessa maneira, as leituras sobre o movimento feminino, ecológico, pacifista, negro, entre diversas outras questões, devem ser vistas sob a análise marxista, que expressa teoricamente, o proletariado como classe revolucionária, e não aspectos desligados dessa classe. É somente com o proletariado que podemos apontar a possibilidade de transformação radical da sociedade capitalista, pois ele é a única classe (e não grupos, movimentos sociais ou outras classes exploradas) que se mostra capaz mediante o desenvolvimento de sua consciência de classe, tornada tendencialmente prática, a possibilidade histórica de superação dos limites da sociedade burguesa (KORSCH, 2008).

Marxismo: Balanço Crítico e Método Dialético

As perguntas que colocamos dizem respeito a toda uma produção histórica colocada após a morte de Marx, em 1883. Karl Marx não era infalível, vidente ou conseguiu estudar todos os fenômenos possíveis da história da humanidade. Apesar de sua vasta erudição, valores, sentimentos e formação teórica, ele deixou lacunas, equívocos e pesquisas sem aprofundamento em seu pensamento. Podemos citar a teoria das classes sociais, pouco desenvolvida por Marx, a questão da mulher apontada brevemente em um ou outro trecho⁴, e outras contribuições que, devido ao seu tempo curto de vida, dificuldades financeiras, pessoais etc., não foram aprofundadas, como uma teoria do estado e crítica às várias formas sociais presentes na “superestrutura”. O contexto histórico também é fundamental, pois vários movimentos sociais, bem como questões posteriores, surgiram apenas no século XX, tais como o movimento ecológico e o movimento negro, ficando apenas em dois exemplos.

Assim, como todo autor humano limitado pelo seu tempo curto de vida, Marx foi também um autor de sua época. No entanto, com o desenrolar da história, a influência de seu pensamento se tornou uma referência para o movimento operário, guia imprescindível para a revolução proletária, e a partir dele houve o surgimento de inúmeros outros autores, que, ora foram um retrocesso se auto-intitulando “marxistas” (Lênin, Kautsky, Stálin, Trótsky, Althusser, Mao-Tsé Tung), ora trouxeram novas contribuições realmente coerentes com o marxismo (Rosa Luxemburgo, Anton Pannekoek, Paul Mattick, Karl Korsch, Guy Debord, Maurício Tragtenberg, Nildo Viana).

Ao lado do marxismo também houve o surgimento de outras correntes não necessariamente marxistas, tais como Saussure, Lévi-Strauss, Foucault, Bourdieu, Sigmund Freud, entre inúmeros outros, que sempre permanecem com maior ou menor proximidade com o pensamento de Marx, o que demonstra seu caráter mais ou menos crítico em relação ao marxismo. Dessa maneira, todo esse leque de autores pode sem dúvidas contribuir

⁴ Por exemplo, na obra *Manifesto do Partido Comunista* temos um apontamento: “O burguês vê na própria esposa um simples instrumento da produção. Ouve dizer que os instrumentos de produção devem ser explorados em comum e só pode naturalmente pensar que o mesmo uso em comum atingirá também as mulheres. Não suspeita que se trata precisamente de abolir a posição das mulheres como simples instrumentos de produção. (...) O casamento burguês é, na realidade, a comunidade das mulheres casadas” (MARX, 1999, p. 84). E na obra *Sagrada Família* crítica a socialista Flora Tristán, “Flora Tristan dá-nos um exemplo deste dogmatismo feminino que, ao querer uma fórmula, a compõe a partir das categorias do existente” (MARX, s/d, p. 29). Apontamentos breves (entre outros que existem) que podem ser desenvolvidos, aprofundados, teorizando uma crítica à condição da mulher na sociedade capitalista dentro de uma perspectiva revolucionária a partir do pensamento de Marx.

também com a teoria marxista, não sendo puramente ideologias burguesas, e devem ou podem ser lidos de forma não dogmática⁵, crítica-revolucionária.

Portanto, o interesse da teoria marxista é enriquecer cada vez mais seu arcabouço teórico no sentido de possibilitar ferramentas para a luta revolucionária do proletariado e sua auto-formação, no âmbito político, cultural; isto é, não apenas impulsionar as suas lutas frente às organizações burocráticas, a repressão estatal e a classe capitalista, como também avançar no conhecimento acerca da realidade existente.

A dialética materialista é um recurso heurístico que pode ser sempre enriquecido com novas contribuições dos militantes revolucionários. Diferente dos paradigmas funcionalista, estruturalista, entre outros, que criam modelos para aplicar à realidade, ou subsumem a realidade a um modelo *a priori*. A dialética materialista:

Não é um modelo e sim um conjunto de categorias relacionadas que são extraídas da realidade e servem de 'guia' para analisá-la. Entretanto, este recurso heurístico não é normativo e sim apenas uma proposta provisória que deve ser verificada na realidade concreta (VIANA, 2007a, p. 100).

Dessa maneira, o recurso heurístico pode ser sempre reavaliado, acrescentando novas determinações no confronto com a realidade. É a realidade, o movimento histórico concreto que determina a dialética marxista, não podendo ser um pensamento dogmático, engessado e, portanto, expressão da burocracia, burguesia, das classes privilegiadas em geral.

O marxismo propõe a dissolução da sociedade de classes, o fim da divisão social do trabalho e também a sua própria razão de existência enquanto expressão revolucionária do proletariado, pois este deixará de existir, dando lugar à livre associação dos produtores (auto-governo dos produtores) e possibilitando um conhecimento realmente amplo da realidade, em que coincida a aparência e a essência, fazendo com que a ciência seja supérflua.

Assim, no marxismo o fundamental é a luta de classes, o projeto revolucionário e a perspectiva do proletariado. O elitismo intelectual, a ciência, a atitude acrítica diante das ideologias é uma atitude muito comum aos intelectuais conformados pseudomarxistas e burgueses que seguem os modismos acadêmicos. Eles também desaparecerão no processo revolucionário. Até lá o questionamento desapiedado dessa sociedade existente e a reflexão

⁵ Cf. Para uma Leitura Não-Dogmática: <http://informecritica.blogspot.com.br/2011/01/para-uma-leitura-nao-dogmatica-nildo.html>.

serão portas abertas sem fim, exercício permanente nessa sociedade de classes que vivemos. Um caminho que nunca deixará de ser percorrido até a derrocada do modo de produção capitalista. O marxismo propõe uma coerência entre meios e fins (ética libertária) e dessa maneira uma assimilação revolucionária das ideologias burguesas, do pseudomarxismo, entre outras concepções intelectuais, em um combate, que possa finalmente superar e suprimir não apenas no plano teórico, como simultaneamente à total transformação social, no plano prático, da sociedade existente e de suas bases econômicas (KORSCH, 2008).

Referências Bibliográficas

FROMM, Erich. *A Arte de Amar*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

GUILLERM, Allain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: Uma Mudança Radical*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels. *A Ideologia Alemã*. 3ª ed. São Paulo: Martins fontes, 2007.

MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels. *A Sagrada Família. Ou a crítica da crítica crítica Contra Bruno Bauer e Consortes*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Presença, Martins Fontes, s/d.

MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. 9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Ensaios sobre o Materialismo Histórico-Dialético. 2ª edição. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

VIANA, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. 3ª ed. Goiânia: Alternativa, 2007b.

VIANA, Nildo. Para uma Leitura Não-Dogmática, 2011. Disponível em: <http://informecritica.blogspot.com.br/2011/01/para-uma-leitura-nao-dogmatica-nildo.html>. Acesso em: 20 de jan. 2017.

VIANA, Nildo. *Práxis, Alienação e Consciência*. In: VIANA, Nildo. *A Filosofia e sua sombra*. Goiânia: Edições Germinais, 2000.

VIANA, Nildo. *Reflexões Sobre Ética*. In: VIANA, Nildo. *A Filosofia e sua sombra*. Goiânia: Edições Germinais, 2000.

Marxismo contra ciência: considerações sobre o positivismo lógico vienense, racionalismo crítico popperiano e o historicismo kuhniano a partir da teoria revolucionária

Rubens Vinícius da Silva *

Introdução

O presente trabalho pretende dar continuidade à análise crítica e radical realizada no sentido de denunciar alguns dos principais representantes intelectuais da Epistemologia das Ciências Sociais e da Sociologia do Conhecimento. Num primeiro momento, delimitaremos o objeto de estudo da disciplina. A partir daí, nos dedicaremos a sintetizar de modo breve as concepções de três das modalidades famosas da epistemologia das Ciências Sociais e da Sociologia do Conhecimento: positivismo lógico, racionalismo crítico, historicismo kuhniano.

Após, efetuaremos uma digressão sobre a relação havida entre o desenvolvimento da sociedade moderna e o surgimento da Sociologia e demais Ciências Sociais. Ademais, evidenciaremos como se deram as determinações histórico-sociais que forneceram as condições de possibilidade para a consolidação do pensamento científico como hegemônico no seio da modernidade, apontando seus vínculos com as demais formas de pensamento complexo, relação com as representações cotidianas e com o aumento do processo de divisão social do trabalho.

Por último, à guisa de considerações finais, exporemos nossa tese central, segundo a qual as discussões em torno do que pode ser considerado científico ou não-científico fazem parte do arcabouço ideológico, justificando determinada postura de classe, além de ser a manifestação dos interesses específicos da intelectualidade enquanto classe social auxiliar da burguesia.

O aprofundamento da divisão capitalista do trabalho intelectual proporciona o aumento da especialização. Neste sentido, o desenvolvimento histórico da ciência faz com que esta passa a se dividir em diversos ramos, os quais se dedicam ao estudo de fenômenos sociais mais específicos. No caso concreto da epistemologia (considerada a teoria da ciência, a teoria do conhecimento, a ciência da ciência, entre outras definições) o seu objeto de estudo é bastante delimitado. Trata-se da demarcação entre os conhecimentos que podem ser

* Bacharel em Direito pela Uniasselvi/FAMEBLU. Licenciando em Ciências Sociais da FURB – Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina. Mestrando em sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

considerados científicos e aqueles que não podem ser assim definidos. Esta separação entre ciência e outras formas de representação da realidade social tem seu fundamento na questão metodológica. A característica básica do conhecimento científico é o uso do método que lhe é específico, ou seja, a utilização do método científico como instrumento para análise e compreensão dos fenômenos sociais.

Assim, é possível dizer que há diversas formas de delimitar as fronteiras entre a ciência e a não ciência. Dentro das discussões acerca dos conhecimentos produzidos que possuem o estatuto de científicos, há diversas tradições que se confrontam. Nos limites deste trabalho, apresentaremos as chamadas concepções estáticas da ciência, representadas pelas tradições do positivismo lógico e do racionalismo crítico. De outro, uma das tradições dinâmicas da ciência, expressa pelo historicismo de Thomas Kuhn.

A partir de agora, iremos nos debruçar de modo breve sobre cada destas formas de pensamento complexo, buscando sintetizar seus programas tendo como fio condutor considerações acerca do contexto social e histórico, o qual forneceu as condições materiais que tornaram possível o desenvolvimento das referidas tradições intelectuais.

2. Modalidades epistemológicas das ciências sociais

2.1 Positivismo lógico

O positivismo lógico (também denominado empirismo lógico ou neopositivismo) é a primeira expressão das tradições estáticas da epistemologia das Ciências Sociais. Surgido no início do século passado em reação à filosofia idealista e especulativa, forma dominante do pensamento complexo nas universidades alemãs, seu desenvolvimento intelectual é creditado ao Círculo de Viena, a partir das contribuições esboçadas pelo pensamento empírico tradicional e também pela lógica moderna.

O Círculo de Viena era um grupo de discussão, constituído em sua grande maioria por filósofos e cientistas. O positivismo lógico é produto direto da sociedade vienense, que se encontrava em crise, com o avanço das relações de produção capitalistas e o declínio do Império Austro-húngaro. Durante a segunda metade do século XIX, Viena se caracterizava pelo liberalismo como orientação política dominante. As ideias do Iluminismo e o utilitarismo, além do movimento do chamado “livre comércio” iniciado na Inglaterra eram as principais influências de uma das capitais (ao lado de Budapeste, hoje capital da Hungria) do Império Austro-húngaro. Foi neste contexto que se desenvolveram as ideias dos

pensadores que integravam o Círculo de Viena. Dentre eles, podemos destacar Moritz Schlick (principal articulador do Círculo), Rudolf Carnap e Otto Neurath (PEPE, 1999).

O objetivo destes pensadores era criar uma nova forma de pensamento complexo, que conseguisse dar cabo da seguinte tarefa: efetuar uma filosofia da ciência, com base numa rigorosa demarcação entre o científico e o não científico. A grande influência do grupo foi Ludwig Wittgenstein e sua obra *Tractatus Logico-Philosophicus*. A partir das leituras e de discussões em torno deste livro, surgiram as preocupações que serviram para a constituição do positivismo lógico.

O real interesse dos adeptos do Círculo de Viena era divulgar uma nova concepção científica do mundo, caracterizada principalmente pela constituição de uma ciência unificada, que reunisse todos os conhecimentos produzidos pelas distintas ciências. Além disso, havia a preocupação em eliminar a metafísica da estrutura do pensamento racional, uma vez que não é possível ascender ao conhecimento daquilo que está além da experiência. Os recursos utilizados foram o princípio do verificacionismo, bem como a definição de conhecimentos em analítico e sintético. O princípio de verificação parte da assertiva de que é científico apenas o que pode ser verificado e/ou testado empiricamente, ou seja, através da experiência (PEPE, 1999).

Um dos eixos que articulava os representantes do positivismo lógico era a importância dada à linguística (linguagem) como fundamento puro da experiência material. Era necessário estabelecer uma linguagem científica, que fosse capaz de unificar os pressupostos para distinguir as formas de conhecimento assim consideradas. Para esta tradição, o equívoco residia justamente na linguagem que se expressa de forma defeituosa e não necessariamente na ordem das coisas elencadas através dela (PEPE, 1999).

A intenção do Círculo de Viena era encontrar a verdadeira concepção do mundo: a verdade concreta. Como se proceder para chegar a tal conclusão? Através da utilização do método científico, o único modo de encontrar a realidade. O procedimento adotado era o método indutivo: a partir de diversos casos particulares, poder-se-ia chegar, por meio de um procedimento indutivo, aos conceitos universais, com os quais seriam criadas as teorias. De acordo com Dunia Pepe:

Em suma, entre os interesses fundamentais dos neopositivistas estava a tentativa de traduzir na prática da vida social os significados e as implicações da reviravolta teórica realizada; as concepções por eles definidas no âmbito da epistemologia deveriam penetrar em todos os campos da vida pública e privada; a arte, a educação, a arquitetura deveriam intervir na esfera econômico-política, fazer as

funções de instrumentos operacionais para a mudança da vida dos homens e da sociedade. (PEPE, op.cit. p. 213).

Durante a década de trinta se deram o ápice e o óbice do Círculo. A partir de 1929, o positivismo lógico começou a ser reconhecido ao redor do mundo. Possuía diversos adeptos, dentre os quais cientistas e filósofos escandinavos, polcas, britânicos e estadunidenses. Na Alemanha formou-se o Círculo de Berlim, sendo liderado por Hans Reichenbach, numa resposta intelectual à metafísica hegeliana, que ainda era hegemônica e dominante na filosofia alemã.

No final dos anos 30, os membros do Círculo de Viena acabam por se dispersar, devido à morte de Schlick (assassinado em 1936 pelos nazistas) e à ascensão do nazismo. Após a Segunda Guerra, os pressupostos do positivismo lógico passaram a ser cada vez mais atacados, caindo em decadência total por volta dos anos 60. Dentre os pensadores que fizeram sua crítica, podemos destacar o nome de Karl Popper, que será analisado no tópico a seguir.

2.2 Racionalismo crítico

A segunda expressão das tradições estáticas da epistemologia da ciência é o racionalismo crítico, o qual encontra sua expressão máxima no pensamento de Karl Popper. Nascido na Alemanha, Popper foi contemporâneo dos membros do Círculo de Viena, possuindo relações próximas com muitos de seus membros. Nos anos 30, por conta da ascensão do nazismo, muda-se para a Nova Zelândia. Uma década depois fixa residência na Inglaterra e lá permanece até sua morte em 1994. Recebe o devido reconhecimento acadêmico e o título de Sir, concedido pela Rainha Elizabeth II. Popper foi grande defensor das democracias liberais e um crítico contumaz dos regimes totalitários.

Este pensador teceu diversas críticas ao positivismo lógico, em especial à questão metodológica, expressa na crítica ao método indutivo, posicionando-se radicalmente contra este. Ele se pergunta sobre a validade da indução, a partir os seguintes questionamentos: Qual a justificação para a crença que o futuro será igual ao passado?

Qual a justificativa para as inferências indutivas? Embora fosse adepto do racionalismo, Karl Popper não compactuava com a perspectiva dominante no seio desta corrente de pensamento (em especial na sua vertente conhecida como realismo científico), segundo a qual se encontraria uma verdade absoluta como estabelecimento de melhores teorias experimentais que dariam origem aos problemas mais profundos e inesperados.

De acordo com Popper, as observações não dão conta de provar que uma determinada teoria é falsa ou verdadeira, se pode ou não ser refutada. Os critérios de demarcação entre ciência e não ciência não se resumem à observação empírica dos fatos acessíveis à experiência imediata. Para ele, a produção do conhecimento era o que distinguia o ser humano dos demais animais, sendo um produto característico de sua atividade. Devemos consumir, criticar e mudar as teorias que produzimos. Somente assim podemos substituí-las por outras, melhores e mais avançadas (POPPER, 1985).

Para sistematizar sua crítica ao positivismo lógico, Popper irá desenvolver o princípio da falsificação: quanto mais proibitiva for uma teoria, mais condições de ser considerada científica. Neste sentido, o autor reforça que as teorias não são desenvolvidas na busca pela solução de um problema. Ao contrário, estas visam gerar novos problemas e, por conseguinte, novas soluções e assim por diante. A lógica do pensamento popperiano a respeito deste tema pode ser assim resumida: Problema -> Teoria Experimental -> Eliminação de Erro -> Novo problema (POPPER, 1985).

Ao contrário do verificacionismo, a proposta de Popper se funda no “falsificacionismo”. Este seria o critério de demarcação entre aquilo que pode ser considerado ciência e não ciência. Para o autor, somente é científico aquilo que for passível de falsificação, o que se processa a nível metodológico: consiste em recolher elementos que possam contestar determinada teoria. Uma teoria científica só merece este estatuto se for submetida a testes que visem contestá-la na tentativa de refutá-la. Quanto mais a teoria consiga resistir às tendências do princípio da falsificação, mais ela será corroborável. Assim, temos que a falsificação é a introdução de testes que verificam a validade de uma teoria (POPPER, 1985).

Assim, temos a inversão da lógica positivista, muito embora não haja sua recusa radical, uma vez que o próprio autor, em que pese tenha negado sua filiação ao positivismo, em diversos momentos de sua vida e obra se arvora nos pressupostos desta tradição epistemológica. Ao invés de partir dos critérios baseados na verificação empírica para demarcar a fronteira existente entre ciência e não ciência, Popper na obra *Conjeturas e Refutações* irá desenvolver a seguinte síntese:

(...) Toda teoria científica “boa” é uma proibição: ela proíbe certas coisas de acontecer. Quanto mais uma teoria proíbe, melhor ela é. (...) A teoria que não for refutada por qualquer acontecimento concebível não é científica. A irrefutabilidade não é uma virtude, como frequentemente se pensa, mas um vício.
(...) Todo teste genuíno de uma teoria é uma tentativa de refutá-la. A possibilidade

de demonstrar que é falsa. Há, porém, diferentes graus na capacidade de se testar uma teoria: algumas são mais “testáveis”, mais expostas à refutação do que outras: correm, por assim dizer, maiores riscos. (...) Pode-se dizer, resumidamente, que o critério que define o *status* científico de uma teoria é sua capacidade de ser refutada ou testada. (POPPER, 1985, p. 66).

Desta forma, temos como fundamental a necessidade de ser progressista. A teoria é progressiva se nossa discussão mostra que esta realmente efetua alguma diferença relativa ao problema que se propõe resolução. Popper irá defender que as teorias devem ser ofertadas como soluções para problemas de ordem científica. Um problema descoberto dentro do assim chamado “reino dos problemas e soluções”, no que tange ao conhecimento científico, pertence assim à tradição científica (POPPER, 1985).

Assim, temos mais uma tentativa de redução científica, desta vez proposta por Karl Popper. Para o autor tal procedimento tende a ser benéfico, uma vez que se trata de um processo no qual aprendemos a compreender e explicar as teorias a respeito do campo científico a ser reduzido. Com isso, aprendemos muito acerca das teorias redutoras. De outro modo, a redução científica má ocorre quando simplesmente corta-se um campo que não é passível de ser reduzido, com o único objetivo de facilitar o objeto a ser estudado.

Popper irá dizer que toda ciência e toda filosofia podem ser compreendidas como uma espécie de “senso comum esclarecido”. Neste sentido, faz-se uma importante relação entre o chamado “senso comum” e a crítica (expressa pela ciência): o ponto de partida da análise é o “senso comum”; ao passo que o grande instrumento para progredir e avançar é a crítica, em especial aquela baseada em pressupostos científicos, os quais resistam a todas as espécies refutação ou proibição (POPPER, 1985).

O método e as ideias defendidas por Karl Popper foram alvo de diversas críticas a partir das mais variadas perspectivas. Dentre elas destaca-se a limitação derivada do caráter linear do modelo quádruplo da ciência. Sobretudo a partir da década de 60, teve na figura de Thomas Kuhn um de seus maiores opositores. É sobre este autor que dedicaremos o próximo tópico do texto.

2.3 Historicismo kuhniano

Thomas Kuhn nasceu em Cincinatti, no estado de Ohio (EUA) no ano de 1922, vindo a falecer no ano de 1996 em Cambridge, Massachussets. Diferentemente dos demais pensadores aqui descritos, Kuhn era físico. Nos anos 40 sua trajetória intelectual na

Universidade de Harvard em Cambridge (onde fez mestrado e doutorado em Física, passando nela a lecionar no ano de 1949) foi decisiva para os seus estudos.

Conforme dito, foi em Harvard que Kuhn iniciou a lecionar. Lá trabalhou com a disciplina de Ciências para os cursos de Ciências Humanas, cuja grade se fundava nos casos mais famosos da história da ciência, obrigando o cientista natural a estudar com o tema. Em 1956, transfere para a Universidade de Berkeley na Califórnia, onde leciona história da ciência, efetivando-se nesta cadeira em 1961. Um ano depois escreve sua grande obra, *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Este pensador inaugura as tradições dinâmicas da epistemologia das Ciências Sociais.

Neste trabalho o esforço intelectual e metodológico de Thomas Kuhn é fornecer uma teoria mais coerente com a situação histórica tal como ele a concebia, situada nos EUA pós-guerra, marcado pela intensificação do processo de institucionalização das Ciências Sociais. Em seus estudos, ele veio a se dar conta de que as tradições epistemológicas da ciência (o método indutivo e o método dedutivo; dito de outra forma, a polêmica entre verificacionismo e falsificacionismo como critério único válido para demarcar o que pode e o que não pode ser considerado científico) não resistiam ao minucioso estudo dos casos históricos (CHALMERS, 1993).

Sua produção intelectual era contemporânea a de Karl Popper. Kuhn se insurge de modo categórico contra o princípio do falsificacionismo, defendido pelos adeptos do racionalismo crítico popperiano. Em Popper temos a defesa da tese segundo a qual o cientista, ao provar o estatuto de sua produção intelectual nestes termos, estaria isento de toda forma de crítica. Uma vez havendo resistência às diversas tentativas de refutação, mantem-se o corpus teórico da ciência. Kuhn contrapõe-se a este pensamento, ao estabelecer a ideia de paradigmas, enfatizando o caráter sociológico da produção científica (GARCIA, 2012).

Um dos elementos fundamentais de sua obra é a ênfase dada ao caráter revolucionário do progresso da ciência, onde uma revolução implica no abandono de determinada estrutura teórica e sua conseqüente substituição por outra, incompatível com esta. Outro elemento é a importância dada ao papel desempenhado pelas características sociológicas das comunidades científicas. Kuhn irá elaborar um quadro progressivo da ciência, na tese de que o desenvolvimento típico de uma disciplina científica se dá ao longo

da seguinte estrutura aberta: fase pré-paradigmática -> ciência normal -> crise -> revolução -> nova ciência normal -> nova crise (CHALMERS, 1993).

O conjunto de atividades desarticuladas e dispersas que antecede a formação de uma ciência se torna estruturada e dirigida quando a comunidade de cientistas se articula em torno de um único *paradigma*. Este é formado por um conjunto de suposições teóricas gerais, leis e técnicas para sua aplicação utilizadas por uma comunidade científica específica. Aqueles que trabalham dentro de um paradigma produzem *ciência normal*, o qual lhes apresenta um conjunto de problemas definidos pelos métodos que acreditam ser suficientemente adequado para a sua solução. Sua tarefa é articular e desenvolver o paradigma. Este pode vir a entrar num estado de *crise* caso as inevitáveis dificuldades e tentativas de falsificação fugirem ao controle de seus adeptos (CHALMERS, 1993).

A resolução da crise se dá quando surge um paradigma inteiramente novo que é aderido por cada vez mais cientistas. Quando o paradigma anterior (problemático e limitado) é abandonado pela comunidade científica temos uma *revolução científica*. Kuhn salienta que caso o cientista normal culpe o paradigma pelos seus insucessos na resolução dos problemas, estará aberto às mesmas acusações de um carpinteiro que cula suas próprias ferramentas. Anomalias e dificuldades sempre existirão. As anomalias serão consideradas sérias se atacarem os fundamentos de um paradigma de tal modo que resista às tentativas de remoção por parte dos cientistas normais. As anomalias serão também consideradas sérias caso configurem necessidades sociais urgentes (CHALMERS, 1993).

A repercussão da obra foi tamanha que o levou a escrever, em 1969, um posfácio de A Estrutura das Revoluções Científicas. Tal escrito tem por objetivo rebater as críticas dirigidas. Dentre elas, podemos elencar o irracionalismo, a polêmica entre a “incomensurabilidade” dos paradigmas e a impossibilidade de crítica do cientista normal ao paradigma. Nele, alguns dos seus pontos de vista são, em alguma medida, refinados e modificados. O grande mérito do texto é o melhor esclarecimento e a síntese relativa às definições de paradigma e comunidade científica. De acordo com o autor:

Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma (...) uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica. Estes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similares, numa extensão sem paralelos na maioria das outras disciplinas. (...) O resultado disso é que os membros de uma comunidade científica veem a si próprios e são vistos pelos outros como os únicos responsáveis pela perseguição de objetivos comuns, que incluem o treino de seus sucessores. (...) Os

paradigmas são algo compartilhado pelos membros de tais comunidades. (KUHN, 1998, p. 220-222, sublinhado no original).

Para não nos limitarmos a uma mera descrição das produções até aqui expostas, trataremos de ponderar, de modo introdutório, algumas críticas pertinentes e necessárias. Em primeiro lugar, as chamadas tradições estáticas da epistemologia das Ciências Sociais têm em comum um componente essencial: o reducionismo na análise da demarcação entre o que pode e o que não pode ser considerado ciência. Tal redução se dá, no caso dos positivistas lógicos, à questão da linguagem e da verificação empírica dos fenômenos. Já em Popper, temos a inversão apenas do princípio, mas da lógica positivista em sua essência: são ocultadas as determinações históricas, sociais e as condições de possibilidade do conhecimento científico se resumem aos critérios estabelecidos pelos cientistas.

Contudo, podemos também encontrar alguns limites no arcabouço intelectual do escritor de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Thomas Kuhn: no citado texto ele busca a todo custo proclamar uma autonomia da ciência frente às demais formas de conhecimento e também cai num reducionismo, em especial com sua concepção fechada de paradigma. Ademais, sua conclusão segundo a qual o cientista normal não deve adotar uma postura crítica frente ao paradigma revela uma posição conservadora frente à realidade concreta, que se expande e vai além da atividade científica. Por mais que recorra a exemplos históricos, este pensador ignora que a história e a ciência são produções humanas, fruto de contradições e conflitos sociais e não a mera adequação e internalização deste ou daquele paradigma.

Essas críticas iniciais serão mais bem explicitadas quando da última parte do trabalho, onde serão expostos com mais afinco os vínculos entre intelectuais, aprofundamento da divisão social do trabalho e reprodução das relações sociais capitalistas. Agora, passaremos à discussão entre ciência e não-ciência, tendo como fio condutor as noções e categorias expostas a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético.

3. Ciência x não-ciência: uma abordagem marxista

O procedimento aqui adotado para dar conta da relação entre a Sociologia e a sociedade moderna percorrerá o seguinte itinerário: trataremos de definir a Sociologia partindo da definição de seus elementos fundamentais, a ciência que tem por objetivo estudar a sociedade. Para isso, faremos a devida definição do que entendemos por ciência e sociedade, bem como discorreremos de modo breve sobre as distinções entre ciência e senso comum, tendo como fio condutor o desenvolvimento das relações sociais que fundamentam

a sociedade moderna. Após, faremos uma breve descrição do conjunto de transformações sociais que possibilitou o surgimento da Sociologia na Modernidade, a saber: a vitória da burguesia contra a nobreza feudal e o clero através da consolidação do modo de produção capitalista, com o desenvolvimento da divisão social do trabalho e o processo de mercantilização e burocratização do conjunto das relações sociais.

A definição preliminar da Sociologia que iremos aqui expor é a seguinte: a Sociologia é a “ciência da sociedade.” Antes de tudo, as definições carregam consigo o fato de serem insuficientes, uma vez que no mundo dos conceitos e teorias (o que distingue o significado desta ciência como um mero verbete de um dicionário de línguas) as definições remetem à necessidade de explicações complementares e discussões complexas, que guardam íntima relação com outros conceitos e diversos fenômenos sociais.

Partindo da definição preliminar acima empregada, há a necessidade de definir o que se entende por ciência e por sociedade. Em que pese os termos aqui definidos sejam polissêmicos e carreguem consigo o fato de serem expressões de perspectiva de determinada classe social (a linguagem não é “neutra”: é mais uma expressão da luta de classes e é perpassada pelos conflitos sociais), iremos definir ciência e sociedade, bem como faremos as exposições já elencadas (distinção entre ciência e senso comum e a delimitação da Sociologia como uma ciência particular) tendo como aporte teórico os argumentos expostos pelo sociólogo marxista Nildo Viana em sua obra *Introdução à Sociologia*.

A ciência pode ser entendida como um saber sistemático, metódico e empírico. O caráter sistemático da ciência se explica pelo fato de ser organizado, coerente e estruturado. Já o elemento metódico faz menção ao fato de se tratar de um método, ou seja, um conjunto de preceitos, noções, categorias e termos que conformam um instrumento mental que possibilita analisar a realidade. Já o fato de ser um saber empírico diz respeito à fundamentação na realidade concreta, empírica, ou como diriam alguns, aos fatos acessíveis pela experiência (VIANA, 2006).

Além dos pressupostos acima aludidos, a ciência é formada por dois outros elementos essenciais, os quais são muito polêmicos e já foram criticados por diversos cientistas, muito embora com ambiguidades. São estes a objetividade e a neutralidade. A neutralidade se caracterizaria como a não interferência dos valores, concepções religiosas, políticas etc., do cientista em sua produção intelectual. Para expor com precisão nosso ponto de vista acerca da questão, seremos enfáticos: para nós a neutralidade é algo impossível, uma

vez que embora o cientista possa concretamente em alguns casos abandonar, ou não se deixar influenciar por certos valores e concepções próprias, os valores fundamentais e os elementos que constituem sua mentalidade não podem ser fantásticamente abolidos neste processo (VIANA, 2006).

Os seres humanos são, por sua constituição histórico-social advinda de seu processo histórico de vida, seres valorativos: a todo instante efetuam determinadas escolhas, seleções e preferências, simpatias ou mesmo desvalorando determinadas coisas, fenômenos, pessoas, relações, sentimentos, etc. Isso implica dizer que os valores constituem a essência dos seres humanos, aquilo que estes entendem como útil, interessante ou mesmo significativo.

Ademais, para além da impossibilidade da neutralidade, há que se pontuar que esta deve ser devidamente discutida e contextualizada. Não restam dúvidas de que determinados valores, interesses e concepções são obstáculos para a compreensão da realidade social, uma vez que dela somos simultaneamente produtores e reprodutores. Mas isso não se aplica a todos os valores (VIANA, 2006). O preconceito de sexo, por exemplo, tende a prejudicar uma análise sobre a dinâmica da violência contra a mulher e suas distintas origens sociais e o papel ocupado na divisão social do trabalho.

De outro lado, não há como negar que o princípio da honestidade intelectual e compromisso com a busca da verdade acima de quaisquer interesses pessoais ou financeiros por parte do pesquisador é benéfico para a produção científica. Desta forma, resta comprovado que, além da neutralidade ser impossível, o que realmente importa discutir é quais os valores estão por detrás de determinadas pesquisas científicas, bem como quais prejudicam ou contribuem para que o pesquisador se aproxime efetivamente da verdade (VIANA, 2006).

Agora passemos à questão da objetividade. Esta pode ser compreendida como sendo a adequação da ideia científica à realidade objetiva, ou seja, a subsunção de um modelo desenvolvido pelo pesquisador à concretude do conjunto das relações sociais. A objetividade, do mesmo modo que a neutralidade, trata-se de uma pretensão, uma ambição e uma intenção por parte dos cientistas. Seu grau de realização não é garantido somente por se constituir enquanto saber científico. Determinada concepção científica pode ser totalmente falsa ou parcialmente falsa, bem como, em casos raros, pode ser verdadeira (VIANA, 2006). Isso significa que não basta que o discurso seja científico para que automaticamente seja garantido como verdadeiro. Os exemplos históricos da eugenia e a da

craniometria, dentre outros procedimentos elaborados pela ciência e nela fundamentados reforçam esta afirmação.

Resta evidente que, conforme o até aqui exposto sobre a ciência, esta se trata de uma forma de saber diferente de outras, tais como a Filosofia e a Teologia. Contudo, a oposição que até hoje em dia é retomada e foi constituída pelo discurso científico, com surgimento no pensamento do sociólogo Émile Durkheim e diversos outros cientistas, sendo reforçada pelo epistemólogo (a epistemologia é considerada a teoria da ciência, a teoria do conhecimento, a ciência da ciência, entre outras definições) Gaston Bachelard, é aquela entre ciência e “senso comum”. Embora tais posições hoje em dia sejam alvo de inúmeras críticas, ao mesmo tempo são dominantes no imaginário de diversos sociólogos e estudantes de Ciências Sociais. Segundo estes dois pensadores, há uma ruptura evidente entre estas duas formas de saber. A ciência é uma forma de saber sistemático, organizado, coerente, maduro, neutro, verdadeiro (objetivo), dentre outras características; ao passo que o senso comum trata de um saber desarticulado, incoerente, valorativo, marcado pelo erro (VIANA, 2006).

Para expressar com maior precisão nossa posição a respeito deste tema tão candente e que abrange as preocupações de diversos pensadores e cientistas sociais, destacamos aqui o seguinte excerto:

Na verdade, o discurso científico não é objetivo por si mesmo nem o saber comum, as representações cotidianas, ou o “senso comum”, segundo linguagem tradicional, é sempre falso, bem como as fronteiras entre ambos nem sempre foram tão nítidas, já que o discurso científico não é científico em sua totalidade (assim como não existe um mundo puro de conceitos, construtos e termos técnicos) nem o senso comum é sempre incoerente. De qualquer forma, existe a diferença entre a ciência e as representações cotidianas. Podemos ilustrar essa diferença valendo-nos da diferença entre pensamento simples e complexo. As representações cotidianas (senso comum) são formas de pensamento simples, produzidas na vida cotidiana, e que não fornece explicações aprofundadas e embasadas (em métodos, técnicas, etc., isto é, não são produtos de pesquisa) ao passo que o pensamento científico é complexo, organizado sistematicamente, metodicamente, tendo por base um conjunto de informações retiradas da realidade empírica. Esta distinção ajuda a compreender o significado do conceito de ciência, embora não deva levar ao equívoco da concepção de Durkheim, Bachelard e outros a ponto de opor um ao outro, como se opõe o erro e a verdade. (VIANA, 2006, p. 11).

A partir de agora, iremos realizar a devida distinção entre a ciência em geral e as ciências particulares. Nossa definição de ciência, bem como a discussão entre as distinções entre o pensamento complexo (do qual a ciência é uma expressão) e pensamento simples (o chamado “senso comum”) se deu tendo por fio condutor o conceito de ciência em geral, isto é, que se pode aplicar a todas as ciências, das naturais às humanas. Contudo, para que avancemos no sentido de elaborar uma definição mais precisa sobre a Sociologia, faz-se

necessário avançar e definir o que se entende por ciência particular, termo que ajuda a compreender a especificidades desta em contraposição à noção geral das ciências. Assim, temos que cada ciência particular

(...) deve conter em si todos os elementos característicos da ciência geral, todos os elementos que a definem, mas também deve possuir uma singularidade, uma particularidade. Tal singularidade que deve estar presente numa ciência particular ocorre quando ela delimita um objeto próprio, diferente dos demais, bem como expõe os seus métodos de pesquisa. Assim, cada ciência particular busca construir seu próprio objeto de pesquisa e produz os procedimentos metodológicos adequados para realizar a pesquisa. (VIANA, 2006, p. 12).

As definições acima apresentadas a respeito das condições de possibilidades para o surgimento de uma ciência particular, seu objeto de estudo e procedimentos metodológicos nos permitem avançar no sentido de definir o segundo elemento que caracteriza a definição mais corrente do que vem a ser a Sociologia: “a ciência da sociedade”. Como já expusemos, o termo sociedade é polissêmico, ou seja, traz consigo a perspectiva expressa por cada autor que se dedicou a definir ou conceituar “o que é sociedade”. Assim, não há um consenso entre cientistas sociais e demais pensadores e pesquisadores sobre essa definição. Buscaremos aqui apontar para uma definição que abarca diversas concepções e tem por finalidade delimitar o campo de estudo da Sociologia.

Podemos definir a sociedade como o conjunto das relações sociais em determinado território e momento histórico. Desta maneira, há como falar em sociedade brasileira, sociedade burguesa, sociedade escravista colonial, dentre outras formas de sociedade. Assim sendo, deve-se acrescentar o fato de que a Sociologia, por ser produto da consolidação do modo de produção capitalista, não estuda todas as formas de sociedades humanas que existiram ao longo da história da humanidade. Esta ciência tem um objeto de estudo delimitado: a sociedade moderna, capitalista (VIANA, 2006).

Sem dúvida, os sociólogos clássicos e os demais que se dedicaram ao estudo de outras sociedades o fizeram tendo como necessidade partir das conclusões tiradas deste procedimento, para com isso justificar sua tentativa de explicar a sociedade burguesa, a sociedade atual. Suas obras têm como fundamento fornecer os elementos que contribuam para a efetiva compreensão desta forma de sociedade, com o intuito de desenvolver seus arcabouços metodológicos, seja o método comparativo (Durkheim), a constituição histórica do capitalismo (Marx) ou a busca de elementos societários que pudessem ser generalizados a todas as sociedades (Elias).

O aprofundamento da divisão capitalista do trabalho intelectual proporciona o aumento da especialização. Neste sentido, o desenvolvimento histórico da Sociologia faz com que esta disciplina passe a se subdividir em diversas “sociologias”, as chamadas “sociologias especiais”, que se dedicam a estudar fenômenos sociais mais específicos. Este é o caso da sociologia urbana, rural, da educação, da arte, bem como suas subdivisões internas.

A formação da sociedade moderna é marcada pela expansão comercial e pela chamada “acumulação primitiva de capital”, realizada por diversos meios, especialmente o sistema colonial (VIANA, 2006). A desagregação da velha ordem feudal, com suas relações de produção fundadas na servidão e com o enorme poder do clero e privilégios da nobreza, é realizada na constituição da sociedade capitalista através da vitória da burguesia nascente, expressa na Revolução Industrial e na Revolução Francesa.

Esta vitória inaugura a constituição de novas classes sociais, novas relações de produção e sociais. Tais transformações (novas relações estabelecidas entre os seres humanos na produção dos meios necessários à vida) vêm acompanhadas por um conjunto de mudanças nos valores, na mentalidade e na cultura (VIANA, 2006). As mencionadas revoluções consolidam o processo de industrialização, expressando a constituição da burguesia como nova classe dominante e dirigente. Há o acirramento dos conflitos sociais que, por conseguinte, expressam uma nova correlação de forças: ao invés da luta contra a nobreza, aristocracia e clero, há o enfrentamento das novas classes exploradas (campesinato e proletariado) contra a classe exploradora nascente: os capitalistas.

Dentre as determinações que forneceram as condições de possibilidade para o surgimento histórico e posterior consolidação da Sociologia, podemos elencar as seguintes: a) incentivo e aumento do desenvolvimento científico e tecnológico via produção capitalista de mercadorias; b) consolidação e hegemonia do capital industrial, que ocorreu após o incentivo do capital comercial e a expansão das fronteiras, o que significou a generalização e universalização da mercantilização das relações sociais; c) o surgimento de novas concepções filosóficas, tais como o pensamento de René Descartes e Francis Bacon; d) o nascimento das ciências naturais (que viriam a exercer uma enorme influência nos primeiros sociólogos), com as revoluções de Copérnico e Galileu, que aliadas ao posterior movimento Iluminista (expresso nas obras de Rousseau, Montesquieu, Diderot, Locke e outros) expressaram o fortalecimento na luta contra os preceitos e ideias do clero, fazendo frente ao

pensamento teológico e filosófico ao defender a razão e a autonomia do indivíduo e o combate às trevas através do “otimismo” das luzes. Como bem expressa Viana:

Assim, as novas relações sociais e as novas necessidades sociais que lhes acompanha são fundamentais para explicar a emergência da Sociologia no século 19. Uma dessas novas necessidades é a da racionalização e burocratização das instituições, a começar pelo próprio Estado moderno. Os novos conflitos sociais gerados a partir das revoluções burguesas, agora entre burguesia e proletariado nascente, também produzem a necessidade de maior controle social e maior informação e conhecimento da realidade social. A partir do século 19, o surgimento das universidades modernas e a oposição criada entre Filosofia e ciência natural marcam o processo de nascimento da Sociologia. (VIANA, 2006, p.17).

Sobre os vínculos estabelecidos entre o surgimento desta ciência particular (Sociologia), as determinações histórico-sociais que lhe são próprias e os demais aspectos ligados à totalidade das relações sociais, Viana assim se posiciona:

Cada ciência particular teve determinações específicas para o seu surgimento e isso também se aplica à Sociologia. **Podemos dizer que a Sociologia foi produzida como resultado das revoluções burguesas, destacando-se a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, e das mudanças culturais, especialmente as relacionadas com o desenvolvimento das ciências naturais e sua institucionalização (nascimento das universidades modernas) e pela emergência das lutas operárias, expressa tanto nas ideias reformista e socialistas e na formação de suas organizações (sindicatos, partidos) e ações.**” (VIANA, 2006, p. 18, grifos nossos).

Podemos através desta digressão estabelecer o vínculo real havido entre a complexificação da divisão social do trabalho intelectual no capitalismo, a emergência e consolidação da sociedade capitalista e as transformações culturais dela decorrentes como determinações históricas e sociais para o surgimento e consolidação das ciências, em especial da Sociologia e suas subdisciplinas. Contudo, falta ainda especificar o que caracteriza a existência de uma classe social que produz e reproduz de forma mais ou menos complexa o conjunto de falsa consciência sistematizada, bem como quais seus vínculos, interesses, mentalidade e perspectiva: nos referimos à intelectualidade, classe social auxiliar da burguesia e produtora de ideologias. Essa será a parte final de nossa jornada.

4. Considerações finais: a intelectualidade como classe social auxiliar da burguesia

Até aqui nos limitamos a discutir e descrever sinteticamente três das grandes tradicionais intelectuais das Ciências Sociais, em especial da Epistemologia das Ciências Sociais e da Sociologia do Conhecimento. A discussão posterior serviu para efetuar a demarcação entre a ciência e os saberes não científicos, a partir das contribuições do

materialismo histórico-dialético. No entanto, precisamos evidenciar os agentes reais da produção de conhecimento, além de explicar de modo mais preciso quem são os intelectuais e quais suas tarefas no seio da sociedade de classes.

Desde já, não faremos uma exaustiva discussão acerca das distintas concepções e perspectivas de classe manifestas nos diversos escritos sobre a intelectualidade¹. Buscaremos, fundamentalmente esboçar e contribuir para a divulgação de uma concepção marxista da intelectualidade e dos intelectuais, com o intuito de contribuir para um estudo mais profundo, o qual redunde numa teoria da intelectualidade.

Sendo assim, perguntas fundamentais devem ser respondidas: a) O que é a intelectualidade? b) É possível identifica-la como uma classe social? c) Qual seu papel na sociedade capitalista? A partir do marxismo, temos o pressuposto segundo o qual é o modo de produção da vida material é o que condiciona a produção das ideias, representações e pensamentos dos indivíduos. Por conseguinte, o desenvolvimento das sociedades humanas se dá através do trabalho e da sociabilidade; neste sentido, consciência nada mais é que o ser consciente, seu processo real de vida, sua relação com aquilo que os rodeia, sendo produto direto das relações que os seres humanos necessariamente estabelecem para produzir e reproduzir seus meios de vida (MARX & ENGELS, 2004).

Ocorre que, com a constituição das sociedades de classes a produção e reprodução social dos meios de vida é mediada por uma relação social específica: a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Tal cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual se expande e se complexifica simultaneamente ao desenvolvimento dos modos de produção classistas, assumindo sua forma acabada no capitalismo, no qual este processo se generaliza para o conjunto da vida social. A este respeito, convém retomar as palavras de Marx & Engels em *A Ideologia Alemã*:

A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual. A partir deste momento, a consciência *pode* realmente dar-se à fantasia de ser algo diferente da consciência da práxis existente, de representar *realmente* alguma coisa sem representar nada de real – a partir deste momento, a consciência é capaz de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria “pura”, da teologia, da filosofia, da moral, etc., “puras”. E mesmo quando estas teorias, teologia, filosofia, moral, etc., entram em contradição com as relações vigentes, isso só pode acontecer pelo fato de as relações sociais vigentes terem entrado em contradição com a força de produção existente (...) com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, mais, a realidade de a atividade espiritual e a atividade material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não

¹ Para tanto, cf. MARQUES, 2013 e VIANA, 2012.

caírem em contradição reside apenas na superação da divisão do trabalho. (MARX & ENGELS, 2004, p. 35-36, grifos no original).

Deste modo, é somente com a separação entre o trabalho intelectual (aquele que privilegia a elaboração e direção em detrimento da execução: nas sociedades de classes tal atividade é supervalorada) e o trabalho manual (centrada na execução daquilo que é por outros planejado, sendo sua efetivação desvalorada e subestimada) que são dadas as condições reais para o aparecimento da produção de falsa consciência sistematizada, de produção ideológica. Contudo, este processo não paira por sob nossas cabeças: ele é, antes de mais nada, produto da atividade de indivíduos reais, vivos, históricos e concretos. A primeira forma de ideólogos (intelectuais) surge na sociedade escravista antiga; seu desenvolvimento e coincidência se dão com a atividade dos padres na sociedade feudal. Na sociedade burguesa, devido ao incremento da divisão do trabalho, surge uma classe específica, dedicada a um trabalho especializado e restrito à forma intelectual.

A classe dominante em nossa sociedade é a burguesia. Sua relação com a outra classe fundamental deste modo de produção (o proletariado) se dá através da extração de mais-valor: os capitalistas exploram os proletários, na forma específica de extração de mais-trabalho que se dá na forma do mais-valor. Neste sentido, a dinâmica estabelecida entre estas duas classes, sendo o capital uma relação social de exploração, se expande e se generaliza para o conjunto das demais relações produzidas e reproduzidas nesta organização social. Neste sentido, a divisão social do trabalho fixa a atividade social dos indivíduos, consolidando-se como uma força exterior, a qual escapa ao seu controle e frustra suas expectativas (MARX & ENGELS, 2004). Para reproduzir e tornar regulares as relações de produção burguesas, os capitalistas necessitam de um conjunto de pensamentos complexos que garantam a dominação, exploração e alienação das atividades humanas:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média às ideias daqueles a quem faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em todas a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são

as ideias dominantes da época. (...) A divisão do trabalho, que já atrás encontramos como uma das principais forças da História até nossos dias, manifesta-se agora também na classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material, pelo que no seio desta classe uma parte surge como os pensadores ativos desta classe (os ideólogos conceptivos ativos da mesma, os quais fazem da formação da ilusão desta classe sobre si própria a sua principal fonte de sustento), ao passo que os outros têm uma atitude mais passiva em relação a estas ideias e ilusões, pois que na realidade são eles os membros ativos desta classe e têm menos tempo para criar ilusões e ideias sobre si próprios. (MARX & ENGELS, 2004, p. 56-57 grifos no original).

Neste sentido, é possível concluir que a classe dominante precisa, para manter sua condição privilegiada, do auxílio de determinadas classes, as quais com seu trabalho são muito bem remuneradas e, para tanto, possuem um modo de vida que, no caso de suas frações superiores, é muito semelhante ao da burguesia. A partir da concepção marxista das classes sociais, podemos elencar três elementos fundamentais: a) situação (modo de atividade, modo de vida comum, os quais geram costumes, representações, valores, mentalidade, etc., também comuns); b) relação com as demais classes (seja de oposição, aliança, antagonismo ou luta no interior de suas distintas frações); c) interesses (os quais podem ou não ser antagônicos a de outras classes e frações de classes, o que não significa que não possam haver oposições de interesses no interior de uma mesma classe). O mais importante aqui é que tais elementos não são estáticos, mas sim sociais, históricos e envolvidos numa totalidade concreta. Por conta disso, a partir da luta e dos interesses manifestos em cada situação, há a tendência de passagem de uma classe determinada (que manifesta seus interesses imediatos e se encontra submetida ao conjunto das relações sociais dominantes de um determinado modo de produção) para uma classe autodeterminada (manifestando seus interesses históricos e travando um enfrentamento direto ao conjunto das relações sociais e de produção as quais está submetida); bem entendido que aqui se tratam de tendências, ou seja, de movimentos históricos que podem ou não expressar distintos processos que somente podem ser realizados dentro de cada contexto histórico específico (MAIA, 2011; VIANA, 2012).

Deste modo, podemos definir a intelectualidade como uma classe social não-proprietária, assalariada e improdutiva. Isso porque ele não detém meios de produção e reprodução da vida material, recebe salários e não produz valor, ou seja, uma determinada quantidade de trabalho humano socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria (MARX, 1989). Todo o trabalhador produtivo é um trabalhador assalariado, mas nem todo o trabalhador assalariado é um trabalhador produtivo (MARX, 1986). Muito

embora o trabalho intelectual seja mercantilizado, assumindo a forma mercadoria, este não repassa e nem agrega valor aos produtos. Com o aumento da divisão social do trabalho temos o aumento das classes sociais e das frações de classes: isso significa dizer que as classes sociais não formam um bloco homogêneo. Assim, no seio da intelectualidade, temos uma ramificação que na realidade manifesta as lutas e disputas no seio desta classe. O relacionamento da intelectualidade com as classes privilegiadas é de aliança e, em determinados momentos, de enfrentamento e oposição. Devido ao seu caráter de dependência material da burguesia, os intelectuais recebem seus salários a partir da repartição do mais-valor global extraído do proletariado. Seus interesses imediatos enquanto classe são de conservar sua posição privilegiada, ora se aliando à burocracia ora defendendo mais explicitamente a burguesia (VIANA, 2012).

Estabelecendo a necessária relação entre o que foi analisado na primeira parte de nossa discussão e o percurso até aqui percorrido, não restam dúvidas de que as três tradições intelectuais analisadas possuem uma essência inextrincável: buscam autonomizar a produção intelectual e, por conseguinte, a própria existência da classe intelectual do conjunto da sociedade burguesa. A autoavaliação da ciência, seus status de conhecimento verdadeiro e a crítica às explicações totalizantes também permeia estas produções: Popper e o Círculo de Viena se limitam à consciência e as relações sociais imediatas; Kuhn trata a ciência e os cientistas como sacerdotes, os quais detêm o monopólio e conciliam entre si o que entendem por conhecimento científico. A autoavaliação da ciência é uma das formas reais de autoavaliação do trabalho dos intelectuais, (os especialistas do trabalho intelectual) e dos interesses da intelectualidade, classe social auxiliar da burguesia. Todos os autores citados no campo das Ciências Sociais não partem dos indivíduos reais, históricos, das relações entre as classes, os conflitos, tendência e possibilidades advindas de sua dinâmica. Pelo contrário: buscam erigir um modelo de pensamento arbitrário ao definir o que é ciência e o que não seria ciência, os quais a partir daí são aplicados ao real. Todos, por conseguinte, são positivistas (VIANA, 1997).

Assim, tanto os membros do Círculo de Viena, quanto Karl Popper e Thomas Kuhn disputavam a condição de **intelectuais hegemônicos**: aqueles que, no seio da esfera social intelectual, expressam a maior autonomia da intelectualidade como classe social, explicitando seu caráter como auxiliar da burguesia, a qual busca se autonomizar e manter sua posição privilegiada no interior da sociedade moderna (VIANA, 2015). Sendo a ciência

a forma dominante do pensamento complexo sistematizado na falsa consciência, esta só pode ser produzida com base na divisão cada vez mais crescente do trabalho intelectual.

A disputa em torno da “validade do conhecimento” revela a total hegemonia e os limites intransponíveis da consciência burguesa, sendo um dos graves empecilhos e obstáculos para uma consciência correta da realidade: o produto da atividade dos intelectuais fornece um sem-número de ideologias, as quais podem ser compradas, vendidas e são financiadas pelo grande capital: nunca é demais recordar, para citar um exemplo bem caro, dos vínculos entre Karl Popper e o estado britânico.

Contudo, há no seio da intelectualidade, de forma bastante marginal, um restrito número de indivíduos que devido ao seu processo histórico de vida, ligação maior e mais próxima das classes exploradas (muitos destes ascendem socialmente, mas mantém sua origem, valores, interesses e sentimentos oriundos das classes desprivilegiadas) buscam combater a produção de ideologias; como bem lembra Marx, a existência de ideias revolucionárias em determinada formação social fundada nas classes sociais pressupõe a existência de uma classe revolucionária (MARX & ENGELS, 2004).

A crítica à ciência e às demais formas de pensamento complexo vinculadas à manutenção, reprodução, naturalização e regularização das relações sociais e de produção capitalistas só pode ser efetivada através da luta cultural contra a hegemonia burguesa, produto direto da ação real e do trabalho dos intelectuais (ideologias). A ciência é a principal forma de pensamento complexo a serviço do capital. Neste sentido, torna-se um dever da intelectualidade negar a possibilidade real de transformação radical do conjunto das relações sociais. Por ser uma classe social auxiliar da burguesia ela possui horror à autogestão social, pois numa sociedade comunista sua existência cessaria, uma vez que as relações sociais de exploração, alienação e dominação serão substituídas pelo autogoverno dos produtores livremente associados. Numa palavra: a crítica radical da ciência está na ordem do dia para a trincheira da luta de classes em sua forma cultural, encampada pelos intelectuais revolucionários, os quais efetivam a denúncia e os vínculos havidos entre os interesses da intelectualidade e a sobrevivência do capitalismo.

Porém, os intelectuais revolucionários, através da luta cultural manifestam os interesses históricos do proletariado enquanto classe autodeterminada, quando esta por meio da autogestão de suas lutas combate de forma direta e radical a sociedade do capital e, ao mesmo tempo, esboça o embrião da futura organização social comunista, autogerida. No que

tange à complexa relação entre os intelectuais revolucionários e o conjunto da intelectualidade, tomamos como referência as palavras de Marques:

A questão é que para o proletariado a crítica desapiedada do existente deve ser um trabalho constante, e nesta deve ser incluída a sua própria concepção, valores e posição de classe. Um intelectual, devido a sua própria posição social, sua relação com o modo de produção dominante, possui características semelhantes ao proletariado, ser assalariado, por exemplo, mas não é integrante do proletariado, por desenvolver um trabalho improdutivo, no sentido marxista, aquele que não produz mais-valor. Assim, retira seu salário se apropriando de parte do mais-valor extraído do proletariado. Mas, como já expressamos, sendo integrante da intelectualidade, não faz dele um defensor desta classe. Desta forma, a auto-crítica deve perpassar sua concepção. A superação da intelectualidade e a emancipação humana deve ser o fim desejado em sua luta. Assim, um dos papéis fundamentais dos intelectuais revolucionários é colocar a luta cultural como questão fundamental em suas ações, cujo objetivo final "trata-se de derrubar o existente" (Marx, 2007, p.46), revelar o lado burguês da própria intelectualidade e, ao lado disso, empreender pesquisas constantes que expresse o processo de desenvolvimento da luta do proletariado revolucionário. Desta forma as falsas ideias poderão ser reveladas e em seu lugar surgirão novas ideias e concepções que expressem as relações sociais reais, bem como, a questão fundamental da sociedade de classes, o modo de produção, a partir do qual emergem as expressões jurídicas existentes na sociedade. (...) enquanto a intelectualidade produz em auxílio à burguesia, os intelectuais revolucionários instituíram a luta cultural, produzindo em auxílio à classe operária. Assim, a luta de classes estabelecida no âmbito das unidades de produção vai se expressar no âmbito da produção cultural, estabelecendo concomitantemente, a luta cultural. (MARQUES, 2013, p.32).

Por fim, cumpre ressaltar que as produções intelectuais comprometidas com a emancipação humana devem se empenhar no combate sistemático e coerente da ciência em todas as suas manifestações. Isso porque os cientistas buscam em sua atividade conservar o mundo burguês sob disputas aparentes, que visam autonomizar suas fantasias ideológicas e esconder seus reais interesses. Os intelectuais revolucionários, ao contrário, sabem que sua luta só torna uma força efetivamente material com a sua apreensão real pelo movimento e luta do proletariado no seu processo de combate direto ao capital e embrião da sociedade sem classes: a libertação do pensamento intelectual dominante só pode ser a superação de uma sociedade fundada na existência de uma classe dominante, cujo desaparecimento será a superação da divisão social do trabalho via autoemancipação humana fundada na autogestão social.

Referências bibliográficas

CHALMERS, Alan F. *Teorias como estrutura: os paradigmas de Kuhn*. O que é ciência, afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.

GARCIA, Janaina Pires. *Embates teórico-filosóficos entre Thomas Kuhn e Karl Popper: como pensar a atividade científica hoje*. Disponível em

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/filosofia/0096.html> Acesso em 25 de abril de 2017.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MAIA, Lucas. *As Classes Sociais em O Capital*. Pará de Minas, MG: Editora Virtual Books, 2011.

MARQUES, Edmilson. *Intelectuais e Luta Cultural*. In: MARQUES, Edmilson e BRAGA, Lisandro (orgs.). *Intelectualidade e Luta de Classes*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

MARX, Karl. *O Dezoito de Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro 1. Vol. I. 13ª Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã 1º Capítulo e Teses sobre Feurbach*. 7ª Edição. São Paulo: Centauro, 2004.

PEPE, Dunia. *O Círculo Filosófico de Viena*. In: DE MASI, Domenico (org.). *A emoção e a regra: os grupos criativos na Europa de 1850 a 1950*. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

POPPER, Karl R. *Conjecturas e refutações*. 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

VIANA, Nildo. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. *A Consciência da História: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*.

2ª Ed. revista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

_____. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookess, 2012.

_____. *As Esferas Sociais: A Constituição Capitalista da Divisão do Trabalho Intelectual*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.

Prática Terapêutica com Pessoas em Situação De Rua

Poliane Brunetto*

O presente artigo visa apresentar o resultado de um trabalho realizado a partir da prática terapêutica desenvolvida com pessoas em situação de rua que encontram-se abrigadas no Albergue Noturno André Luiz, da cidade de Cascavel-PR. Apoiando-se na Psicologia Social, todo o trabalho desenvolvido com estes indivíduos baseou-se na busca pela compreensão do modo como se vive no interior das relações sociais e o que nos possibilita também compreender as suas histórias de vida. Com este trabalho, podemos observar mais detalhadamente a situação concreta em que se vive as pessoas em situação de rua na cidade supracitada.

As intervenções ocorreram uma vez por semana, entre fevereiro e dezembro do ano de 2016, no próprio albergue. Os instrumentos utilizados para mediar as intervenções foram técnicas de grupo, conversas informais, atividades lúdicas direcionadas e discussões temáticas.

O primeiro contato estabelecido com os indivíduos que viriam a compor o grupo foi feito a partir de uma visita institucional, na qual foi possível observar o perfil do público atendido pelo albergue e identificar que o grupo seria rotativo, o que exigiu que cada uma das intervenções propostas possuíssem, invariavelmente, início, meio e fim.

Pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social

Por meio da observação e de conversa informal, percebeu-se que as pessoas que se encontravam no albergue possuíam algo em comum, encontravam-se em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Uma das consequências da acumulação de capital e do avanço tecnológico é o desenvolvimento de uma sociedade fundada em desigualdades sociais e da falta dos meios essenciais para manter a vida (PAULINO et al., 2013). De acordo com COSTA (2005), a desagregação progressiva das proteções ligadas ao mundo do trabalho resultou em um processo crescente de marginalização de determinados setores, resultando em um aumento considerável da repressão estatal e de mecanismos de controle social.

* Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon (2013). Graduada do curso de Psicologia pelo Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz, Campus de Cascavel - PR (2014). Pós-graduanda Lato Sensu em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo Instituto de Terapia Cognitiva - São Paulo (2017). Membro Fundador e integrante do 1º Conselho Fiscal da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) de Cascavel - PR.

Embora o Brasil tenha suas especificidades, a realidade que aqui é vivenciada não se distancia daquela que é encontrada no cenário mundial. O sistema capitalista implantado no país produziu, e têm produzido indivíduos subjugados, tanto pessoal quanto socialmente, sem, contudo, oferecer brechas para que essas pessoas possam transpor essa realidade social (COSTA, 2005).

Nesta perspectiva, vislumbra-se que em relação às pessoas em situação de rua, as políticas públicas adotadas ao longo do processo histórico sempre visaram a implementação de ações de caráter focalista, ou seja, buscavam dar ênfase no enfrentamento dos problemas sociais como fatos isolados, o que acaba por gerar o ofuscamento das relações gerais geradas pelo capitalismo. Conforme COSTA (2005), essas políticas não trouxeram resultados efetivos na melhora das condições de vida dessa parcela da sociedade.

É nesse mesmo sentido que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), a partir de 2004, passou a propor medidas voltadas ao atendimento da população em situação de rua. Para isso, buscou reunir vários segmentos da sociedade, tais como Igrejas, representantes de alguns municípios e entidades não governamentais, para que juntos pudessem formular políticas públicas direcionadas a este público em específico (FERREIRA, 2006), que de acordo com o art. 1º, parágrafo único, do Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 pode ser definido como um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que tem em comum a condição de pobreza absoluta, a falta de pertencimento à sociedade formal e sem moradia fixa, *in verbis*:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Nesta seara, pode-se dizer que a categoria de pessoas alhures mencionada é composta por homens, mulheres, jovens, famílias, enfim, grupos que tem em sua trajetória a referência de terem realizado alguma atividade laboral que foi importante na constituição de suas identidades sociais, mas que com o tempo, em virtude de algum infortúnio, acabaram perderam gradativamente a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia (COSTA, 2005).

Os usuários do Albergue Noturno André Luiz não fogem a regra, são homens, mulheres e, algumas vezes, crianças que por motivos diversos, tais como, dependência

química, alcoolistas, transtornos psiquiátricos ou por terem vindos de outras cidades ou Estados ou países chegam em Cascavel em busca de trabalho e não os consegue vão parar no albergue como último recurso para evitar as ruas.

No caso dos usuários que aceitaram participar das dinâmicas de grupo, observou-se que a faixa etária variou entre 28 a 76 anos de idade, sendo a maioria do sexo masculino, bem como desde pessoas analfabetas até indivíduos com o ensino superior completo.

Para COSTA (2005), essa realidade é característica do processo de exclusão social que existe no Brasil desde o início do milênio. A exclusão social, que passamos a conhecer, tem origens econômicas, mas caracteriza-se também pela existência de determinadas classes sociais, pelos limites de acesso aos meios de produção, dificuldade de acesso aos meios de consumo o que acaba provocando a perda de autoestima.

Apesar de aparentemente haver um número excessivo de pessoas sem as condições mínimas de sobrevivência, não se sabia o número exato de pessoas que viviam em situação de rua no Brasil, pois o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza os domicílios como unidade básica para a análise dos dados coletados, e a característica principal dos indivíduos em situação de rua é não ter endereço fixo (FERREIRA, 2006).

Segundo FERREIRA (2006), uma solução encontrada por alguns municípios do país foi a realização de censos próprios, nos quais são levantados dados a respeito do número e do perfil das pessoas em situação de rua. A dificuldade encontrada, porém, está na metodologia, pois cada cidade desenvolveu a sua própria, impossibilitando a aplicação em escala nacional.

Em 2002, a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – MG implantou a primeira equipe de Saúde da Família (SF) com o objetivo exclusivo de atender as famílias em situação de rua. Essa iniciativa foi seguida pelos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba (BRASIL, 2012).

De agosto de 2007 a março de 2008, o MDS, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e o Meta Instituto de Pesquisa de Opinião realizaram uma pesquisa de levantamento sobre a população em situação de rua e se utilizou dos censos produzidos por cada município para preencher a base de dados nacional. Os resultados obtidos mostravam que no período de agosto de 2007 a março de 2008 existiam 31.922 adultos em situação de rua no Brasil.

Os indivíduos que compunham essa população eram 82% do sexo masculino e 18% do sexo feminino, 53% tinham entre 25 e 44 anos de idade, e declararam receber entre R\$20,00 e R\$80,00 semanais. Dos entrevistados, 69% se declararam afrodescendente, 24,8% não possuíam documentos de identificação e 88,5% não possuíam acesso aos programas governamentais (BRASIL, 2008).

Esses dados são resultado da junção de censos realizados por alguns municípios do país, ou seja, ainda faltam dados de outros municípios e, assim mesmo, o número de pessoas em situação de rua é significativo, bem como, não se levou em consideração o contingente formado pelas crianças e pelos adolescentes, pois, do contrário, esse número se elevaria ainda mais.

Abrigos e casas de passagem no Brasil

Os albergues servem de abrigos temporários para as pessoas que encontram-se em situação de rua. Esses locais acabam se tornando, além de moradias, um local de (re)significação das identidades desse público, uma vez que há a necessidade de se adequar as regras e rituais que ali se seguem.

Segundo Pereira (2014, p.6), a palavra “albergue” é derivativa do vocabulário da língua gótica *haribaírgo* e é empregada para designar “abrigo”, “asilo”, “refúgio”, “hospedaria”. Os albergues se caracterizam, na maioria das vezes, por serem locais simples que tem como função recolher pessoas que precisam de um lugar para pernoitar.

Pereira (2014, p.7) analisou a arquitetura de alguns dos albergues do país e verificou que, de modo geral, são prédios simples que foram adaptados para este tipo de atendimento, não possuindo “estrutura adequada para oferecer um melhor trabalho de inclusão” às pessoas que necessitam desses locais, sendo que os cômodos são mal divididos. No entanto, a autora concluiu na pesquisa que as pessoas em situação de rua preferem ambientes mais simples, pois os remete às suas antigas casas e do aconchego familiar que um dia possuíram.

Os albergues existentes no Brasil servem de moradia temporária para a população em situação de rua. Nestas instituições, na maioria das vezes, eles recebem roupa limpa, comida, banho e uma cama para dormir. Alguns albergues permitem que esses indivíduos permaneçam abrigados por prazos determinados, enquanto que outros não estabelecem um prazo máximo de permanência (FERREIRA, 2006).

O Albergue Noturno André Luiz é uma entidade filantrópica que acolhe pessoas que necessitam de abrigo e comida, oferecendo à elas um lugar para dormir, com roupas

limpas e comida. O albergue também auxilia essas pessoas a entrarem no mercado de trabalho. Ele funciona no mesmo prédio em que uma Sociedade Espírita, possui uma arquitetura simples composta por refeitório, lavanderia, recepção, almoxarifado, sala de televisão, banheiro, dois dormitórios masculinos e um dormitório feminino. Os quartos masculinos são maiores do que o quarto feminino, pois a demanda de pessoas do sexo masculino é superior a demanda das pessoas do sexo feminino.

O Albergue tem estrutura física para atender cinquenta usuários. A faixa etária mínima atendida é de 18 anos e a máxima ultrapassa os 80 anos de idade. Há casos em que famílias são acolhidas juntamente com as crianças para que não fiquem em situação de rua, mas nesses casos, o Conselho Tutelar é comunicado e a família não pode ficar mais do que três dias no albergue.

As regras são rígidas, quando o indivíduo chega ao albergue é feito um cadastro de acolhimento (o qual consiste em: entrevista e critérios de acolhimento). Os usuários que não possuem documentos pessoais, o Albergue exerce o papel de intermediário para a confecção de novos documentos. Muitos trazem suas próprias roupas e outros acabam por utilizar as roupas fornecidas pelo albergue. No almoxarifado ficam as arrecadações (roupas, colchões, etc.). Os horários e regras são rígidas, às 17:30horas é feito o acolhimento; às 18:30horas é servido o jantar que se encerra às 19:30horas e às 20:00horas eles vão para o dormitório. O banho é individual.

No albergue é servido café, almoço, janta e lanche aos usuários. Aqueles que saem pela manhã, só podem entrar no albergue no horário do almoço e os que saem no horário de almoço, só entram às 17:30horas. Os únicos que possuem permissão para ficar o dia todo no albergue são os idosos e os pacientes psiquiátricos, os demais precisam sair para procurar emprego.

Após arrumar trabalho, o indivíduo pode ficar só mais trinta dias no albergue, tempo suficiente para que receba o primeiro salário do mês e consiga se manter sozinho. O tempo máximo que um usuário pode permanecer no Albergue é de seis meses, no entanto, abre-se exceção aos idosos e pacientes psiquiátricos.

O Albergue não possui estrutura física nem profissionais de enfermagem para atender a idosos e pacientes psiquiátricos, porém é feito o acolhimento destes indivíduos para evitar que os mesmos permaneçam em situação de rua e, conseqüentemente, em

situação de vulnerabilidade. A psicóloga do albergue é a responsável por fazer o controle da medicação, bem como de leva-los aos atendimentos no CAPS.

Uma vez expulso, o indivíduo não pode mais voltar a frequentar o albergue. Os funcionários do albergue mantem uma lista com o nome dos usuários que foram expulsos do albergue, isso permite que o indivíduo seja barrado logo no portão.

Um dado interessante que a pesquisa realizada pelo MDS em 2007/2008 verificou é que a maioria das pessoas entrevistadas (69,6%) preferia pernoitar na rua e não em albergues ou outras instituições destinadas a este fim. Foram oferecidas três justificativas para optar pela rua: 1) falta de liberdade; 2) o horário; 3) proibição do uso de álcool e drogas.

Em determinados albergues, como por exemplo o Albergue Noturno André Luiz, as regras são rígidas, os horários são destinados às atividades pré-determinadas pela instituição e, ainda proíbem o uso de álcool e drogas. No entanto, para pessoas que (sobre)vivem à margem das leis da sociedade, voltar a se submeter ou se enquadrar nelas pode ser difícil, por isso muitos escolhem permanecer dormindo na rua e vivendo sob suas próprias regras.

Os 22,1% que preferiam dormir em albergues afirmaram que a escolha era motivada pela 1) violência a que estavam vulneráveis e pelo 2) desconforto proporcionado pela rua (BRASIL, 2012).

Verifica-se que há albergues no Brasil, mas a procura por eles é reduzida, no entanto, as pessoas que buscam esses locais são indivíduos que buscam por uma garantia de segurança, sobrevivência e até de certo tipo de conforto.

A invisibilidade social e a perda de identidade

A construção da identidade de um indivíduo se encontra vinculada a todas as relações sociais estabelecidas, que é recortada pelo conhecimento socialmente compartilhado e mediado pelo outro. Por isso, ao estudar sobre a identidade de alguma pessoa é preciso, inicialmente, identificar e conhecer as representações sociais sobre as relações sociais em que o indivíduo se encontra inserido (MATOS et al., 2004).

MATOS et al. (2004) destacam a existência de representações sociais pejorativas em relação à população em situação de rua, por exemplo, esses indivíduos são vistos como vagabundos, preguiçosos, bêbados, sujos, perigosos, coitados, mendigos. Para os autores supracitados, essas representações podem ser vistas como signos genéricos visam contar a

trajetória social da população em situação de rua de forma a evidenciar que esses indivíduos fazem parte da população pobre que habita as ruas.

Neste artigo, compreendemos “representação social” como categoria discutida por SÊGA (2000, pp.128-129):

Uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem. O social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade. A representação é sempre a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém.

Assim, resumidamente, a representação social é uma forma de conhecimento (saber de senso comum) cunhado e partilhado socialmente com um objetivo prático, que visa a construção de uma realidade comum a um conjunto social. MATOS et al. (2004), preconizam que as representações sociais que é vinculada pelos meios midiáticos e defendidas pela elite social sobre a população em situação de rua, reforçam a construção de identidades articuladas com valores negativamente afirmados. Essas representações são materializadas nas relações sociais e interferem em sua dinâmica afetando determinadas pessoas que se encontram em situação de rua.

Para MOURA JR. (2013), as práticas discriminatórias em nossa sociedade contribuem para a construção de uma forma de representação da população em situação de rua como pessoas inferiores, que, por esta qualidade, devem ser vistas com pena. Aliás, mais do que não serem vistos como iguais, estas pessoas sequer chegam a ser vistas, pelo fato de simplesmente serem consideradas “coisas”.

A inferioridade abre espaço para as práticas estigmatizadoras e para as violências físicas e psicológicas contra essas pessoas. Atitudes como essas, forjam uma crença que dificulta a criação de possibilidades para que esses indivíduos consigam sair das ruas ou mesmo para vislumbrar novas alternativas sociais, novas relações sociais em substituição à que prevalece.

Na sociedade em que vivemos, o trabalho se torna o centro caracterizador do modo de ser da sociedade, por isso, segundo COSTA (2005), no discurso dos indivíduos em situação de rua há o relato de que possuem uma profissão, mesmo que não a exerçam há

vários anos. Na visão da autora, esse fato pode ser entendido como uma manifestação de resistência, de inutilidade ou como uma negação aos preconceitos sociais a que podem estar sujeitos devido a sua condição.

Quando encontradas na rua, essas pessoas são vistas pela sociedade, ora com constrangimento, dignas de pena, ora como perigosas e vagabundas, que se encontram naquela condição por não quererem trabalhar. Aliás, demonstra-se oportuno mencionar que em determinadas situações, a rejeição que a sociedade expressa contra estes indivíduos é demonstrada por meio de xingamentos e agressões físicas e até por casos em que indivíduos são queimados vivos (MATOS et al., 2004).

As histórias de vida das pessoas que se encontram em situação de rua são marcadas por casos diversos que, na maioria das vezes, estão associadas ao uso de álcool e drogas, tanto daquele que está vivendo na rua quanto dos demais membros da família. De acordo com COSTA (2005), os principais motivos que levam as pessoas a morarem nas ruas são: a perda de vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda de autoestima, alcoolismo, drogadição e doença mental, bem como a miséria.

A fragmentação resultante do rompimento dos laços culturais/comunitários e afetivos compromete a saúde mental dessas pessoas, as quais experienciam o sentimento de solidão, de descrença no poder público assim como em uma alternativa no circuito do trabalho e do consumo legal, uma vez que não possuem mais família nem trabalho e, muitas vezes, nem documentos que provem suas existências.

A população em situação de rua geralmente se apresenta com vestimentas sujas e calçados surrados (alguns nem calçado tem) e tem sua vida exposta diariamente aos olhos de quem a quiser ver, uma vez que o espaço da rua lhe nega a privacidade. No entanto, segundo COSTA (2005), é nos pertences pessoais levados de um lado para o outro que cada indivíduo expressa sua individualidade. Por isso, é importante que todas as instituições que se colocam a disposição para atender esse público assegurem o respeito e a promoção da individualidade e da privacidade de cada pessoa que adentra a instituição.

A construção de novos vínculos entre os próprios indivíduos que se encontram naquela situação representa uma garantia de sobrevivência e de convivência. Encarar essas pessoas como sujeitos possuidores de uma história, de desejos e sonhos é um primeiro passo

que necessariamente deve ser dado para que seja possível a construção de novos vínculos e fortalecimento de projetos individuais e coletivos.

Durante as dinâmicas de grupo foram utilizadas técnicas de grupo, conversas informais, atividades lúdicas direcionadas e discussões temáticas, com o intuito de fortalecer os vínculos comunitários e familiares das pessoas que compunham o grupo, de ressignificar as relações sociais e as histórias de vida, de resgatar a identidade e fortalecer a autoestima e de empoderar o grupo (re)significando seu pertencimento social.

Algumas das intervenções utilizadas para atingir os objetivos acima descritos foram: a) Teia do envolvimento – para discutir a construção de vínculos; b) Círculo do objetivo – para trabalhar o autoconhecimento; c) Cartaz das qualidades – para falar sobre a autoestima; d) Telefone sem fio – para explicar o sigilo profissional; e) Caixa dos segredos – para discutir a construção de vínculos e sigilo; f) Oferecendo seus talentos – para trabalhar a entrevista de emprego; g) Grupo político – para falar sobre cidadania e empoderamento social; h) Bingo – para ressignificar o dia das crianças; i) Noite de talentos – para discutir se nascemos ou construímos nossos dons; j) The Voice Albergue – para trabalhar a competitividade e a cooperação; l) Qual é a música – para trabalhar a competitividade, a colaboração e a ansiedade.

Ao final de cada dinâmica de grupo deixava-se que os membros do grupo falassem sobre suas experiências durante a dinâmica, muitos relatavam que durante a atividade conseguiram enxergar as qualidades do outro que até então haviam passado despercebidas, bem como, começaram a perceber que formavam uma grande família e que poderiam contar com as pessoas que conviviam com eles dentro do Albergue.

Poder acompanhar o crescimento e o desenvolvimento das pessoas ao longo das dinâmicas foi gratificante e pode ser caracterizada como uma experiência única, uma vez que eles começaram a se empoderar de suas próprias vivências e usá-las para atingir seus objetivos.

Costa (2005) propõe uma reflexão significativa em relação à construção de identidade, a qual afirma que conviver é sinônimo de compartilhar um mesmo espaço coletivo e identificar-se com ele, podendo trocar experiências e problemas comuns com os outros que ali se encontram. É nas relações que os indivíduos mantêm entre si que definem a sua posição social. Infelizmente, segundo a autora, a convivência e a troca estão em desuso na sociedade atual e isso precisa ser revisto.

Esmeraldo Filho (2006) destaca que ao fortalecer os vínculos sociais, disponibilizar uma rede de atendimento (formal ou informal) e promover a manutenção dos vínculos comunitários desses indivíduos que se encontram em situação de rua, é possível perceber uma amenização na vulnerabilidade dessa população. Mas é preciso fundamentalmente refletir a possibilidade de novas relações sociais que possam dirimir essas contradições que criam a coisificação do ser humano.

Possibilidades de atuação do psicólogo

A promulgação da Política Nacional para a População de Rua (PNPR), em 2009, representou uma grande conquista para os indivíduos que compõe a sobredita segmentação social, uma vez que o projeto de referência busca integrar diferentes setores das políticas públicas em prol do atendimento dessas pessoas (SOUSA et al., 2015). Políticas como essa, abrem espaço para o surgimento de serviços como o Consultório na Rua, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e para uma maior inserção de profissionais psicólogos.

O atendimento psicológico, assim como os demais atendimentos na área da saúde, muitas vezes é realizado no espaço da rua mesmo, tornando esse campo de atuação do psicólogo desafiador.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou um mapeamento da implantação da PNPR e da atuação de psicólogos nesse campo em Minas Gerais e verificou que em cada um dos vinte e nove municípios que foram pesquisados havia pelo menos um serviço voltado ao atendimento de pessoas em situação de rua, mas que nem todos esses serviços possuíam um profissional psicólogo fazendo parte da equipe (SOUSA et al, 2015).

Segundo SOUSA et al., (2015), ao atuar junto à população em situação de rua, os profissionais da área de psicologia devem atribuir a cada demanda que surge uma atenção ímpar, mas não só isso, devem também, necessariamente, empreender esforços para construir um vínculo com a pessoa atendida (ainda que a complexidade inerente à esta última torne a tarefa deveras dificultosa), sempre levando em consideração as peculiaridades do sujeito que ali se encontra, afinal:

A população em situação de rua desafia nossa capacidade de aceitação e convivência. Os que mais necessitam, os que estão em situação de maior risco, muitas vezes, são os que mais resistem, são também os que mais nos humanizam e preparam para as melhores ações. Vinculação também é escolha, é seleção. Escolhamos, pois, os que nos humanizam e disponibilizam, sem medo. Um bom

profissional é em primeiro lugar uma pessoa, que humaniza a vida! (BRASIL, 2012, p.28).

Alguns psicólogos que atuam nas políticas para o atendimento à população em situação de rua acreditam que o seu trabalho se equivale ao trabalho desenvolvido pelos profissionais da Assistência Social, isso ocorre porque esses psicólogos não têm clareza do seu papel dentro da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e acabam por obstruir o caminho para outros psicólogos melhor preparados.

As psicólogas e os psicólogos que atuam nesse campo não podem perder de vista a noção de que precisam conduzir o trabalho visando provocar uma mudança no contexto social. Para tanto, é preciso proporcionar novas interações, formas de novas sociabilidades, novas perspectivas de se pensar uma nova sociedade e acesso aos bens sociais (ESMERALDO FILHO, 2006).

Considerações Finais

As pessoas que encontram-se em situação de rua carecem de espaço para serem ouvidas e acabam por sofrer as intempéries que o capitalismo lhes reserva. A Psicologia Social vem no intuito de auxiliar estas pessoas a perceberem que podem contribuir para o processo de mudança desta sociedade. Percebemos este instrumento como um meio de estabelecer o diálogo e proporcionar condições para que possam fazer do meio em que vivem uma forma também de superar as próprias condições que criam esta forma de sociedade.

É tão significativo o número de pessoas que encontram-se vivendo em situação de rua e, ao mesmo tempo, é ínfimo a mobilização para mudar essa realidade que se faz presente desde os primórdios do próprio capitalismo.

É preciso desnaturalizar a visão que foi inculcada em nós de que a pessoa em situação de rua é vagabunda, mendiga, bandida. É necessário mudarmos a ótica a partir da qual enxergamos a nossa sociedade e observar que nada é natural, que as relações sociais são formatadas de acordo com o acúmulo de capital e que estamos treinados a aceitar que só merece um lugar na sociedade o indivíduo que contribui para a permanência do modelo capitalista.

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº7.053 de 23 de dezembro de 2009. *Institui a Política Nacional para a população em situação de rua*, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: < http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf>, acesso em 29/11/2016, às 11:58hs.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>, acesso em 29/11/2016, às 15:59hs.

COSTA, Ana Paula Motta. *População em situação de rua: contextualização e caracterização*. Revista Virtual Textos & Contextos, n°4, dez. 2005.

ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo. *Saúde mental e (ex)-moradores de rua: um estudo a partir do valor pessoal e do poder pessoal*. 2006. Monografia (graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará. Disponível em: < <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/161.pdf>>, acessado em: 29/11/2016, às 14:24hs.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. *População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005*. Anais do XII Seminário sobre a economia mineira. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A096.pdf>, acesso em 27/11/2016, às 20:56hs.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. *Quem vocês pensam que (elas) são?* Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*. Maio/agosto, 2004. pp. 47-58. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>>, acesso dia 01/09/2016, às 13:30hs.

MOURA JR, James F; XIMENES, Verônica M.; SARRIERA, Jorge C. (2013). *Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil*. *Revista de Psicologia*, 22(2), 18-28. Doi: 10.5354/0719-0581.2013.30850.

PAULINO, Madalena Peixoto; FIGUEIRA, Kristina Kieling; BALSAN, Laércio André Gassen; MOURA, Gilnei Luiz de. *Triste realidade: compreendendo a exclusão social dos moradores de rua*. VEREDAS FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências, v.6, n.1, janeiro a junho de 2013.

PEREIRA, Ludmila Vasco de Toledo. *Albergue para pessoas em situação de rua*. IPOG – Revista Especialize [online], 2014. Disponível em < <http://www.ipog.edu.br/revista-especialize-online/>>, acesso em 29/11/2016, às 15:16hs.

SÊGA, Rafael Augustus. *O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici*. Anos 90, n.13, Porto Alegre, julho de 2000.

SOUSA, Leiliana, Aparecida, de; FRANCO, Luciana (org.) *A psicologia e a população de rua, novas propostas, velhos desafios*. Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. Disponível em <<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2016/01/a-psicologia-e-a-populac3a7c3a3o-de-rua.pdf>>, acesso em 05/11/2016, às 21:10hs.

Crítica aos Fundamentos e à Prática da Filosofia Clínica

Alvinan Magno Lopes Catão *

A proposta de atender clinicamente sujeitos a partir de construções teóricas oriundas da Filosofia não é tão contemporânea, fundamentando-se a partir do surgimento e desenvolvimento da própria clínica.

Autores como os médicos Ludwig Binswanger (1881-1966) e Karl Jaspers (1883-1969) se aventuraram em desenvolver propostas clínicas a partir de teorias e métodos filosóficos, tais como os da Fenomenologia e do Existencialismo (ABBAGNANO, 2014).

Mais recentemente surgiram outras propostas cujo objetivo era utilizar os conhecimentos da Filosofia para a resolução de problemas cotidianos. Entre elas constam as abordagens de Gerd Achenbach, Marc Sautet, Lou Marinoff e Lúcio Packter (PECHULA, 2007). Segundo Pechula (2007), Gerd Achenbach teria sido o inaugurador dessa proposta, montando um consultório filosófico na Alemanha em 1981. A autora destaca que Marc Sautet abriu um consultório particular e orientava debates filosóficos no Café des Phares em Paris desde 1992, e que Lou Marinoff oferecia aconselhamento filosófico (além de outros trabalhos) desde o início da década de noventa em Nova York.

Pechula (2007) ainda destaca que essas propostas inspiraram o filósofo brasileiro Lúcio Packter a criar o seu próprio método de aplicação do conhecimento filosófico ao cotidiano humano, nomeado por ele de “Filosofia Clínica”. Packter, segundo a autora, se sentia insatisfeito com os resultados da psiquiatria e da Psicanálise, e a partir dessas experiências pensou numa proposta para auxiliar as pessoas a lidarem com seus problemas cotidianos.

E é a partir dessa proposta, a Filosofia Clínica e, particularmente, seus fundamentos, que esse trabalho se debruça. Tem como objetivo apresentar e discutir os fundamentos da abordagem criada por Packter, trazendo considerações críticas no que compete à sua prática. Em um primeiro momento, procurar-se-á apresentar descritivamente, a partir das obras de filósofos clínicos, os principais fundamentos e práticas da Filosofia Clínica. Em um segundo momento, procurar-se-á, desenvolver algumas considerações críticas sobre os fundamentos

* Psicólogo. Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Anhanguera de Anápolis. Especialista em Filosofia Clínica pela Faculdade Católica de Anápolis. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás.

e a prática dessa abordagem, partindo das críticas já existentes de pesquisadores e complementando com outras originais.

Os Fundamentos e a Prática da Filosofia Clínica

As obras sobre abordam os fundamentos e a prática da Filosofia Clínica foram encontradas no acervo virtual do Instituto Packter¹, fundado por Lúcio Packter, sistematizador dessa abordagem no Brasil. Tais obras são livros e artigos não acadêmicos (filosóficos), escritos por filósofos clínicos. Dentre as obras encontradas, destacam-se, em especial, as seguintes: o livro de autoria de Lúcio Packter, intitulado, “Filosofia Clínica: Propedêutica” de 1997, e o livro de seu discípulo Will Goya, intitulado, “A Escuta e o Silêncio” de 2010. Essa última é, importante, sobretudo por apresentar de maneira sintética os principais fundamentos da Filosofia Clínica. Começar-se-á por ela.

Em “A Escuta e o Silêncio”, Goya (2010) expõe a sua compreensão de filósofo clínico sobre a escuta nessa abordagem. Na primeira parte, o autor descreve as características da Filosofia Clínica que considerou como: “um novo método de se fazer terapia, fundamentado nas teorias filosóficas acadêmicas, surgido, na década de 80, da prática clínica do filósofo Lúcio Packter na Europa e no Brasil” (GOYA, 2010, p.16). O autor afirma que esse método estaria distante do aconselhamento, por não conceber doenças ou distúrbios comportamentais de natureza exclusivamente psíquica, tipologias abstratas, estruturas inflexíveis e universais. Para o autor, esse método se afastaria do “conceito psicológico de cura” (GOYA, 2010, p. 16).

A ideia exposta pelo autor é que a Filosofia Clínica cuidaria e não curaria. Segundo ele, essa perspectiva de terapia:

[...] trata-se de uma práxis filosófica e pode ser tomada como o mais radical exercício prático de alteridade já elaborado até hoje. É um aprendizado terapêutico duplo: o da escuta existencial e o da rejeição ética a toda forma de silenciamento do direito inalienável de duas ou mais pessoas, diferentes entre si, coexistirem e expressarem livremente a maneira de ser de cada uma. Aceitar e escutar o outro como ele é (dentro do que se pode percebê-lo), entretanto, nem sempre significa concordar ou apoiá-lo, pois, mais importante do que cada um de nós, será sempre a liberdade do encontro. O que há em comum entre o filósofo e o outro não são as afinidades, que geram confiança, mas a certeza amiga das diferenças (GOYA, 2010, p. 16-17).

¹Livraria virtual do Instituto Packter. Disponível em <
<http://www.institutopackter.com.br/Livraria/livraria.htm>> Acesso em: 29 de junho de 2017.

Como percebido no exposto, uma das características fundamentais da Filosofia Clínica, atribuída por Goya (2010), diz respeito à consideração existencial do outro, com base na aceitação das diferenças, oriundas do encontro. Na compreensão do autor, a rejeição de qualquer forma de silenciamento do direito inalienável de duas ou mais pessoas coexistirem e se expressarem livremente, corresponde a uma das preocupações que orientam a ética da escuta em Filosofia Clínica. É possível perceber no discurso de Goya (2010), a defesa pessoal e valorativa da Filosofia Clínica, tratada como “o mais radical exercício prático de alteridade já elaborado até hoje”, julgando-a, desta forma, para além das outras perspectivas/abordagens. Não há uma preocupação do autor em relativizar ou mesmo de assumir como sua essa afirmação. Essa é passada de maneira absoluta, contradizendo a lógica do conteúdo de seu discurso que caminha para a ideia da aceitação do “outro”. O “outro”, pensado aqui enquanto “outras perspectivas/abordagens”, é tratado pelo autor como “conhecido”, como se ele conhecesse todas, no que diz respeito ao exercício prático da alteridade e, assim, pudesse sustentar tal afirmação.

No entendimento de Goya (2010), a Filosofia Clínica seria uma perspectiva de terapia que teria como objetivo a escuta da subjetividade vivida do partilhante a partir de sua historicidade. Essa última é considerada,

[...] a teia de perspectivas da estrutura de pensamento do partilhante sobre a realidade do mundo tal como ele e mais ninguém a pôde e soube vivenciar. Todos os métodos da Filosofia Clínica utilizam o horizonte da historicidade. Esta teoria, em Filosofia Clínica, é a abertura para o outro, uma atitude ética de escuta e aproximação diante daquele que sofre. (GOYA, 2010, p. 33-34).

Nesse exposto é possível visualizar, a partir da compreensão de Goya (2010), uma das características da metodologia de atendimento da Filosofia Clínica: a historicidade da pessoa. Essa historicidade, que revelaria a estrutura e o funcionamento da subjetividade do partilhante, representa o objeto da escuta em Filosofia Clínica. Pode-se dizer que a escuta, nessa abordagem, busca apreender a historicidade do partilhante, no intuito de desenvolver os procedimentos clínicos necessários para a resolução das problemáticas subjetivas cotidianas. De acordo com Goya (2010), a escuta da historicidade busca apreender o contexto físico e psicológico do partilhante desde a sua primeira lembrança até os dias atuais.

Goya (2010) entende a escuta da historicidade, como um método segundo o qual todo conhecimento sobre o partilhante é o resultado de uma análise de vida em que ele se situa, em especial atenção à maneira como ele valoriza as perspectivas de sua narrativa. O autor coloca a hermenêutica e a filosofia da linguagem, como possíveis ferramentas da

Filosofia Clínica para acessar a historicidade do partilhante, “mesmo quando este não fala diretamente de si próprio, e mesmo quando a linguagem utilizada para a comunicação não é essencialmente verbal” (p. 33). Aqui é possível perceber um dos aspectos metodológicos atribuídos à Filosofia Clínica: a hermenêutica e a filosofia da linguagem. Esses métodos seriam usados para apreender a historicidade do partilhante.

A escuta, em Filosofia Clínica, na compreensão de Goya (2010), traria condições para o acesso à historicidade do partilhante e assim a possibilidade de compreender a estrutura de pensamento do mesmo. Essa última, representada na sigla E.P, é compreendida por Packter (1997), como “o modo como está existencialmente a pessoa” (p. 23). Esse autor ainda explica que a E.P é a maneira como estão associados na pessoa todos os seus sentimentos, entendimentos, seus dados éticos e epistemológicos, religiosos entre outros. Para ilustrar, Packter (1997), de maneira informal, dá o seguinte exemplo:

Quero que você pense comigo sobre alguma uma pessoa querida pra você, uma pessoa com quem você tem convivido há anos, uma pessoa amada que é realmente importante para você. Suponha agora que eu perguntasse a você sobre as emoções habituais que frequentam essa pessoa, sobre as emoções específicas que a habitam em um encontro familiar ou em um jantar com os amigos; suponha que eu continue indagando sobre o que ela acha de si mesma em diferentes contextos; e mais, faminto em minha curiosidade, que eu questione sobre como o mundo parece a ela, sua cidade, seus amigos, e prossiga perguntando quais valores importantes a essa pessoa querida, quais idéias que costumeiramente ela mantém junto de si mesma, aonde ela está indo em sua vida, e isso tudo para início de uma longa conversa (PACKTER, 1997, p. 23).

Packter (1997) conceitua a E.P como um conjunto de representações que a pessoa tem de si mesma e de seu contexto. O seu conhecimento seria possível por meio da escuta da historicidade particular do sujeito.

Goya (2010) destaca que, segundo Packter, a E. P. estaria dividida em trinta tópicos estruturais que poderiam se abrir para o surgimento de outros, afirmando que os mesmos explicam a realidade a partir dos filósofos da cultura. O autor não contextualiza quais seriam esses filósofos. Em seu livro, “Filosofia Clínica: Propedêutica”, Packter (1997) expõe esses trinta tópicos:

1- Como o mundo parece (fenomenologicamente) 2- O que acha de si mesmo 3- Sensorial & Abstrato 4- Emoções 5- Pré-juízos 6- Termos agendados no intelecto 7- Termos: universal, particular e singular 8- Termos: Unívoco e Equívoco 9- Discurso: Completo e incompleto 10- Estruturação de raciocínio 11- Busca 12- Paixões dominantes 13- Comportamento & Função 14- Espacialidade: inversão Reciproca de inversão Deslocamento curto Deslocamento longo 15- Semiose 16- Significado 17- Padrão e Armadilha conceitual 18- Axiologia 19- Tópico de singularidade existencial 20- Epistemologia 21- Expressividade 22- Papel existencial 23- Ação 24- Hipótese 25- Experimentação 26- Princípios de Verdade

27- Análise da Estrutura 28- Intersecções da estrutura de pensamento 29- Dados da matemática simbólica 30- Autogenia. (PACKTER, 1997, p. 61).

É possível a partir do entendimento de Packter (1997) e de seu discípulo Goya (2010) certo sincretismo filosófico. Os autores procuram combinar diferentes conceitos e métodos de diferentes filósofos da história da Filosofia, sem considerar sua vinculação histórico-social. Trazendo somente o recorte da teoria e dos métodos que lhes interessa. Recorte esse que não contempla uma análise crítica dos conceitos e métodos em sua totalidade a partir de sua vinculação com a história e a sociedade.

No entendimento de Goya (2010), os elementos tópicos possibilitariam a compreensão de uma variedade incontável de expressões aos modos de ser e estar de cada ser humano na Terra.

Colhidos os dados categoriais e feito um estudo das relações entre os tópicos da EP, torna-se possível o entendimento da complexidade e dos nexos constitutivos da psique investigada, sabendo identificar e bem contextualizar as informações, muitas vezes dispersas, que são recebidas do partilhante e, em especial, compreender as mais importantes razões dos conflitos existenciais que o motivaram a procurar ajuda do filósofo clínico. Somente assim, e não de outra forma, é que se poderia com verdade dizer a alguém, que nos relata certo fato de sua vida: "... eu sei como é isso" ou "eu sei exatamente o que você quer dizer..." Nisso se constitui a profundidade da escuta filosófica (GOYA, 2010, p. 44).

Segundo Goya (2010), a partir da análise da escuta da historicidade e da observação do partilhante, o filósofo clínico adquire condições lúcidas para dar o terceiro passo: oferecer estratégias de ajuda ao mesmo. Essa etapa da clínica filosófica, no entendimento desse autor, se dá quando o filósofo clínico escolhe os submodos ou procedimentos clínicos para desfazer "os conflitos, os choques tópicos contidos na EP, evitando-se os sofrimentos desnecessários e buscando alternativas subjetivamente viáveis às mudanças que se mostram importantes" (p. 44). Os submodos, na compreensão de Packter (1997), são modos (de baixo para cima) de intervenção na clínica, que representam "formas sem conteúdos", subalternos à E.P da pessoa. O autor afirma que o filósofo clínico não usa o nome técnica por pressupor um modo rígido, um estereótipo.

Packter (1997) definiu 32 submodos, segundo ele, construídos a partir da colheita da estrutura de pensamento do partilhante. Ele os organizou da seguinte forma:

1- Em direção ao termo singular 2- Em direção ao termo universal 3- Em direção às sensações 4- Em direção às ideias complexas 5- Esquema Resolutivo 6- Em direção ao desfecho 7- Inversão 8- Recíproca de inversão 9- Divisão 10- Argumentação derivada 11- Atalho 12- Busca 13- Deslocamento curto 14- Deslocamento longo 15- Adição 16- Roteirizar 17- Percepcionar 18- Esteticidade 19- Esteticidade seletiva 20- Tradução 21- Informação dirigida 22- Vice conceito 23- Intuição 24- Retroação 25- Intencionalidade dirigida (Filtro) 26- Axiologia 27-

Autogenia 28- Epistemologia 29- Reconstrução 30- Análise indireta: Função Ação
Hipótese Experimentação 31- Expressividade 32- Princípios de verdade
(PACKTER, 1997, p. 60).

No livro, o autor não explica a origem e construção histórica e epistemológica desses conceitos, apenas os prescreve nominalmente. No que compete a essa parte não há referência a autores. O autor primeiro descreve a tábua de submodos para depois descrever a tábua da E.P., que o mesmo explica somente os primeiros tópicos ao longo do livro.

Em geral, pode-se afirmar, com base nesses estudos, que a proposta da Filosofia Clínica, estabelecida por Lúcio Packter (1997), busca através da escuta, ao menos teórica e discursivamente, colher os dados categoriais e a estrutura do pensamento do partilhante a partir da historicidade do partilhante para que possam ser analisados e interpretados, para posteriormente desenvolver o seu manejo clínico, ou seja, os seus procedimentos clínicos ou submodos, que compõe a prática de intervenção clínica. Trata-se de uma escuta descritiva fenomenológica que tem a finalidade de apreender a estrutura de pensamento da pessoa com base em uma leitura de sua historicidade.

Filosofia Clínica: Considerações Críticas sobre seus Fundamentos e Prática

Alguns pesquisadores têm se dedicado a problematizar sobre os fundamentos e a prática da Filosofia Clínica. Dentre eles, merecem destaque a tese de doutorado de Pechula (2007) intitulada, “A Filosofia e seus usos: crítica e acomodação”, e o artigo, “Cabe à filosofia a atuação clínica?”, de Ferreira (2007). Ambos os trabalhos questionam a possibilidade de atuação clínica da Filosofia.

A tese de Pechula (2007) problematiza criticamente a atuação da Filosofia Prática, na qual situa a Filosofia Clínica de Lúcio Packter como o “exemplo brasileiro”. Após descrever sobre os fundamentos e a prática da filosofia, a autora parte para a conclusão onde estabelece relação entre o surgimento da Filosofia Prática e o contexto histórico-social do capitalismo, apresentando algumas de suas características.

Neste contexto de emergência do individualismo, de crise da metanarrativa na fala de Lyotard (1989), da crise das grandes teorias totalizantes, do “fim da história”(Fukuyama, 1992), denominada por alguns autores como pós-modernidade, que opôs a grande narrativa à pequena narrativa, valorizando a história cotidiana, é que podemos inserir a filosofia prática (p. 181).

A autora ainda referencia o psicanalista Lacan, fazendo uma leitura sobre a queda do nome do pai, da figura de autoridade, e a nova formulação desta figura que tem surgido na chamada pós-modernidade.

Este Grande Outro, o que dá conselhos, orienta, é o pastor, é o padre, ou seja, as autoridades tradicionais, mas é, também, sobretudo no momento atual, o livro de autoajuda, é o mago, é o "filósofo conselheiro", o "filósofo terapeuta", é a "autoridade" que ajuda a pensar a traçar limites e a confortá-la em suas decisões.

Nada melhor do que buscar na fala do erudito, do pensador, da autoridade reconhecida, uma palavra que sirva de conforto, de adaptação acrítica à realidade tal como ela se apresenta. É nesta esteira de reflexão que inserimos a "filosofia prática" e que explica, de alguma forma, seu surgimento (PECHULA, 2007, p. 185).

É importante, a partir desse trecho, pensar o posicionamento ético-político da Filosofia Clínica, o exemplo brasileiro da Filosofia Prática, como uma abordagem que surge enquanto expressão do neoliberalismo para atender as suas demandas. Assim como destaca Viana (2009), o neoliberalismo é uma apropriação do liberalismo clássico, representando uma nova forma estatal que surge nos anos 80, enquanto produto do regime de acumulação integral. Essa forma de estado, de acordo com esse autor, se caracteriza pelos seguintes fatores: diminuição dos gastos estatais, desregulação do mercado, subordinação do capital oligopolista e pelo aumento da política repressiva. Esses facilitam o desenvolvimento da reestruturação produtiva e da instauração de novas relações internacionais. O neoliberalismo exerce influência em todas as áreas da sociedade humana, dentre as quais vale citar a própria Filosofia. Vianna (2009) destaca que as consequências do neoliberalismo são: o aumento da pobreza e da miséria, da desigualdade, da criminalidade e dos conflitos sociais. É nesse contexto que surge a Filosofia Clínica nos anos 80, não como crítica, mas como expressão, para atender as novas demandas.

Que demandas são essas? As demandas do indivíduo, pensado isolado de suas relações sociais concretas, fechado em seu espaço privativo entendido como subjetividade. Indivíduo este que é condicionado a "gozar" – usando a terminologia de Lacan (1985) – ininterrupta e narcisicamente e cuja aprovação para isso é dada pela figura do "erudito", do "pensador", da "autoridade reconhecida", outro sujeito com um saber suposto. Esse gozo em si mesmo é a garantia que a Filosofia Clínica parece poder promover, já que sua concepção de homem e mundo é subjetivista, reduzindo toda a realidade, multideterminada histórica e socialmente, à subjetividade, ou seja, à forma como o sujeito representa internamente o mundo.

De maneira geral, no que compete à Filosofia Clínica, o trabalho de Pechula (2007), contribui de maneira a situar esta abordagem/perspectiva dentro de um conjunto de atividades e produções, oriundas do contexto histórico-social capitalista neoliberal. Para a

autora, a Filosofia Clínica, como segmento brasileiro da Filosofia Prática em âmbito mundial, contribui para uma adaptação acrítica a realidade tal como ela apresenta. Assim, em vez de contribuir para a desalienação do sujeito, essa abordagem contribui, tal como as igrejas e os livros de autoajuda, de maneira a facilitar sua adaptação ao contexto capitalista neoliberal.

Por sua vez, o trabalho de Ferreira (2007) problematiza sobre a possibilidade de a Filosofia ter autonomia argumentativa suficiente para o seu exercício clínico. Em sua análise, a autora faz uma diferenciação entre o que é clínico e o que terapêutico. Concorde com o caráter terapêutico dessa abordagem/perspectiva, no entanto afirma que ser terapêutico não habilita a Filosofia para a atuação clínica, dada a diferença de especificidade conceitual e de atuação profissional. No que compete à especificidade da clínica, afirma que a mesma:

[...] prevê, para a sua prática, uma formação específica (medicina, psicologia, psicopedagogia, acupuntura, etc.), ou seja, necessita de uma série de disciplinas que caracterizarão o fazer profissional clínico: noções de anatomia (ao menos, pescoço, cabeça e nervos), de farmacologia, de teorias da personalidade, de diagnose (de acordo com a área de formação), da prática clínica em si (nem que seja no período correspondente a um “estágio acadêmico”) (FERREIRA, 2007, p.47).

A autora destaca que a especificidade conceitual e profissional da clínica contrapõe ao que os filósofos fundamentam em sua teoria. O filósofo clínico Lúcio Packter, por exemplo, afirma que as técnicas da Filosofia Clínica divergem dos métodos e fundamentos da Psicologia, da Psiquiatria e da Psicanálise. Entre os fundamentos da Filosofia Clínica, citadas pelo autor, estão: a não existência do conceito de normalidade e de concepções apriorísticas; a consideração de que tudo, incluindo o diagnóstico, parte da historicidade da pessoa; a valorização do logicismo na Epistemologia; na Fenomenologia, na Historicidade, no Estruturalismo, e na Analítica da linguagem (REVISTA PSIQUE, 2005).

É possível perceber a diferença de especificidades da abordagem da Filosofia Clínica, proposta por Packter (1997), do sentido institucional da clínica médica e/ou psicológica, assim como o sincretismo filosófico de tal abordagem, que parece não ter uma unidade epistemológica. Não há preocupação dessa abordagem em se adequar ou mesmo dialogar criticamente com os saberes que caracterizam o fazer profissional clínico. Há pelo que parece uma suposta rejeição. Nesse sentido, pode-se questionar o que seria a “clínica” da Filosofia Clínica, que nem mesmo concebe, tal como expõe Goya (2010), o conceito de cura empregado pela Medicina, a Psicanálise e áreas afins?

Pensando a Filosofia Clínica, como um novo procedimento de terapia fundada para um novo tempo, para as demandas do neoliberalismo, pode-se levantar a hipótese que essa “clínica” tem um sentido tão-somente de propaganda, já que ela não expressa relação com a clínica (médica, psicológica) e com a história da clínica. Uma propaganda para tentar dar validade epistemológica a uma teoria filosófica sincrética (sem uma unidade objetiva) e, assim, tentar inseri-la, forçosamente, junto a Medicina e a Psicologia, como um saber reconhecido. O problema é que os fundamentos de tal teoria não foram submetidos à prática de pesquisa, como os saberes da Psicologia e os da Medicina, o que compromete a sua validade científico-epistemológica. E parece que também não há interesse, por parte dos filósofos clínicos, em tal prática, o que pode ser constatado na baixa produção acadêmica sobre a Filosofia Clínica² e no tipo de produção: em sua maioria reflexões e ensaios filosóficos.

Com essa crítica não se pretende aqui legitimar a ciência em detrimento da Filosofia Clínica de um ponto de vista empiricista e/ou cientificista. Ambas, as ciências e a Filosofia Clínica, não podem ser consideradas dissociadas de seu contexto histórico-social e nem do interesse de classe que existe por detrás dessas. Tanto a Psicologia, a Medicina, as demais ciências³ e a Filosofia Clínica servem a propósitos ideológicos, e respondem a demandas capitalistas neoliberais, contribuindo com a manutenção das contradições sociais. A questão aqui apresentada é a seguinte: a Filosofia Clínica possui uma teoria especulativa e sincrética, e busca aplicá-la por meio do atendimento filosófico, enquanto as ciências, da Psicologia e da Medicina, procuram, a partir da prática de pesquisa, validar seus conhecimentos para a sua posterior aplicação.

A teoria da Filosofia Clínica foi criada pelo filósofo Lúcio Packter, não por meio de pesquisas empíricas, mas por meio de junções filosóficas de diversas teorias filosóficas, na tentativa de criar um método de terapia original. Packter (1997) simplesmente recorta de tais teorias o aspecto que lhe interessa e os unifica em uma própria, propondo assim um método de atendimento terapêutico, sem fazer uma análise do contexto histórico-social que as produz. Esse método é, na verdade, uma mera aplicação de conceitos filosóficos sincréticos.

² Entre os artigos de Filosofia Clínica, publicados em revistas acadêmicas, vale citar o de Aiub (2005).

³ A respeito das ciências e do pensamento científico, Viana (2000) afirma que avanço do primeiro significou o avanço da razão instrumental e o desprestígio do pensamento filosófico, que passou a ser considerado por muitos como inútil, já que era especulativo, reflexivo e não instrumental.

Assim, carente de crítica, essa abordagem segue existindo no terreno da lógica discursiva, da retórica, da abstração verbal, o que produz evidentemente desconfiança quanto à sua prática de atendimento e de ensino. Sua prática de ensino, hoje já se expande nos meios acadêmicos através de cursos pós-graduações físicos em instituições particulares e também nos ambientes virtuais nos cursos de educação à distância (EAD), com a propaganda de que é um novo método de terapia.

O discurso abstrato da Filosofia Clínica, assim como os dos livros de autoajuda, acaba contribuindo para a adaptação acrítica ao capitalismo neoliberal e longe de possibilitar condições para a resolução da complexa problemática do sujeito, essa o conforma à sua própria realidade subjetiva. Não proponho, assim, um questionamento sobre a sua situação no mundo concreto, que é marcado pela contradição, pelas relações de poder entre classe dominante e dominada, pela exploração, pela contradição. Nesse sentido, sua teoria não vai além da ideologia, a falsa consciência, no sentido proposto por Marx e Engels (1998), e assim contribui de maneira a manter obscura a realidade. O entendimento que Filosofia Clínica tem do sujeito se restringe a representação que o mesmo tem de si próprio, entendido, por exemplo, nos conceitos: estrutura de pensamento e historicidade. Esses que são pensados de um ponto de vista individualista.

Outra consideração crítica importante aos fundamentos da Filosofia Clínica, que diz respeito à sua especificidade conceitual, é a questão da racionalização dos sentimentos e emoções. Esse problema denuncia a (in) validade epistemológica desse saber. Em Filosofia Clínica, emoção e sentimento são pensados a partir de conceitos lógicos abstratos, e não a partir da análise concreta de resultados de uma pesquisa ou de uma situação concreta. Os sentimentos e emoções se tornam assim ideias, que operam dentro da lógica filosófica, sendo especulados. Assim, o que se tem é uma descrição racionalizante do fenômeno. No entanto não se trata da descrição de um fenômeno concreto, mas da descrição de impressões e divagações do mesmo.

Por não possuir a preocupação com a análise concreta de seu objeto, se nutrindo da abstração filosófica, o método da Filosofia Clínica cai em um problema semelhante ao da Psicologia Clássica⁴ e seu método introspectivo, criticado por Politzer (1998) em seu livro

⁴ Politzer (1998) entende como “psicologia clássica” a produção acadêmico-psicológica da segunda metade do século XIX que se fundamenta ora numa psicologia subjetiva, cuja metodologia é introspectiva, ora numa psicologia objetiva, cuja metodologia é experimental. Esse formato de psicologia é entendido pelo autor como abstrato, pois trata o homem e os fatos psicológicos em terceira pessoa, distanciando-se assim do concreto, ou

“Crítica aos fundamentos da psicologia – a psicologia e a psicanálise”. O método introspectivo ou introspecção é um método subjetivo que consiste na observação do sujeito pelo próprio sujeito. Esse atinge o que o sujeito conhece diretamente. A partir de seu relato, o mesmo descreve ao psicólogo o que se passa em sua mente, para que esse último possa registrar e interpretar. No entendimento de Politzer (1998), a Psicologia Clássica, com esse método, estaria mais preocupada em compreender o processo mental e/ou classificar os estados individuais do que buscar o sentido da experiência vivida pelo sujeito concreto, a partir de seus atos. A Filosofia Clínica, preocupada em fazer uma abstração da estrutura e do funcionamento do sujeito por meio de conceitos filosóficos especulativos e sincréticos, parece afastar da experiência vivida pelo sujeito concreto e de seus atos, assim como a Psicologia Clássica fez ainda no século XIX.

Como existe distanciamento interdisciplinar dos saberes da Psicologia, da Medicina, da Sociologia e das demais ciências, que buscam validar seus conhecimentos através da pesquisa e de métodos científicos, a Filosofia Clínica segue racionalizando a impressão filosófica dos sentimentos e emoções, não atingindo esses em seu aspecto psicológico, médico, sociológico, ou seja, em seu aspecto científico. Esse que passa por um processo de verificação rigorosa. O seu entendimento do fenômeno psicológico consiste em criar uma abstração da impressão do mesmo, centrando a atenção no sujeito, não o submetendo a uma análise concreta por via da pesquisa e de investigações profundas. Desse modo, os conceitos prescritos pelos filósofos clínicos não vão além da mera sugestão.

Considerações Finais

O presente trabalho proporcionou um estudo crítico sobre os principais fundamentos da Filosofia Clínica, desenvolvida pelo filósofo Lúcio Packter e considerada a versão brasileira da chamada Filosofia Prática. Foi possível compreender seus principais fundamentos, localizando os impasses ético-político e epistemológico e, assim, foi possível reforçar o questionamento sobre a sua possibilidade de atuação clínica.

O estudo permitiu situar o seguinte impasse ético-político: tomando como posicionamento uma perspectiva socialista crítica, foi possível contextualizar, assim como o fez Pechula (2007), a Filosofia Clínica em um conjunto de atividades e produções oriundas

seja, do tratamento dos fatos psicológicos em primeira pessoa. Esses que representam os atos vivenciados pelo indivíduo particular.

do sistema capitalista neoliberal. E é justamente para o sujeito capitalista neoliberal que a Filosofia Clínica trabalha. Para que este possa se realizar individualmente em seu próprio mundo interior abstrato, um mundo das ideias dotado de historicidade (individual) e estrutura de pensamento. Para que ele possa racionalizar suas emoções e sentimentos e descobrir, sempre, um sentido subjetivo que possa justificar e conformar os seus modos de ser.

Como impasse epistemológico é necessário destacar, tal como discutido no trabalho, que os autores da Filosofia Clínica não procuram validar sua teoria e método a partir da prática de pesquisa, o que foi percebido na baixa produção acadêmica e no tipo de escrita das obras, geralmente ensaios filosóficos. É como se a teoria simplesmente surgisse do nada, sem ligação com o mundo concreto, e fosse acolhida acriticamente por um grupo de pessoas, fato semelhante a uma seita ou religião. Essa teoria, cujas bases são duvidosas, pode ser mais bem compreendida através de uma leitura crítica do livro Filosofia Clínica – Propedêutica de Packter (1997). Nele é possível perceber o caráter sincrético, racionalizante e prescritivo dessa abordagem que busca, através de conceitos especulativos, legitimar a sua existência.

Em geral o trabalho possibilitou questionamentos que colocaram em evidência a possibilidade do exercício clínico da Filosofia Clínica. Foi percebido que a validade científico-epistemológica da Filosofia pode ser facilmente colocada em evidência, ao se questionar a materialidade de sua teoria. Não há comprovação de suas teorias e métodos. Há somente uma tentativa de legitimá-los racionalmente, através de discursos especulativos. E por vezes, a sua argumentação desaba, tal como pode ser percebida no discurso de Goya (2010) sobre a alteridade, quando submetida a uma análise crítica.

Esse trabalho não encerra a discussão sobre o assunto, tamanha a extensão do campo. Mas cumpri o seu papel na continuação do exercício crítico aos fundamentos da Filosofia Clínica. Constata-se, a partir do que foi estudado, que a Filosofia Clínica não possui argumentação ético-política e epistemológica suficiente para garantir a sua prática profissional de maneira a contribuir para a emancipação humana. Seja por ser uma abordagem que contribui com a lógica capitalista neoliberal na individualização do sujeito, seja por ser uma abordagem que não possui prática científica propriamente dita, analisando os fenômenos ou processos psicológicos de um ponto de vista abstrato, recorrendo, assim, à racionalização.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

AIUB, M. *Filosofia Clínica: o que é isto?* Cadernos. Centro Universitário S. Camilo, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 113-121, jan./mar. 2005.

FERREIRA, S. V. *Cabe à filosofia atuação clínica?* Revista Filosofia Capital, Vol 2, edição 4

GOYA, W. *A Escuta e o silêncio: lições do diálogo em filosofia clínica*. 2 ed. Goiânia: editora da PUC Goiás: 2010.

INSTITUTO PACKTER. *Livraria virtual do Instituto Packter*. Disponível em < <http://www.institutopackter.com.br/Livraria/livraria.htm> > Acesso em 29 de junho de 2017.

LACAN, J. *O Seminário – livro onze – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MARX K.; ENGELS F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PACKTER, L. *Filosofia Clínica: propedêutica*. Florianópolis: Guarapuvu.

PECHULA, M. A. *A filosofia e seus usos: crítica e acomodação*. 204 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2007.

POLITZER, G. *Crítica aos Fundamentos da Psicologia – a psicologia e a psicanálise*. São Paulo: UNIMEP, 1998.

REVISTA PSIQUE. Editora Escala. Nº 1 p. 66, 2005.

VIANA, N. *A filosofia e sua sombra*. Goiânia: Edições Germinais, 2000.

VIANA, N. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Editora Santuário, 2009.

O novo paradigma de trabalho na sociedade da informação

Gladison Luciano Perosini*

Introdução

O presente artigo aborda o novo paradigma de trabalho na sociedade da informação, pelo viés da maneira pela qual o ambiente de trabalho, suas relações e exigências foram progressivamente alterados com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Uma revisão bibliográfica permitiu certo vislumbre do impacto das tecnologias na vida profissional, com o surgimento de um novo cenário no mercado de trabalho que busca também um perfil de trabalhador inserido no contexto tecnológico, interligado e dinâmico. A utilização do termo trabalho refere-se ao meio de subsistência utilizando as capacidades físicas e mentais para a produção de produtos para o consumo da sociedade. O estudo considera a sociedade da informação como estruturada em torno do conhecimento, uma sociedade que trabalha continuamente para desenvolver a capacidade de criar e recriar novos conhecimentos, gerando novas expectativas de consumo, tendo a internet como tecnologia essencial para unir e potencializar as tecnologias de informação e comunicação. As mais diversas informações sendo produzidas em tempo real nas mais diversas partes do mundo e inserindo-se capilarmente na sociedade, modificando pensamentos, comportamentos e ofícios. O indivíduo na sociedade da informação pode atuar como produtor do conhecimento, tendo a tecnologia como recurso que possibilita sua produção. Torna-se progressivo a invenção e a reinvenção do modo de trabalho e do trabalhador, diante das constantes e ininterruptas mudanças tecnológicas. O novo paradigma de trabalho surgiu para atender tecnologicamente a sociedade da informação com requisitos de ter a capacidade de desenvolver conhecimentos, definir problemas e identificar alternativas, uma vez que são condições primordiais que norteiam o indivíduo como engrenagem ativa na era da informação. O trabalhador tecnológico deve atender as demandas solicitadas no mercado de trabalho, com um saber especializado. A sociedade como um todo, historicamente produz informação, contudo a sociedade capitalista na modernidade busca ininterruptamente formas de automatizar o processo produtivo, minimizando com isso, o tempo e o trabalho executado pelos indivíduos, aumentando sempre que pode, a sua margem de lucro.

* Mestre em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha-ES. Professor Universitário. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Política e Sociedade - NEPS - UVV.

A organização da sociedade da informação

A sociedade da informação tem a sua organização estruturada em torno do conhecimento, com a finalidade de exercer o controle social e a direção das inovações e mudanças; tem-se com isto a origem de novos relacionamentos sociais e econômicos, com suas novas estruturas. Assim, tão importante quanto à capacidade de criar um conhecimento novo “é a capacidade de processar e recriar conhecimento (...); e, mais ainda, a capacidade de converter esse conhecimento em ação, ou, mais especificamente, em inovação.” (ALBAGLI, 2004, p.10).

Historicamente o ser humano sempre produziu conhecimento, e teve em cada período seu modo peculiar no processo de armazenamento, transmissão, utilização e reformulação da mesma. A sociedade da informação possui em seu cerne o paradigma das tecnologias computacionais que, por sua vez, possibilita ao indivíduo a realização de todo o processo de modo automatizado.

O conhecimento e sua recriação devem caminhar para a inovação de forma constante, para que qualquer sociedade possa funcionar e gerar atrativos que as mantenham dentro de um círculo social e econômico controláveis, uma vez que “o conhecimento e a informação são elementos decisivos em todos os modos de desenvolvimento” (KERBAUY, 2010, p.15), a sociedade na era da informação estrutura-se em um diferencial que “(...) está na mudança de caráter do conhecimento em si mesmo” (BELL, 1977, p.34).

Todo o aparato tecnológico de comunicação e computação jamais teria a grande inserção em diversos os segmentos sociais se a internet não fizesse parte deste processo de desenvolvimento, uma vez que com o crescimento exponencial das redes interativas de computadores, novas formas e canais de comunicação são criados e vidas são moldadas as novas tecnologias. A internet como sistema tecnológico veio para unir poderosamente a comunicação e a transmissão da informação. Em diversos lugares, encontramos tecnologias que têm como base essencial a conexão com a rede mundial de computadores, interligando pessoas a informações específicas (CASTELLS, 2000).

A internet tem relevância no desenvolvimento hiperbólico¹ dos sistemas de tecnologia de informação e comunicação, o que fomenta uma constante inovação e reinvenção do que existe de mais moderno em termos tecnológicos, uma vez que esta

¹ Hiperbólico – Termo utilizado para expressar algo grande, incrível e exagerado.

interconexão ocorre entre indivíduos que a cada instante possuem novas e mais complexas necessidades a serem atendidas.

Com isso, na era da informação, as pessoas são influenciadas a fazerem uso de tais tecnologias que colaboram definitivamente na praticidade e agilidade para a realização de diversas tarefas nos mais variados segmentos. Tais tecnologias nos mantém conectados na rede mundial, por meio de dispositivos direcionados para os mais diversos interesses de atividades para a casa, o trabalho, realização de compras, entretenimento, e em meios de transporte.

Segundo Cardoso (2006), o mundo está em um constante processo de transformação tecnológica há décadas, o que possibilita que as interações sociais e suas formas de comunicação e informação sejam alteradas. A forma que a tecnologia adquire é adaptada pela sociedade, uma vez que a tecnologia é moldada pela sociedade de acordo com suas necessidades, valores e interesses das pessoas que as utilizam. Torna-se grande a capacidade que as redes tecnológicas têm na distribuição e penetrabilidade no meio social, além da velocidade e instantaneidade com que elas chegam a cada pessoa. As redes formadas por comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, da mesma forma que as redes energéticas foram para a revolução industrial. A sociedade da informação está além das fronteiras e limites territoriais, são sociedades em rede global, em que fazer parte dela é fazer parte do mundo.

A sociedade é a fôrma que molda as tecnologias com vista a atender suas necessidades, e quando preciso as remodela para responder as novas carências que surgem no decorrer do tempo. Existe sempre uma tecnologia para atender a uma determinada necessidade, com isso ela ganha inserção no meio social, o que a aprofunda cada vez mais na sociedade, tornando progressivamente as pessoas mais dependentes. Com o fazer tecnológico renovado continuamente, os olhos da sociedade da informação estão voltados no que há de novidade que a possa beneficiar. Na era digital não existe o “por traz dos bastidores” no fazer tecnológico, uma vez que todos os conectados são protagonistas no mesmo processo para o desenvolvimento, reinvenção e uso do que há na rede.

As novas tecnologias de informação contam com o poder de influenciar a vida humana e também sua economia, já que a mesma proporciona praticidade e rapidez na solução do que nos é exigido nas tarefas do cotidiano. Vive-se em uma época onde o desenvolvimento de computadores de alto desempenho tem o objetivo de atingir o máximo

da capacidade humana; em que as instantaneidades das suas interconexões na rede mundial atinjam sua plenitude máxima na comunicação entre os sujeitos. Esta nova fase do desenvolvimento humano é conhecida como Sociedade da Informação, e tem o seu destaque devido à necessidade da informação para o desenvolvimento da sociedade que, neste contexto, de acordo com a análise de Bell, o que realmente "conta não é a força muscular, ou a energia, e sim a informação" (BELL, 1977, p.148) que se tornou tão essencial quanto alimento e água (SENDOV, 1994).

A Sociedade da informação arremete de modo sinônimo a era do conhecimento, onde o ser humano inserido no contexto digital é induzido a praticar determinados atos de consumo e modos de vida criados e disseminados pela indústria da tecnologia. Por traz de cada tecnologia desenvolvida, existem os interesses de quem os criou. Assim, o marketing digital fomenta o consumo de tais produtos, instigando indivíduos a envolver-se nos padrões requisitados na sociedade moderna. O contato com os recursos tecnológicos é a porta necessária para o aprendizado de como ser e se comportar na sociedade da informação, incorporando-se com a vida no mundo virtualizado; onde indivíduos que desenvolvem tecnologias podem influenciar na vida dos que as utiliza.

As transformações ocorridas em seu vertiginoso desenvolvimento em direção à sociedade da informação expressam a essência da presente mudança tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade. As novas tecnologias têm efeito de alta penetrabilidade, já que as informações são partes integrantes de toda atividade humana, seja ela individual ou coletiva, e deste modo, todas as suas atividades tendem a serem afetadas de uma forma direta pela nova tecnologia. Torna-se importante a compreensão de que os processos sociais e transformações tecnológicas resultam de uma complexa interação em que fatores sociais preexistentes, a criatividade, o espírito empreendedor e as condições da pesquisa científica interferem diretamente no avanço tecnológico e em suas aplicações sociais (WERTHEIN, 2000).

As evoluções tecnológicas permitem que as mais diversas informações tenham alto poder de propagação no meio social, cativando a população na aquisição de novos dispositivos eletrônicos que sejam compatíveis para uma maior inserção e uma conseqüente interação com o que há de mais avançado no mundo digital. Com isso, a aceitação e obtenção das novas tecnologias da informação pela população mundial tem alto poder de penetrabilidade, de forma capilar, nas mais diversas esferas sociais, o que fomenta as grandes

empresas a empreenderem grandes esforços na elaboração e atualização de tais tecnologias em todo o planeta. Estar conectado não é um modismo, mas uma necessidade indispensável para a própria percepção do ser humano em meio à era da informação.

Um dos inegáveis fatores que destaca a atual sociedade de todas as outras é a tecnologia da informação, e a sua possibilidade de transformar o comportamento social do indivíduo que está inserido no contexto tecnológico, uma vez que, o mesmo encontra-se conectado na rede mundial onde a troca de informações ocorre de forma constante e acelerada, induzindo a frequente atualização do conhecimento em diversas partes. Assim, essa sociedade revoluciona significativamente o modo de viver, pensar, agir e comunicar.

A informação é a engrenagem que movimenta a sociedade da informação, uma vez que o conhecimento dos indivíduos flui na rede mundial e interliga os saberes que podem conceber propósitos inovadores, gerando estruturas de competências unificadas que solidificam o conhecimento transmitido como portadores de transformação e até de dominação. Assim como as fábricas eram o centro das atenções na Revolução Industrial, a informação é o ápice da sociedade da informação.

Esta análise me permite enfatizar a relevância deste novo paradigma da sociedade moderna em que a informação é trafegada; alcançando e impactando velozmente os indivíduos envolvidos no contexto das tecnologias de comunicação e informação. O efeito das tecnologias possibilita que ocorra uma alteração na maneira como os indivíduos se relacionam e pensam o mundo, e como constroem suas realidades com base nos recursos e conhecimentos que possuem.

A origem da sociedade da informação possui uma importante ligação com a criação do computador, sendo este considerado como o ponto culminante que mudou completamente a história de como os indivíduos se interagem e adquirem conhecimento. Mais à frente, com as combinações das mais diversas tecnologias que foram criadas, unindo os satélites, televisão, telefone, cabo de fibra ótica e microcomputadores, o planeta foi atado a um sistema unificado de conhecimento. De forma inédita, as informações são instantaneamente compartilhadas ao redor do mundo, denotando um marco tecnológico em que as fronteiras físicas foram derrubadas pela virtualidade; um mundo sem fronteiras começa a se desenvolver (KUMAR, 2006).

O ser humano historicamente sempre produziu informação e teve em cada período um modo peculiar para o seu armazenamento, transmissão e utilização. Com o advento das

tecnologias de informação e comunicação, unido ao poder da rede mundial de computadores, os indivíduos tiveram significativas alterações de como a informação pode ser produzida, reproduzida e disseminada; revolucionando o modo de viver, pensar, agir e se comunicar.

Na sociedade da informação, as empresas divisaram a possibilidade de obter mais lucro decorrente da utilização dos recursos tecnológicos no aumento da produtividade. Com isso, a mesma provavelmente não removerá do seu corpo um equipamento que executa 24 horas de trabalho de forma ininterrupta, para colocar o ser humano com suas limitantes funções se comparado ao que as tecnologias de informação e comunicação têm a oferecer. Sendo que a mão de obra humana está cada vez mais ultrapassada quando comparada pela possibilidade de substituí-la pela mecanização automatizada e acelerada da indústria robótica e globalizada, com seu maior poder de fabricação e distribuição.

O paradigma da nova empregabilidade

Com o desenvolvimento das tecnologias na atualidade, os indivíduos em parte deixaram de exercer o trabalho braçal no campo, envolvendo-se com as tecnologias inseridas nas fábricas e, no decorrer dos anos com o surgimento do computador, houve um distanciamento cada vez maior da necessidade da força física para desempenhar uma tarefa profissional. Com a inserção do microcomputador nas empresas e residências, interligados em uma rede mundial de computadores, conhecido como internet, surgiu o que conhecemos como, a era da informação, onde o computador alterou as relações sociais entre os indivíduos, sendo capaz de acelerar o processamento e a transmissão de informações.

A questão central do indivíduo na sociedade moderna é a sua interação com os outros, e esse novo formato de mediação ocorreu por meio dos computadores interligados em rede, chegando ao conceito de sociedade da informação ou sociedade do conhecimento. Com este emergente modelo de transformação social advindo do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, o saber ocupa o papel central, acompanhado de uma nova classe de trabalhadores, a dos trabalhadores do conhecimento (CARVALHO, 2000).

Desenvolver constantemente o conhecimento, manipular dados e informações, agregados à capacidade para definir problemas e identificar alternativas, são requisitos essenciais que caracterizam o homem que está inserido como parte ativa na era da informação. A sociedade moderna prioriza o conhecimento como base valorativa, com a

qual o indivíduo munido do saber tecnológico pode utilizá-lo para favorecer sua inserção no mercado de trabalho, por meio da aquisição de informações disponibilizadas na rede mundial de computadores. Uma vez que, há diversos recursos de aprendizado online oferecido por empresas credenciadas para a sua capacitação e especialização.

Com a difusão das tecnologias de informação e comunicação, emergem novas formas de trabalho² e estas, em contrapartida, requerem novas competências e níveis mais elevados de qualificação. Isso faz com que os pertencentes a esta realidade social, para manterem-se integrados em termos de empregabilidade nestes níveis de qualificação, se deparem com a importância do conhecimento especializado para atender as estas demandas exigidas no mercado de trabalho, uma vez que são “(...) criados subsistemas especializados e distintos (...)” (BELL, 1977, p.197), já que o modelo de mercado, na era da informação, se dinamiza de acordo com as necessidades sociais e econômicas. O emprego de trabalho qualificado chama a atenção, por um lado, para as fortes exigências de um profissional capacitado a lidar com as tecnologias de ponta, como a robotização e a informatização inseridas nas indústrias com a finalidade de aumentar potencialmente a produtividade.

Diante da generalização do trabalho qualificado, há uma crescente divisão entre tipos de trabalho, uma vez que a mão de obra pouco qualificada tem menor importância do ponto de vista da criação de valor, contudo são trabalhos essenciais e estão longe de desaparecer. A profundidade da contextualização do indivíduo no mundo digital define fortemente sua função a desempenhar no mercado de trabalho, a mão de obra que não está inserido nas tecnologias tem o seu espaço a ocupar. Contudo, o conhecimento tecnológico ou não do indivíduo irá tramitá-lo a exercer as funções pertinentes a sua capacidade. Embora a Sociedade da Informação tenha como primor a automação nos processos de produção, cada conhecimento que o indivíduo possua será absorvido para executar com eficiência no posto de trabalho (MONIZ, 2001).

As informações trafegadas mundialmente podem ser utilizadas com o objetivo de qualificar a mão de obra tanto dos trabalhadores nas empresas, quanto na prestação de serviços, facilitando sua inserção e adequação ao manuseio das modernas tecnologias, que a cada instante são dinamicamente atualizadas e exigem pessoas com certo grau de capacitação para operá-las.

² Tele trabalho - produção técnica realizada à distância, remotamente, sem depender de instalações e recursos diretos daquele que o contrata. Exemplos: Desenvolvimento de sites, Designer gráfico, Consultoria empresarial, Ensino, entre outros.

Esta análise permite supor que na sociedade da informação são realizadas constantes mudanças sociais e econômicas, causados pela tecnologia da informação e comunicação. Decorrente dos novos postos de serviços que surgem no mercado de trabalho como resultado da evolução tecnológica existe uma necessidade de novos perfis de indivíduos com conhecimentos mais qualificados, capazes de assumir o controle das novas tecnologias que estão cada vez mais sofisticados.

O mercado de trabalho não absorve somente mão de obra qualificada, pois há diversas funções que tramitam diferentes níveis de conhecimentos tecnológicos, como também aquelas que buscam pessoas sem conhecimentos em tecnologia. A sociedade da informação é formada por indivíduos com seus diferentes e valiosos níveis de conhecimento, essências para que a engrenagem social funcione, e isso ocorre em qualquer tipo sociedade. O profissional contemporâneo inserido no contexto do conhecimento tecnológico deve ser "preparado por sua educação e por seu treinamento para fornecer os tipos de habilidades que vão sendo cada vez mais exigidos" (BELL, 1977, p.148) em uma sociedade moderna, pois refere-se, ao indivíduo que deseja ser inserido no trabalho que exigem um saber tecnológico, que deve ser preparado para adquirir os conhecimentos necessários para tramitar na sociedade moderna e conquistar uma posição no mercado de trabalho para exercer funções especializadas em tecnologia.

As tecnologias de informação e comunicação estão tão arraigadas no cotidiano social, fazendo parte de um sistema de relações, que dificultam cada vez mais a demarcação do que é tecnológico e do que é social. Ao considerarmos a intensidade do envolvimento humano-tecnológico, torna-se incompreensível a ideia da ausência dos recursos tecnológicos como protagonistas da sociedade e sua relação na economia, espaços de trabalho, produção e interação social diversa (FINGER-KRATOCHVIL, 2009).

A informatização e sua constante mudança de formato, com vistas a atender as mais diversas expectativas da sociedade, acaba por expor o sujeito conectado a estas informações tecnológicas, e diante da realidade que lhe é colocada, o mesmo pode ser o protagonista do arsenal de conteúdos em que está inserido ou um mero expectador, que se presta de forma passiva a todos os elementos que lhe são apresentados. Ocorre que o modo de alguém estar apto a uma melhor inserção no mercado de trabalho, está ligado diretamente com a sua melhor preparação que o outro. Com a evolução das novas mídias eletrônicas e da internet, as informações trafegam em escala planetária e acelerada. Esse conjunto de informações

favorece o compartilhamento que, por sua vez, pode ser utilizado para o desenvolvimento do sujeito. Na era em que as massivas informações globalizadas estão disponíveis nas redes, torna-se um indicador que este aparato interligado tem o poder para influenciar o futuro da sociedade (VEIGA-NETO, 2014).

O profissional especialista possui saberes específicos, além de qualidades esperadas como a iniciativa, desempenho, resultados significativos, bom relacionamento e criatividade. Tendo a informação e a comunicação pertinente, o homem moderno possui o controle para tramitar na era digital com fluidez, uma vez que a vida social se refaz continuamente proporcional às mudanças tecnológicas, tendo em vista que se torna difícil separar o tecnológico do social, já que ambos estão imbricados em sua mútua influência transformadora. O profissional que tramita ativamente inserido na rede na era da informação deve possuir uma característica elementar para não perder seu espaço: ser comprometido em atender as exigências mercadológicas, renovando-se em conhecimento e readaptando-se ao trabalho que frequentemente toma nova forma.

A era da informação tem um novo paradigma de funcionamento, onde os métodos tradicionais de comunicação estão em sua maioria defasados, ocupando no atual cenário uma nova forma de se comunicar e interagir. Destarte, estamos inseridos em comunidades virtuais, onde tudo pode ser realizado, desde reuniões, festas amistosas, entre diversas outras atividades que substituíram a presença física do ser humano para a sua realização, agilizando a troca de informações e minimizando de forma considerável o tempo outrora despendido. A comunidade virtual, então, é compreendida como uma rede eletrônica, que se define através de comunicações interativas e organizadas em torno de interesses ou fins em comum, onde a comunicação é o principal objetivo. É importante situarmos que a era da informação cria, constantemente, novas formas de sociabilidade e a vida urbana adquire novos moldes, adaptados ao novo meio de ambiente tecnológico (CASTELLS, 2000).

Compreende-se que o indivíduo é um ser sociável e, por conseguinte busca interagir e trocar informações, com o advento das novas tecnologias na sociedade moderna, surgiu novos moldes de interatividade que ultrapassa os limites pessoais para a esfera virtual de comunicação. Utilizando-se de tais recursos, o indivíduo usufrui de possibilidades que vão além de um bate papo online, mas da possibilidade de adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos que poderão ser exercidos também para o benefício profissional. Fica evidenciado a relevância das tecnologias de informação e comunicação em trazer novas

formas de sociabilidade. Com a troca de informação e a interação simultânea entre os indivíduos decorrente dos novos recursos tecnológicos, modifica constantemente o modo de viver, pensar, agir e comunicar. Com influência também no setor empresarial, que utiliza-se das novas tecnologias para acelerar o processo produtivo e de distribuição, uma vez que torna-se possível em alguns casos a substituição do indivíduo como executor de trabalho por equipamentos automatizados. O mercado de trabalho de tecnologia busca um indivíduo especialista para atender suas expectativas, o que faz do homem moderno um ser que caminha ao lado da velocidade das mudanças tecnológicas, com saber constantemente renovado e inteirado das recentes mudanças em sua área.

Considerações finais

Sobre a problemática inicialmente levantada, a partir da literatura de referência, parece claro que o desenvolvimento tecnológico alterou o modo de viver, pensar a existência e as relações de trabalho dos indivíduos que utilizam os recursos tecnológicos. Tais tecnologias alteraram significativamente a velocidade da comunicação e interação sem fronteiras de forma ininterrupta entre os indivíduos, em que notícias e informações de todos os tipos são transmitidas de maneira constante em nível mundial sem interferências de tempo e espaço.

A cada passo do progresso no setor da tecnologia, a fragmentação social torna-se evidente, exigindo cada vez mais do indivíduo que deseja trabalhar no setor tecnológico a sua dedicação em ser especializado e contextualizado na era da informação para, assim, ter melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, pois no decorrer do tempo, este gera novas complexidades, necessitando de uma reorganização do conhecimento, de acordo com o paradigma imposto.

Certamente, assim como as tecnologias de informação e comunicação se renovam constantemente, alterando o modo de trabalho e o perfil do trabalhador, de igual modo às pessoas devem acompanhar tais mudanças exigidas no conhecimento e comportamento para que estejam aptas a serem absorvidas no concorrido mercado de trabalho.

As tecnologias não foram criadas para inserir ou não os indivíduos no mercado de trabalho, as questões levantadas neste artigo são relevantes para compreensão das alterações ocorridas no mercado de trabalho decorrentes do advento das tecnologias de informação e

comunicação, e o novo perfil de trabalhador esperado para ocupar posições no setor tecnológico.

Referências bibliográficas

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. *Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local*. Ciência da Informação, v. 33, n. 3, 9-16, 2004.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.

CARDOSO, Gustavo; CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede - Do Conhecimento à Ação Política. In: *Conferência promovida pelo Presidente da República*. 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. *A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem*. Ciência da informação, v. 29, n. 3, 33-39, 2000.

CASTELLS, M.; GERHARDT, Klauss Brandini. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FINGER-KRATOCHVIL, Claudia. *Letramento e tecnologia: o aprendiz estratégico e crítico na era da informação*. Bahia: EDUFBA, 2009.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Parte I - *Cultura, diversidade, tecnologias*. São Paulo: UNESP, 2010.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. 2.ed. ampli. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2006.

MONIZ, António B.; KOVÁCS, Ilona. *Sociedade da informação e emprego*. (Information society and employment), DGEFP-MTS, Lisboa, 2001.

SENDOV, Blagovest. *Entrando na era da informação*. Estudos Avançados, v. 8, n. 20, 28-32, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a educação*. 3.ed. Belo Horizonte:Autêntica. 2014.

WERTHEIN, Jorge. *A sociedade da informação e seus desafios*. Ciência da informação, Brasília, v. 29, n. 2, 71-77, 2000.